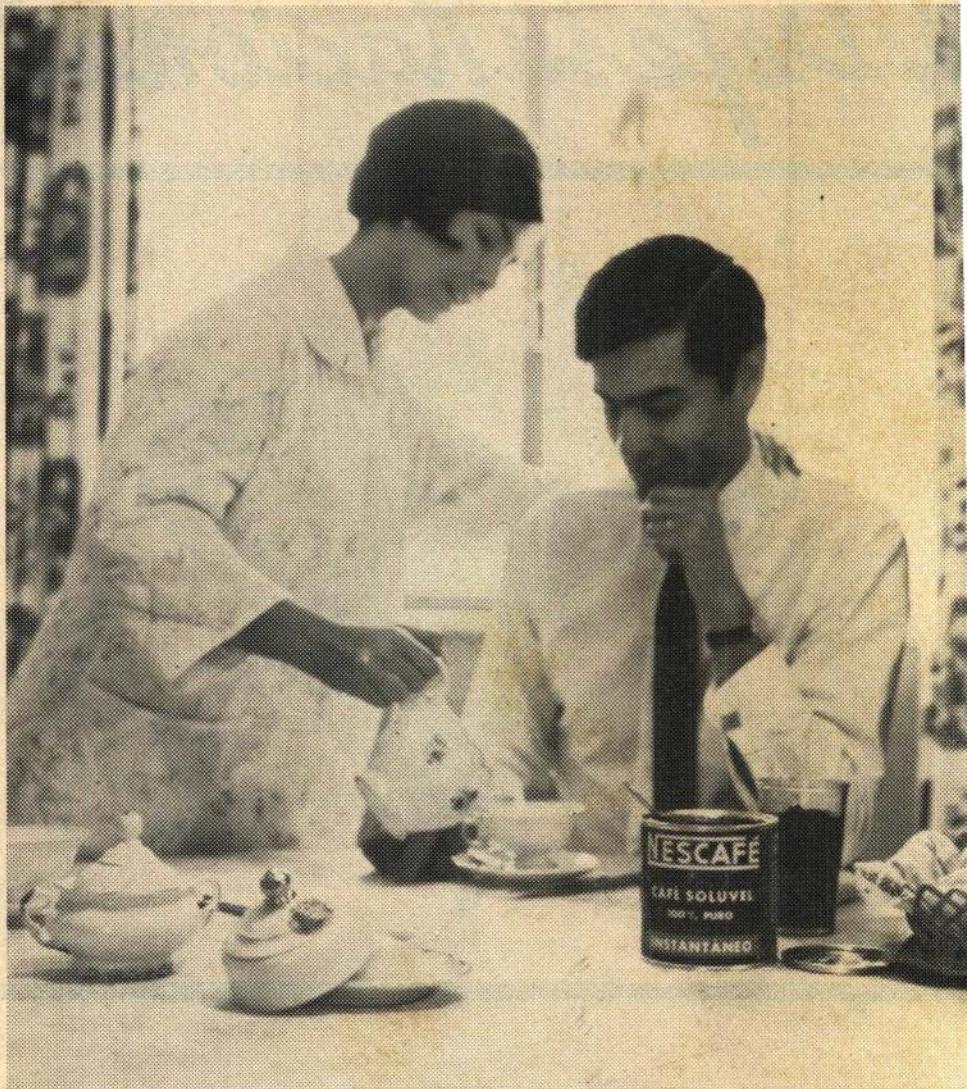


A Defesa Nacional



REVISTA
DE
ASSUNTOS MILITARES
E
ESTUDOS BRASILEIROS



Toda manhã, um café-com-leite mais gostoso e nutritivo com Nescafé

Com Nescafé V. prepara na xícara, a seu gosto, um café-com-leite muito mais gostoso e cremoso. Nescafé é 100% café puro que se dissolve diretamente no leite e dispensa a água. Com Nescafé, V. descobre o sabor do verdadeiro café-com-leite!

NESCAFÉ
CAFÉ SOLÚVEL
100% PURO
INSTANTÂNEO

o melhor
café-com-leite
se faz com
NESCAFÉ

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

ANO
LII

Rio de Janeiro, GB — Set/Out de 1966

Número
609

As idéias e opiniões dos artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores.

A publicação dos mesmos não significa nenhuma solidariedade por parte da Revista.

E permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais publicados em nossas páginas, desde que citada a fonte.

ACEITA-SE INTERCÂMBIO

PREÇOS

Assinatura anual:

Brasil Cr\$ 1.000,
(Desconto em fólio autorizado, mensal: Cr\$ 200).

(As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal, correndo as despesas de remessa por conta do assinante).

Exterior Cr\$ 4.000.

(Registro e via aérea comportam acréscimos).

Número avulso:

Mês Cr\$ 200.
Atrasado Cr\$ 250.

ENDERECO

Ministério da Guerra
(Ala R. Visc. da Gávea,
3º and.)

Caixa Postal: 17 (do MG)
ZC — 55

Tel. 43-0563

Rio de Janeiro, GB
Brasil

SUMÁRIO

	Pág.
Editorial	3
Diário do Capitão Werlang — (Tradução por Harry Edgar Menchess) ..	7
Efemérides da Artilharia (II) — Gen Heitor Borges Fortes	31
Contrôle da Logística Nacional — Cel Fausto Carvalho Monteiro	45
Siderurgia no Brasil e na América do Sul — Maj Hélio A. Canongia	51
Afecções de Carência — Maj Méd Dr. José Maria Alves Neto	83
Temos Guerras Maiores pela Frente ? — Herman Kahn (Trad. do Cap Heitor A. Ferreira)	89
Mais Carros de Combate ! — Soldado José Fernandes de Lima	107
Uma Visão Geral de Estratégia — Gen Beaufre (Trad. do Cel Obino Álvares)	109
Falando Sobre Mobilidade — Cap Jayme da França Doria	133
Homenagem ao Dia do Aviador ("O Avião Fantasma dos Afonsos", poema de Nelson de Araújo Lima) ..	139
Companhia Estanifera do Brasil — (CESBRA)	143
Evolução do Corpo de Oficiais do Exército Francês (II) — Cap Saint-Julien (Trad. do Ten-Cel Jobim)	147
A Artilharia na Guerra Nuclear — Maj Rubens Gurgel de Siqueira	159
TV Educativa	163
Declaração de Aspirante da Reserva — Cel Eurico Seixo de Britto	167

COOPERATIVA MILITAR EDITÔRA E DE CULTURA INTELECTUAL "A DEFESA NACIONAL"

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Eleito para o exercício 1964/1967)

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente — Marechal (Res) Altair Franco Ferreira

Diretor-Secretário — Ten-Cel Jonas Correia Neto

Diretor-Gerente — Ten-Cel (Res) João Capistrano Martins Ribeiro

CONSELHEIROS

Gen Div (Res) Adailton Sampaio Pirassununga

Cel Walter dos Santos Meyer

CONSELHO FISCAL — 1966

EFETIVOS:

Cel Nilton Freixinho

Ten-Cel Togo Lobato

Maj Diógenes Vieira Silva

SUPLENTES:

Ten-Cel João Batista Baeta de Faria

Ten-Cel Julio de Padua Guimarães

Ten-Cel Rubens Mario Caggiano Jobim

CORPO REDATORIAL DA REVISTA

Redator-Chefe — Ten-Cel Jonas Correia Neto

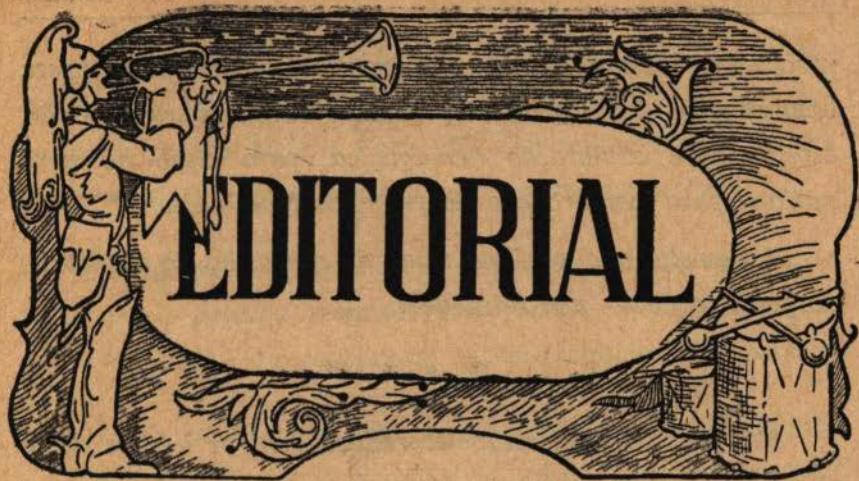
Redatores: Ten-Cel Francisco de França Guimarães

Ten-Cel Dávio Ribeiro de Faria

Maj Darino Castro Rebelo

COLABORAÇÕES

- 1 — Dátilografadas em um só lado do papel, espaço duplo, não devendo, em princípio, ultrapassar 20 folhas.
- 2 — Gráficos, croquis e outros desenhos, em tinta nanquim, papel vegetal.
- 3 — Traduções devem indicar fonte e autorização.
- 4 — Originais de colaborações não são restituídos, mesmo que não aproveitados.



"A Defesa Nacional" é uma Revista fundada sob o signo da luta.

Em 10 Out 1913, já envenenavam o ambiente mundial os fatos que, em seu climax, fariam desencadear a primeira Grande Guerra. No Brasil, outra luta se travava, em que um grupo de oficiais idealistas e capazes empenhavam-se em melhorar as condições do nosso Exército, atuando decididamente no setor Instrução. A seu serviço — "A Defesa Nacional"!

* * *

Os movimentos internos que, mais ou menos violentamente, tem a Nação suportado, desde então até hoje, não afetaram a Revista. Isto porque ela jamais desviou-se da sua trilha, esboçada pelos seus fundadores: não trata de política, nem se envolve em matéria que lhe não compete.

Traz claro, em epígrafe, que é uma "Revista de Assuntos Militares e Estudos Brasileiros". Aí, sómente aí, já tem com que tornar substanciais e objetivas as suas páginas, não

precisando mesmo envolver-se em problemas cuja natureza explosiva, e trato delicado, possam servir para polêmica estéril, para exploração demagógica, para cisão no meio militar, para perturbação da tranquilidade nacional.

A Revista, que não tem saído de sua linha de equilíbrio, de ponderação — não sairá dela.

* * *

Há que, todavia, estabelecerem-se bem os limites desse princípio diretor.

Até que ponto poderá a Revista abordar os “assuntos militares”?

E até onde poderão ser aprofundados os “estudos brasileiros”?

Quanto aos primeiros, a maior restrição residirá, obviamente, no sigilo que possa cercar o assunto. Assim, de certa maneira, todo e qualquer problema de interesse das Fôrças Armadas poderá ser levantado, interpretado, equacionado. O limite deverá situar-se nas regras da disciplina e da hierarquia, da descrição, do respeito, da disciplina intelectual. Delas, ser-nos-á defeso afastar-nos; a Revista não dará guarida a idéias que não estejam revestidas de forma correta e que não apresentem conteúdo construtivo.

“Estudos brasileiros” é expressão bastante elástica. Que quantidade de temas podem enquadrar-se nêles! Ainda aqui, porém, deve-se distinguir entre aquilo que cabe e convém ser divulgado pela Revista, e o que esta não tem atribuição para abordar, ou que não é de real valia para o gabarito dos seus leitores.

Procuramos firmar tais conceitos — ou melhor, reafirmá-los no seu 53º aniversário! — ao mesmo passo que frizamos que “A Defesa Nacional” não se desviará, nem um nada, da sua intransigente atuação anticomunista.

A tendência malévola de se confundir posição comunista com posição política, responderemos distinguindo claramente entre as duas, e vergastando implacavelmente a primeira.

Nunca aceitamos, nem aceitaremos que uma Revista com o passado, com a tradição da nossa, seja amordaçada na sua virilidade brasileira, sob o falso pretexto de que atacar o comunismo — onde, como e quando ele se apresente — seja o mesmo que intrometer-se na política nacional.

Por acaso, deveríamos ter tido dêsses escrúpulos narcotizantes, nos idos pré-revolucionários? — Nem então, nem nunca.

* * *

“A Defesa Nacional” continuará a cumprir sua missão.

Sofrendo pelos deficientes recursos financeiros, pelos limitados meios de toda ordem, pelas instalações precárias, pelo descaso de uns poucos que calam a sua elevada contribuição à Pátria — ela prosseguirá. Para tanto, dispõe da força que a vem impulsionando, todos êstes anos: o seu espírito progressista, a dedicação dos seus dirigentes, a capacidade dos seus colaboradores, a confiança dos seus assinantes — o aplauso dos seus leitores.

Ela vai para adiante!

GUERRA DO PARAGUAI

DIÁRIO DE CAMPANHA DO CAPITÃO PEDRO WERLANG

Traduzido do original alemão por
HARRY EDGAR MENCHEN.

APRESENTAÇÃO (da Redação)

A "Gazeta do Sul", prestigioso matutino da próspera cidade gaúcha de Santa Cruz do Sul, divulgou nas suas edições de 25 Agô, 1, 10, 15 e 22 Set 59, o "Diário de Campanha do Capitão Pedro Werlang".

Trata-se de um registro de fatos relacionados com a vivência que teve o Autor, da Guerra do Paraguai. Não é completo, nem detalhado; às vezes, mesmo, apresenta incorreções, aliás comprehensíveis, e em muitos casos referências se fazem, evidentemente, "por ouvir dizer"; mas é, ainda assim, objetivo, realístico, desrido de intenções de auto-elogo e de exageros de expressão, tanto para criticar como para louvar. Isto dá ao trabalho um cunho de autenticidade que permite incluí-lo entre os mais interessantes depoimentos pessoais sobre a campanha; tanto mais interessante, porque originado de pessoa sem maior destaque do que a glória do seu valor pessoal, quase anônimo, e a honra do dever bem cumprido — legados que hoje seus descendentes guardam com zélo e carinho.

Pedro Werlang partiu para a campanha do Uruguai como praça; de Paissandu seguiu para o Paraguai, já sendo alferes quando da invasão; mais tarde, foi promovido a tenente, e ao término da guerra era capitão, condecorado com as medalhas da Campanha do Uruguai, do Mérito Militar e da Campanha do Paraguai. Ainda haveria de receber as insígnias de Cavaleiro da Ordem da Rosa e de participar ativamente da política da sua querida Santa Cruz do Sul, em cuja primeira Câmara Municipal (1878) foi vereador.

Da leitura do Diário (que, em certos pontos, confunde um pouco), depreende-se que o Autor estêve normalmente no 6º Corpo Provisório de Cavalaria (da Guarda Nacional) — integrante, quase sempre, da 3ª Brigada de Cavalaria, da 2ª Divisão de Cavalaria, do 2º Corpo de Exército. Também teria pertencido, em certo período, ao 8º Corpo de Cavalaria (da G.N.).

A tradução está muito bem feita pelo Sr. Harry E. Menchen, redator da Gazeta do Sul, e por êle dedicada ao 8º RI. Esta tradicional Unidade, numa atitude elevada e exemplar, fêz preparar pelo pintor Canovas um retrato a óleo do Cap Werlang, o qual foi solememente inaugurado no seu quartel, no dia do Reservista, em 1959; descerrou o quadro uma filha do herói santa-cruzense (prendada senhora, que tinha então 82 anos).

O que a seguir apresentaremos é o que foi publicado na Gazeta do Sul — não sómente o texto do Diário, como a introdução feita pelo tradutor, para sua melhor compreensão.

Agradecemos ao Comando do 8º RI a pronta atenção que deu ao nosso pedido, de que nos conseguisse os exemplares da Gazeta do Sul, em que se publicou o Diário; e também à Direção daquele jornal, por ter aquiescido em que fizéssemos esta transcrição.

— X X —

APRECIACOES PRELIMINARES (do Tradutor)

O favor do acaso fêz chegar às nossas mãos o Diário de batalha de Pedro Werlang, filho de Santa Cruz do Sul e que pelas suas qualidades de soldado não sómente galgou o posto de Capitão como também foi agraciado com a comenda da Ordem da Rosa.

Pedro, Guilherme e João foram os três irmãos Werlang que se apresentaram voluntariamente às Fôrças Nacionais para combater Solano Lopes; o infortunado Guilherme selaria com o sacrifício da vida o pacto que firmava com a Pátria.

Injusto seria silenciar os nomes dos demais voluntários de Santa Cruz, razão pela qual nos pusemos a pesquisar; foram êles: Frederico G. Meinhardt — Nicolau Frantz — Henrique Schuster — Roberto Schuster — Henrique Kroth — Serafim Schmidt — Tristão Schmidt — Carlos Schott — Jacob Diehl — Augusto Mueller — Joaquim Wustrow — Jacob Meile — Lindolfo Bauermann — José Ellis — Pedro Pritsch e Frederico Zinn. Foram mais os bravos, mas não conseguimos estabelecer sua identidade. O tradutor agradeceria qualquer informação a respeito, que descendentes pudesse prestar-lhe. (*)

O célebre Diário de Pedro Werlang é um livrinho nas medidas de 15 por 19,5 centímetros, de um azul escuro, desmerezido pelo tempo. É do tipo de livrinhos de poesias que as colegiais usam para recordações e sonetos e devia, outrora, representar objeto de modesto luxo, pois ostenta cantoneiras de latão.

Ao abri-lo deparamos com uma das mais notáveis grafias que já vimos: letra finíssima, como cabelo, de uma regularidade inimitável, da primeira à última, a 65ª página.

(*) Graças à colaboração de diversas pessoas entusiasmadas pela leitura do Diário, foi possível acrescentar-se, a essa relação, mais os seguintes nomes de Voluntários da Pátria santa-cruzenses: Antonio Frantz — Pedro Tatsch — Heinrich Wickewitz — Antonio Tavares da Silva. (N. da R.).

A obra dá impressão de ter sido escrita por quem tivesse muita prática nessa atividade, mas que não fosse o autor espiritual; este certamente ditara seus pensamentos ao artista em grafia, tomando como base seus ligeiros apontamentos feitos em campanha, após as pavorosas batalhas que descreve. Nem o formato, tampouco o passado luxo do livrinho e menos, ainda, a calma regularidade da escrita sugerem tivesse este sido companheiro de guerra do soldado brasileiro, seu autor.

O que nos conduz à suposição do ditado são certos erros em grafia de nomes geográficos que aparecem de início e depois não se repetem; Pedro Werlang certamente havia corrigido o escrevente. Nossa impressão é de que o veterano ditara suas aventuras bélicas a um alemão nato, com deficiente conhecimento do vernáculo.

Causou-nos estranheza o fato de aparecerem abundantes erros na redação alemã; erros de ortografia, de gramática — tanto nas concordâncias como na própria sintaxe. Como poderia uma pessoa de tão esmerada caligrafia pecar freqüentemente contra as leis que regem o idioma germânico?

Todavia, a obra tem sabor de antiguidade, pois hoje não se fala nem se escreve mais assim o alemão. Ao ler os signos góticos, cheios de laços e arabescos, ininteligíveis para a maioria — mesmo senhores do idioma de Goethe — e à vista da tinta desmaiada em decênios, sentimo-nos transportados a um século atrás, invadidos de respeito.

Isto quanto ao aspecto material da obra. Com relação à personalidade do autor, ficamos simplesmente maravilhados, a ponto de termos que refrear o nosso entusiasmo.

Comumente os relatos históricos feitos por leigos pecam por excessiva subjetividade; não escrevem História, escrevem histórias. Têm a si, à sua pessoa, como centro dos acontecimentos e imprimem a tudo um colorido pessoal. Bonito em literatura, mas sob o ponto de vista histórico é de um todo desinteressante, até deturpador da verdade. O pesquisador detesta tais relatos.

Não assim o nosso "pracinha". Com um esforço moral digno de nota — e de nossa homenagem póstuma — quase que se anula completamente como indivíduo — que sem dúvida sentiu, vibrou, lutou, sofreu e rejubilou — a fim de conservar cristalina a verdade.

Sente ele responsabilidade perante as gerações futuras e resolve ocultar o seu EU em benefício da fidelidade histórica!

Pensou ele: "Meus olhos não são os meus olhos e meus ouvidos não são os meus ouvidos; pô-los-ei a serviço da História que deve ser, o quanto possível, ciência exata". Se assim não pensou, pelo menos assim agiu. Quem de nós seria capaz de tamanho sacrifício?

Sim, ao escrever um diário de campanha com tão poucos adjetivos e sem a palavra "saudade", com tão parcas referências a si próprio, Pedro Werlang pratica, psicológicamente, maior ato de bravura do que quantos, porventura, tivesse praticado em batalha.

Vejamos: "... Foram poucos os nossos mortos; feridos fóram aproximadamente 100, na maioria por balázios, entre os quais também eu me achava". Ponto! Foi ele ferido sabe lá em que circunstâncias dramáticas, mas silencia. Nem a natureza do ferimento lhe parece digna de nota!

E ainda: "Contamos os nossos mortos, cujo número andava em torno de mil, entre os quais muitos oficiais de altas e baixas patentes; entre os mortos tive que contar, com lágrimas, o meu irmão Guilherme, que teve a cabeça trespassada por uma bala". Ponto! O fato de ter encontrado, entre mil mortos, o seu irmão, arranca-lhe apenas duas palavras: ... "com lágrimas..." Era preciso morrer o irmão para abandonar sua linha objetiva, com duas palavras apenas.

Que gigante no plano emotivo! Que herói!

Esse par de palavras na boca de quem quase nunca deixa vislumbrar sentimentalismo, adquire dramaticidade que deve comover o mais frio dos leitores.

Profusão de sentimentalismos descolora-os; parcimônia dá-lhes força.

Ao ler, reler e traduzir o Diário, tornamo-nos amigo espiritual do autor. Chamamos a atenção para o fato de que esse Diário poderia servir como paradigma de anotações históricas. Impossível ser melhor.

Tanto mais mérito lhe é devido, considerando ser o autor pessoa jovem e por isso mais propensa a sensacionalismo e egocentrismo.

A suposta aridez do Diário não é falha, é exatidão científica. Sua concisão é virtude militar e lembra César: "Vim — vi — venci!"

Rendamos homenagens a esse filho redutivo de Esparta.

— X X —

DEDICATÓRIA

O presente trabalho — árduo, confessamos — tornou-se-nos mais ameno desde que o havíamos dedicado a um ideal. Não foi problema encontrar esse êmulo de que necessitávamos. Dado o assunto histórico-militar, que versa sobre uma das mais gloriosas e heróicas passagens de nossa História, resolvemos pedir ao 8º Regimento de Infantaria — "Nosso Regimento" — sediado nesta cidade, que nos conceda a honra e distinção, aceitando o produto de nosso esforço, apagado e insignificante, porém oferecido de coração. Entremeamos neste pedido, ainda, o de relevar bondosamente nossas imperfeições.

NOTA: Os entretítulos são nossos; trata-se de uma exigência de técnica jornalística, à qual nos acomodamos.

DIÁRIO

MARCHA FORÇADA E PRIMEIRA VITÓRIA

No dia 25 de setembro de 1864 iniciou-se a organização do 6º Corpo, em Rio Pardo; partimos a 4 de novembro e a 2 de dezembro transpusemos a fronteira Oriental.

Como nossas marchas eram forçadas, atingimos no dia 29 do mesmo mês o arroio São Francisco, distante, aproximadamente, meia légua da cidade de Paissandu, e aí acampamos.

No dia imediato, os cinco batalhões e as duas baterias que nos haviam acompanhado, sitiaram a cidade de Paissandu por terra, pois pelo lado do rio ela já se achava bloqueada pela nossa esquadra.

Ao raiar do dia 31 nossas baterias iniciaram o bombardeio das trincheiras da cidade, o que durou até as 10 horas da manhã. Eis quando a nossa infantaria abriu fogo que sustentou, sem parar, até pela meia-noite. E assim continuou no próximo dia até 2 de janeiro de 1865, às 8 horas da manhã.

O inimigo hasteou bandeira branca, motivo pelo qual silenciamos imediatamente o fogo. Procedeu-se sem demora à rendição dos orientais.

A bela cidade estava grandemente danificada e suas ruas cobertas de mortos.

Marchamos a 6 de janeiro e alcançamos, na data de 5 de fevereiro, um ponto distante cerca de três léguas da cidade de Montevidéu, onde acampamos.

A 20 do mesmo mês marchamos e fomos acampar, a 22, próximo à cidade que se rendeu, ainda na mesma data, inclusive suas fortificações.

No dia 28 de fevereiro partimos da fortaleza e nossa cavalaria acampou, a 5 de março, próximo à cidadezinha de Santa Luzia.

RUMO AO PARAGUAI

A 8 de maio deixamos Santa Luzia, iniciando nossa marcha rumo à Província do Paraguai. No dia 27 de junho atravessamos o rio Uruguai, não longe das cidades de Concórdia e Salto Oriental, e acampamos junto à nossa infantaria e artilharia que lá já se achavam.

A essa altura, então, foi organizado o nosso Exército e o nosso General-em-Chefe ficou sendo Dom Manoel Luiz Osório.

A 18 de setembro renderam-se os inimigos paraguaios na cidade de Uruguaiana; essa notícia nos chegou no dia 20 do mesmo mês. Tôdas as bandas de música começaram a tocar simultaneamente; à

noite houve grandes ágapes e assim festejamos durante três dias. Tudo isso foi promovido em regozijo da rendição dos 12.000 paraguaios famintos.

Marchamos a 25 de setembro e a 27 atravessamos o pequeno rio Mucuritá, encontrando-nos, portanto, na Província de Corrientés.

No dia 9 de outubro, Mauricio José da Silveira deu entrada no hospital e veio a falecer, a 16 do mesmo, de varíola. Acha-se enterrado não longe da pequena cidade de Curuzu-quatiá.

Continuando, sempre abaixo de marchas forçadas, atingimos em data de 20 de dezembro um local muito próximo da cidade de Corrientes e acampamos às margens da Lagoa Brava. Aí a nossa vanguarda escaramuçou freqüentemente com os paraguaios, que por muitas vezes atravessavam o rio Paraná para derrotar a mesma vanguarda, o que conseguiram finalmente.

1^a PROMOÇÃO DE PEDRO WERLANG

Na data de 10 de fevereiro de 1866, todo o exército pôs-se em marcha e ainda no mesmo dia acampamos junto a Talacorá; outra parte do exército e sua vanguarda acampou às margens do Paraná, defronte a Itapiru. Ao mesmo tempo nossa esquadra, que havia partido de Corrientes, postou-se defronte às trincheiras de Itapiru e Passo da Pátria, bombardeando as mesmas.

Em data de 20 de março, pela ordem do dia n. 143, fui promovido a alferes.

A 9 de abril os paraguaios embarcaram em chalanas, de arma branca em punho, no intuito de assaltar a ilha fronteiriça a Itapiru, que desde há poucos dias se achava ocupada por duas baterias e uma brigada de infantaria, das nossas.

Essa força inimiga, comandada pelo Capitão Romero, aportou após a meia-noite, num sítio próximo ao nosso acampamento; foi, porém, por nós logo percebida. A carnificina durou cerca de duas horas e perdemos perto de 400 homens. Do inimigo conseguimos aprisionar o comandante e muitos homens. Os demais que não morreram pelas baionetas atiraram-se no largo rio Paraná para salvar-se, mas pereceram afogados.

No dia 16 de abril, pela manhã, o General Osório empreendeu sua primeira travessia e aportou nas Três Bócas, logo abaixo de Itapiru, e isso sob o mais intenso tiroteio. O inimigo já o havia esperado nos banhados. O nosso bravo General Osório, porém, saiu-se vencedor após uma hora de luta. O adversário conseguiu fugir em tempo com seus canhões das trincheiras, antes que caísse em nosso poder.

O restante do nosso exército, tão depressa quanto pôde, atravessou o rio e, em conjunto, acampamos junto ao lugar Passo da Pátria.

GRANDES BAIXAS DE LADO A LADO

Pelo meio-dia de 2 de maio o inimigo atacou-nos em campo aberto, próximo a Passo da Pátria; a luta durou pouco mais ou menos duas horas. Perdemos 4 canhões com a respectiva munição, além de cerca de 1.000 homens; as baixas do inimigo foram contadas em 2.000 soldados.

No dia 20 de maio todo o exército pôs-se em marcha e ao clarear do dia bombardeamos uma pequena fortificação, que não tardou em ser evacuada pelos seus ocupantes. Na mesma data ainda, acampamos em Tuiuti.

A 24 de maio, pelo meio-dia, o inimigo atacou-nos por todos os lados; a luta durou cinco horas, sem esmorecer. Perdemos cerca de 100 oficiais, contando também os feridos e mais ou menos 2.500 praças. As baixas do inimigo, porém, ascenderam a 7.000, contando sómente os mortos. Durante a luta sempre fomos os senhores do terreno. Conseguimos conquistar 4 bandeiras, 4 canhões e grande cópia de mantimentos.

A 14 de julho chegou o Barão de Pôrto Alegre com o seu 2º Exército e acampou junto a Passo da Pátria.

A 15 de julho despediu-se o nosso bravo General Osório, sendo substituído pelo General Polidoro.

Ao clarear do dia 16 de julho a luta recomeçou numa trincheira que o inimigo havia feito no nosso flanco, no mato. Lutamos até a meia-noite. Lutamos, ainda, durante todo o dia 17, porém com menos intensidade.

No dia imediato, 18 de julho, recomeçou luta acesa na trincheira já citada e que se estendeu até às 4 horas da tarde, hora em que conseguimos apoderar-nos da posição, porém com a perda de 4.000 homens e várias bandeiras. O inimigo não teve nem metade das baixas.

SOLANO LOPES COMO PARLAMENTAR; COLERA MORBUS

No dia 10 de agosto o Barão de Pôrto Alegre embarcou com o 2º Exército e dirigiu-se rio Paraguai acima, desembarcando logo abaixo do forte Curuzu; nossas fôrças estavam protegidas pela frota. Na data imediata o 2º exército deu assalto às trincheiras de Curuzu e as tomou.

A 12 de setembro veio o Governador Lopes acompanhado de parlamentares, diversos generais e um piquête e postou-se entre as linhas. Foi êle recebido pelos Generais Mitre e Flores. No local foi erguida uma barraca para nela se discutir.

Durante três dias não se ouviu um só tiro, pois havia armistício. A trégua durou de 12 a 15 do mesmo mês. Nesse espaço de tempo o Ge-

neral Mitre enviou uma divisão de infantaria argentina para reforçar o exército em Curuzu.

A 16, de madrugada, o 2º Exército assaltou o grande forte de Curupaiti. Apesar de tôda a valentia e denôdo, o 2º Exército foi forçado a empreender terrível retirada, depois de lutar uma hora. Sofremos 4.000 baixas e mais 2.000 os argentinos aliados.

No dia 25 de setembro partiu o General Flores para assistir à sua eleição.

A 17 de novembro chegou o General Marquês de Caxias, assumindo o supremo comando das tropas.

Pelo comêço do mês de abril de 1867 surgiu entre nós o colera morbus. Muitos dos nossos homens dela pereceram. Pela mesma época instalou-se o telégrafo elétrico, com ligações que irradiavam de nossa posição para diversos pontos em torno.

No dia 10 de maio o General Polidoro partiu para o Rio de Janeiro; todos nós, a oficialidade, tivemos que acompanhá-lo até o vapor onde êle se despediu de nós.

No dia 24 de junho ensaiamos a ascensão de um balão cativo, a fim de poder melhor observar o inimigo.

VISANDO HUMAITÁ

A 3 de julho as fôrças do Barão de Pôrto Alegre abandonaram sua posição em Curuzu e foram acampar em Passo da Pátria.

No dia 14 de julho chegou o valente General Osório com o seu 3º Exército e reuniu-se novamente a nós.

No dia 21 de julho nossas fôrças, em número de 16.000 homens, passaram pela esquerda de Tuiuti; após alguns dias de marcha acampamos em Tuiucuê. Para garantir a posse das fortificações de Tuiuti, lá ficou o Conde de Pôrto Alegre.

Cedo, na manhã do dia 31 de julho, atacamos o inimigo, porque as nossas fôrças se achavam concentradas demais; conseguimos o terreno desejado e deslocamos o adversário em direção aos fortes de Curupaiti e Humaitá. Entre mortos e feridos, infligimos ao inimigo cerca de 80 baixas, sendo que nós tivemos apenas alguns feridos.

Ao despontar do dia 3 de agosto, duas de nossas divisões de cavalaria subiram costeando o Humaitá e derrotaram as guarnições do telégrafo elétrico junto ao Arroio Fundo, destruindo suas instalações.

Conseguimos 30 prisioneiros e uns 300 dos inimigos morreram, além do que conseguimos apresar cerca de 2.000 cabeças de gado para corte, uma quantidade enorme de cavalos e duas carretas com bois. Não perdemos nenhum homem por morte, mas grande era o número de feridos por pontaços de lança.

No dia 15 de agosto uma parte de nossa esquadra aproximou-se ladeando as trincheiras de Curupaiti, sob o mais intenso bombardeio das trincheiras, sem, contudo, perder um único navio. As belonaves se postaram defronte a Humaitá.

A 20 de setembro, nós, o 8º Corpo de Cavalaria, marchamos beirando o Humaitá costa acima e batemos o inimigo na vila Pilar. Prosseguindo, deixamos a cidadezinha à nossa esquerda, passamos a nado o rio Inambuí e atacamos o inimigo pela retaguarda. Apesar de termos que avançar contra dois canhões que atiravam incessantemente e contra forte contingente de infantaria, a sorte nos foi favorável. Tomamos ao inimigo os dois canhões por investida de assalto e desmantelamos-lhe a infantaria; o que não jazia morto por terra, foi forçado a atirar-se no rio Inambuí. A essa altura o 21º Corpo, que estava armado como infantaria, desmontou e, apressadamente, organizou uma linha de fogo ao correr da margem do rio e, assim postado, cobriu o inimigo a nado com as mais terríveis saraivadas de balas. Foram poucos dos nadadores que conseguiram chegar à margem oposta. Mal afi chegados e se julgando a salvo, terminaram por serem atravessados por lanças.

A luta durou perto de uma hora; aprisionamos 83 soldados com 4 oficiais. Contamos 150 mortos, sem os que se haviam precipitado ao rio e afi perecido por afogamento. Perdemos um alferes e um soldado, outrossim foram feridos um capitão, um alferes e uns 20 soldados. Conquistamos 4 carretas com os respectivos bois, 2 canhões, perto de 200 reses e alguns cavalos.

CONSTANTE ATIVIDADE

No dia 28 de setembro, nós da 2ª Divisão mudamos nosso acampamento de Tuiucuê para perto da Estância São Solano e juntamo-nos ao resto da cavalaria, afi acampada há dias.

Lá não nos foi dado nenhum dia de trégua pelo inimigo que se achava à nossa frente. Mostrou-se-nos élle todos os dias em campo aberto, ostentando disposição ao ataque. Isso nos forçou a constante atividade até à manhã do dia 31 de outubro, data em que apareceu com 3.000 homens. Mas quando nós firmamos pé, bateu em retirada; isso se repetiu por duas vezes durante o dia. A terceira vez, a mesma força reapareceu e assaltou a 6ª Divisão, que se achava em observação. Houve luta, porém nossa divisão viu-se obrigada a retirada e sofreu baixas. Foi quando as 1ª e 2ª Divisões chegaram a galope desenfreado, a 2ª pelo flanco direito e a 6ª pelo esquerdo. Nós porém nada pudemos fazer e vimo-nos forçados a suportar, inativos, e a uma distância de 50 a 100 passos, a fuzilaria da infantaria inimiga, até que dois batalhões nos vieram em socorro; êstes logo abriram fogo violento. O inimigo não havia esperado por êsse recurso. (O original, a esta

altura, peca por falta de clareza, principalmente no que diz respeito ao movimento da cavalaria. Nota do tradutor).

Vendo-se o inimigo obrigado a retirada, chegou a vez da nossa cavalaria de, pela direita e pela esquerda, estrafegá-lo de lança em riste e de espada em punho. E assim terminamos, em uma hora, com o combate. Capturamos 200 praças com 4 oficiais; no campo contamos de 600 a 700 mortos. As nossas baixas eram, entre mortos, um capitão e 60 a 70 soldados; feridos, 6 oficiais e cerca de 50 praças.

MORRE UM SANTA-CRUZENSE

No dia 21 de outubro marchamos (a 2^a Divisão) sobre Humaitá e fizemos alto a uma distância de mais ou menos 3/4 de légua do forte. Lá a cavalaria do inimigo costumava conduzir seus cavalos para fora das fortificações, a fim de que os animais pastassem no campo aberto; faziam isso diariamente. Com a progressão da luz do dia, o inimigo apercebeu-se de nossa presença e aprontou-se para o combate. Eram aproximadamente 2.000 homens. Montamos sem demora e investimos, barrando-lhes o caminho para o passo, enquanto a 6^a Divisão se achava oculta no flanco direito, entre macegais. Tocamos o adversário por diante sob grande mortandade, até frente às trincheiras de Humaitá. Aí fomos forçados a um urgente recuo, devido aos inúmeros canhões do forte, que nos tomaram sob cerrado fogo. Nossa 1^a Divisão, oculta na ala esquerda de Humaitá, nos socorreu tarde demais; caso contrário, nenhum dos 2.000 teria logrado fugir. Conseguimos 150 praças e 8 oficiais prisioneiros; o número de seus mortos andava entre 700 e 800. Nós perdemos vários oficiais e grande número de feridos. Por morte perdemos pouca gente, mas os feridos eram muitos. Entre os que haviam perdido a vida achava-se Frederico Zinn (um dos voluntários de Santa Cruz. Nota do tradutor). Jaz ele junto à Estância São Solano, onde o enterramos.

EM RECONHECIMENTO

No dia 24 de setembro o inimigo assaltou nosso comboio de abastecimento; morreram 400 dos nossos e muitos foram feridos. Tomaram-nos grande número de carretas com bois e mulas, além de muita mercadoria sortida (o original diz em vernáculo: "negociantes sortidos". Nota do tradutor), também grande soma em dinheiro e homens acompanhantes — tudo caiu nas mãos do inimigo. Aconteceu isso no trajeto de Tuiuti para Tuiucuê.

A 29 de outubro, pela meia-noite, nós, isto é, as 1^a e 2^a Divisões de Cavalaria e o 6º Batalhão de Infantaria com seus 4 canhões, seguimos Humaitá acima. Derrotamos o inimigo além do Arroio Fundo, no lugar denominado Potreiro da Ovelha. Em número de 150 a 200, ele se havia entrincheirado entre os matos e banhadas. Infligiram-

-nos 400 baixas entre mortos e feridos; além disso, aprisionaram-nos 36 dos nossos. Assenhoreamo-nos da posição inimiga após duas horas de luta. No dia imediato ainda apresamos aproximadamente 1.000 reses e cavalos que encontramos no campo.

Por volta da meia-noite do dia 2 de novembro pusemo-nos em marcha, partindo do Potreiro da Ovelha. Marchou todo o contingente, que era comandado pelo Brigadeiro João Manoel Mena Barreto. Alcançamos, ao primeiro alvor do dia, Taji, que fica a cerca de duas léguas do potreiro já citado. Aí derrotamos a guarnição de infantaria composta de uns 200 homens. Muitos dêles se atiraram ao rio Paraguai no afã de alcançar um dos três navios de guerra aí ancorados, mas em vão.

Esses navios haviam-nos bombardeados cruelmente, e a diminuta distância. Tão rápido quanto nos foi possível, assentamos nossas quatro bôcas-de-fogo em direção às belonaves e pusemos a pique duas delas, dentro de meia-hora; a terceira fugiu sem tardar, porém com grave avaria em uma de suas rodas de propulsão. Entre mortos e feridos tivemos 40; os contrários nos deixaram 25 prisioneiros e sofreram maior número de baixas por morte.

QUASE SURPREENDIDOS

No dia seguinte arranjamos vários botes, a fim de abordar um dos navios que se achava próximo à margem oposta e do qual sómente queimara a cobertura, sem ter submergido. Nêle encontramos mais 53 mortos, entre os quais também uma mulher e uma menina de uns três anos de idade. Concluímos que tivessem sido membros da família do comandante.

A madrugada do dia 3 de novembro viu o inimigo investir contra Tuiuti com 8.000 a 10.000 homens, infantaria e cavalaria. Atacaram o flanco direito, guarnecido por nossos aliados argentinos. Nosso 2º Exército, ainda sempre comandado pelo Visconde de Pôrto Alegre, só se deu conta do ataque quando o inimigo já havia conseguido apossar-se da primeira trincheira; abriu imediatamente cerrado fogo de bateria. Apesar disso, o atacante invadiu a zona do comércio por atacado, pilhando e incendiando os empórios.

Por ordem do Visconde de Pôrto Alegre esse quarteirão foi por nós assaltado de baioneta calada, enquanto os safados paraguaios (o original diz: "die frechen Paraguay..." Nota do tradutor) iam-se deixando imolar aos centos, ao lado de barricas de açúcar e de barris de bebidas. Os invasores então abandonaram a zona do comércio, pois esta ardia em chamas, e investiram contra nosso quartel-general.

As nossas bem providas baterias, porém, os cobriram de tal maneira com metralhas de lanterneta que se viram forçados a proteger-se junto ao local da nossa guarda, pôsto que aí existiam fortificações

reforçadas e altas. Mas, não tardaram em notar que agora se achavam sob o duplo fogo das nossas baterias; abandonaram em seguida o seu refúgio e se dividiram em dois grupos. Um dêstes voltou a atacar o quartel-general, porém sem resultado; o outro grupo se retirou para Passo da Pátria, sito a 3/4 de légua, aproximadamente, de Tuiuti.

(Novamente o original é bastante confuso, no trecho que segue. Nota do tradutor).

Mas, infelizmente, para êle, só conseguiu chegar até à metade do caminho, pois aí houve encontro e, forçado a retroceder, reuniu-se novamente em Tuiuti, de onde marchou de regresso.

DURAS PERDAS

Perdemos quase todo o 4º Batalhão de Artilharia. O Comandante Augusto Ernesto da Cunha Matos, com muitos oficiais e soldados, inclusive tôda a banda de música, caíram prisioneiros nas mãos do inimigo. Além do que ainda nos tomaram vários canhões, entre os quais um de 32 libras, de aço forjado.

Sòmente dentro da área de nossa posição, o adversário perdeu 3.000 mortos, além de muitíssimos prisioneiros. Perdemos igualmente cerca de 3.000 homens, entre mortos e feridos. Também o Visconde de Pôrto Alegre recebeu ferimento durante essa luta de seis horas; até o estado-maior sofreu baixa de vários oficiais, uns mortos e outros feridos.

No dia 18 de fevereiro de 1863, tanto a 2º Divisão de Cavalaria como uma divisão de infantaria foram postas em prontidão para entrar em combate, acontencendo o mesmo com nossa frota. Ao escurecer marchamos em direção à trincheira Estabelecimento, que ficava a meia légua acima de Humaitá.

No dia subseqüente, portanto 19, às 3 horas da madrugada, seis encouraçados de ferro de nossa esquadra conseguiram passar por Humaitá, apesar do forte fogo das baterias adversárias.

Logo ao alvorecer do dia atacamos as fortificações de Estabelecimento. A luta durou perto de duas horas e dela resultou ficarmos senhores da posição e mais de oito canhões e quantidade de foguetões. (O original diz: "foguetões" em português. Nota do tradutor).

Muito nos deram que fazer dois navios de guerra que se achavam àquelas alturas. Esses finalmente se afastaram incólumes, pois entre nós não se achava nenhum artilheiro adestrado, que fôsse capaz de alvejar um navio a mil passos de distância, com um tiro de um dos nossos bons canhões de aço forjado.

Perdemos 800 homens, entre mortos e feridos; o inimigo perdeu o total de sua guarnição do forte. Apanhamos apenas um alferes e alguns soldados como prisioneiros; o resto perdeu a vida.

Na mesma data, pela manhã, nossa vanguarda tomou uma torre de observação e um fortim provido de canhões, perto de Tuiucuê.

No dia 19 de fevereiro foi assassinado, em Montevideu, o General Flores.

HUMAITÁ: — EIS A QUESTAO

A 25 de fevereiro, às 9,30 horas da manhã, foram ouvidas três grandes explosões junto às baterias em Humaitá.

Na noite de 21 a 22 de março, o inimigo abandonou todas as suas fortificações entre Tuiuti e Humaitá e concentrou-se com todos os seus canhões transportáveis em Humaitá.

O nosso 2º Exército já partira de Tuiuti, vencera a Linha Negra (que eram as trincheiras inimigas de Tuiuti) e deslocara o resto das forças; os nossos tiveram muitas baixas. O nosso exército acampou tanto dentro das trincheiras de Curupaiti como fora e junto a elas; isso no dia 22. O resto de nossa esquadra postou-se defronte de Humaitá.

Os 1º e 3º Exércitos acamparam, a 3 de abril, a uma distância de um tiro de canhão de Humaitá; sem demora cavamos trincheiras e assestamos as baterias, a fim de bombardear Humaitá. Com a colocação das baterias aproveitamos muito bem a Semana Santa.

A Sexta-feira Santa decorreu no máximo silêncio — sem um tiro e sem música da banda.

No Sábado de Aleluia, ao despontar o dia, o nosso exército foi chamado em prontidão de ataque e às 9 horas estávamos prontos. O inimigo havia-se apercebido de nossos preparativos e nos enviou uma de 68 libras.

A totalidade de nossas baterias em redor de Humaitá começou, em uníssono, o bombardeio. Todas as cornetas soaram e o conjunto das bandas entoou. O bombardeio dos três exércitos durou duas horas sem que Humaitá detonasse segundo tiro em revide.

ASSALTO AO MONITOR "RIOGRANDENSE"

No dia 2 de maio, um contingente nosso, contando lá pelos 7.000 homens, atravessou o rio Paraguai junto a Estabelecimento e interceptou o comboio de abastecimento a Humaitá, que vinha lá do outro lado, do Grão Chaco. Ao desembarcar, logo houve luta com os paraguaios e nós sofremos duras perdas.

No dia 4 do mesmo mês os paraguaios assaltaram os nossos no Chaco, mas perderam tudo o que possuíam e até o dôbro do que nos haviam tomado dois dias antes; a posição foi por nós reforçada e guarnevida com canhões.

As 9 horas da noite do dia 9 de julho o adversário praticou um assalto ao monitor "Rio-Grandense", nas proximidades de Taji. Veio ele em 24 lanchas contendo de 300 a 400 soldados; de espadas e armas de fogo em punho escalou, no maior silêncio, o costado da nave. Sómente o comandante morreu e alguns de seus tripulantes foram feridos, mas o assaltante nos deixou 4 oficiais, um sargento e 34 soldados como prisioneiros, a maioria deles feridos e muitos escaldados pela água fervente da caldeira do vapor. O major comandante dessa força e duas lanchas apinhadas de paraguaios, eis só o que conseguiu fugir. Apossamo-nos de 22 lanchas, ou melhor, a maioria delas foi posta a pique pelo pessoal dos navios que se achavam fundeados nas imediações e também pelas nossas baterias de Taji.

CERCADO O INIMIGO NA ILHA

No dia 16 de julho, de madrugada, procedemos a um reconhecimento à viva força, de Humaitá. Disso nos resultaram 1.019 baixas, entre mortos e feridos. Perdemos muitos oficiais de altas e baixas patentes.

Na manhã de 25 de julho o adversário começou a inutilizar a totalidade de seus canhões e os legou ao abandono, em número de 283. Ato contínuo, transpôs o rio em direção ao Chaco, a fim de fugir à fome.

Cedo, no dia 27 de julho, travou-se a batalha no Chaco, que durou, sem esmorecer, até à meia-noite. O inimigo que havia abandonado Humaitá foi por nós forçado a fazer reduto em uma ilha, ficando em situação de cerco.

A 5 de agosto o inimigo sitiado na ilha rendeu-se-nos. Seu número ainda ascendia a 1.500 homens; o resto lograra fugir, devido à péssima visibilidade do terreno.

No dia 19 de agosto todo o nosso exército, inclusive nossos aliados, marchou em direção a Tebiquari.

Quando, a 26 de agosto, constituímos a vanguarda, topamos com um regimento paraguaio, que se achava na ilha São Fernandes, além do Jacaré. Travamos luta e perdemos alguns mortos e feridos. O adversário porém, teve o dôbro em baixas por morte, sem contar os feridos.

Apresamos 121 cavalos, na maioria selados, os quais o inimigo tivera que abandonar em sua retirada para as fortificações junto ao rio Tebiquari.

CAPITÃO WERLANG É FERIDO

Na manhã do dia 28 de agosto, nosso exército chegou à Ilha São Fernandes e acampou, e nós, a vanguarda, nos pusemos em prontidão para entrar em combate.

A uma hora da tarde foi assaltada a trincheira na margem do Tebiuari; apossamo-nos dela abaixo das mais violentas saraivadas de balas e lanternetas; escalamos o baluarte de 10 pés de altura e tocarmos com os paraguaios rio adentro; só poucos alcançaram a margem oposta. Foi diminuto o número de nossos mortos e o de feridos andava pelos cem, na maioria por balázios, entre os quais também eu me achava.

Aprisionamos um major paraguaio e ainda o célebre capitão Ovado, com numerosos soldados e 4 canhões.

Ao clarear do dia 1º de setembro, iniciamos a travessia do Tebiuari, sob a cobertura de nossa frota. O exército inimigo, porém, durante a noite, havia pôsto fogo em seu acampamento do outro lado do rio e fugira.

DE ROLDÃO PELA PICADA

A 12 de setembro passamos pela Vila Franca e a 18 pela Vila Oliva.

No dia 22 de setembro, a 3ª Brigada encontrou-se com um regimento e um batalhão de paraguaios. Entre os matagais, junto ao Lagoão Ipoá, haviam êles nos preparado uma emboscada. Retiramo-nos, porém, ainda em tempo, mas sem nada poder fazer, pois o terreno não permitia ação.

A 23, portanto no dia seguinte, a 3ª Brigada costeou o Lagoão Ipoá em direção ao local onde o inimigo se havia postado de véspera. Não o encontrando, prosseguimos até o arroio Surubii, onde o avisamos na entrada de uma picada; lá se achava um regimento.

Atacamos imediatamente e levamos o inimigo de roldão através da dita picada, de cerca de 1/4 de léguas, até além de uma ponte; isso tudo abaixo da maior mortandade. Além da ponte, porém, o inimigo nos havia preparado outra emboscada. Sómente um esquadrão nosso ficou isolado.

Sofrendo perda de 41 mortos e feridos, retiramo-nos apressadamente, até que fôssemos socorridos pela nossa infantaria, constituída de 5 batalhões. Reunidos, revidamos o ataque e após 1½ hora da maior carnificina e a custo de grandes baixas conseguimos ocupar a posição. Nossa infantaria perdeu perto de 300 praças; além disso, o inimigo conseguiu aprisionar de 30 a 40 dos nossos, inclusive 3 oficiais.

No dia 24 acampamos em Palmas, junto à margem do Paraguai, acompanhados de nossa frota. Foi quando surgiu o *colera morbus* entre nós; muitos homens dêle pereceram.

A SORTE NOS É ADVERSA

A 1º de outubro saímos a um reconhecimento à linha de fogo; tomamos uma pequena trincheira situada no mato e descobrimos o

fortim Angustura, que nos fêz retroceder abaixo de centenas de granadas. Nada podíamos fazer, pois tudo era matagal e banhados.

Batemos, portanto, em retirada, sofrendo 160 baixas, entre mortos e feridos. Além disso, aprisionaram-nos nossa retaguarda, constituída de 50 praças e dois oficiais. O inimigo perdeu um capitão e 20 soldados por morte, e um alferes e vários soldados por aprisionamento.

PARA O GRÃO CHACO

Nos primeiros dias de novembro, o Marquês de Caxias enviou tropas para além do rio Paraguai, a fim de proceder a um reconhecimento e para abrir caminho; comandava-as o General Argôlo. No cumprimento dessa tarefa houve freqüentes escaramuças com contingentes de reconhecimento inimigos.

Terminada a abertura da citada senda para o Chaco, o grosso do nosso exército passou o rio, enquanto nossos aliados permaneceram em suas trincheiras. A 3ª Brigada de Cavalaria foi a última a atravessar o rio, a 3 de dezembro.

Desembarcamos em meio de água, lodo, charcos e matagais. Marchamos dia e noite abaixo de chuva, atravessamos pontes flutuantes, até que, no dia 5, bem cedo, entramos novamente em embarcações num local pouco acima do forte de Angustura. Lá já se achavam ancorados nossos cinco encouraçados, com dois monitores, desde fins de setembro. Havia arriscado passar por Angustura, tentativa em que foram bem sucedidos.

Esses navios nos levaram sãos e salvos ao quartel de Santo Antônio.

PRUDENTE RETIRADA

elas 3 horas desse mesmo dia nossa brigada, levando consigo mais uma brigada de infantaria, montou e partiu para um reconhecimento no arroio Itororó, que distava duas léguas de Santo Antônio. Pelo caminho despersamos um piquete inimigo e alcançamos uma picada que nos conduziu até além da ponte de Itororó, onde se nos descortinou um lindo campo.

Não tardaram em aparecer numerosas fôrças inimigas, que se aproximavam tomndo-nos sob cerrada fuzilaria. Não nos havíamos apercebido do inimigo a não ser a uns 1000 passos de distância, devido a uma colina que se anteparava, ocultando-o. O Coronel Niederauer, que nos comandava, imediatamente deu ordem de retirada.

Do dia 5 até a madrugada do dia 6 já haviam desembarcado... 30.000 homens em Santo Antônio.

Ao nascer do sol do dia 6 de dezembro, nosso General Osório partiu com tôda a cavalaria, seguindo à esquerda e acima de Itororó, para um reconhecimento; entremes, a 3^a Brigada, acompanhada de uma divisão de infantaria e uma bateria, marchou diretamente sobre Itororó. A vanguarda ficou confiada ao 6º Corpo.

HOMENS CONTRA CANHÕES — ITORORÓ!

Mal havíamos passado pela picada e avistado o outro lado da ponte, fomos recebidos pelas lanternetas de seis canhões, os quais o inimigo, durante a noite, havia postado além da ponte, em campo aberto. Lá estavam à nossa espera.

A 3^a Brigada de Cavalaria recebeu ordem imediata do General Argôlo de tomar a bateria de assalto, esta atirando violentamente. Conseguimos cumprir a ordem — e ainda com insignificantes perdas humanas e de montarias. Esse núcleo inimigo, durante nossas três investidas e retiradas, ia recebendo reforços do mato próximo; por isso, só pela quarta vez foi possível realizar nosso intento.

A culpa coube à nossa infantaria, que se revelou vacilante. Sua Excelência o Marquês de Caxias, finalmente, viu-se obrigado a galopar, à rédea sólta e de espada em punho, ao meio da infantaria para encorajá-la, porém com parco efeito. Praticou êle esse ato abaixo do mais cerrado fogo de fuzilaria.

Cessou a luta após duas horas, ficando nós senhores do campo. Perdemos muita gente, mas as perdas do adversário foram três vezes outro tanto. O General Argôlo recebeu dois balázios mortais.

No dia seguinte, 7 de dezembro, bem cedo, marchamos rumo à cidadezinha Villeta. A canícula era tal que muitos soldados da infantaria desmaiaram durante a marcha e morreram.

Quando, ao anoitecer, acampamos cerca de uma légua distante de Villeta, o inimigo nos saudou com algumas granadas.

A 9 de dezembro pusemo-nos em marcha, tomando direção ao Paraguai, sempre tocando as forças inimigas pela frente, e, pelas 10 horas da manhã, acampamos junto ao arroio Vai, para recuperação nossa, visto que desde o dia 4 nenhum mantimento nos fôra distribuído.

PRÓDROMOS DE UMA GRANDE BATALHA — AVAF!

Durante o dia 10 nos conservamos quietos, observando a mais atenta vigilância, pois que nos achávamos cercados pelo inimigo. O Marquês de Caxias expediu suas instruções para a batalha do dia seguinte.

No dia 11 de dezembro, às 8 horas da manhã, montaram nossas três divisões de cavalaria. O Marquês decidira dividir o Exército em três: a primeira parte atravessaria o arroio Vai, a fim de atacar a ala esquerda; a segunda se aproximaria do inimigo pela frente, onde ele, de véspera, havia assestado 18 canhões em campo aberto. Essas ordens foram cumpridas sem demora e a tôda pressa assestou-se ainda um conjunto de canhões-foguetes, dirigidos contra os 18 canhões do adversário.

A terceira parte do Exército, constituída de duas divisões de cavalaria, as 1^a e 3^a, seguiu, a passo, ao longo da frente inimiga, para depois atacar pelo flanco direito. Nisso dirigiram-nos diversas granadas, mas que não nos atingiram.

O TIRO DE SINAL!

O Marquês então detonou o tiro de sinal e todo o exército atacou com coragem. Instantes depois, o lindo campo se achava obscurecido não só pela fumaça de pólvora, como também por cortinas de fortíssimo aguaceiro.

Nós, as duas divisões de cavalaria, barramos em seguida o caminho de retirada ao inimigo, sob a mais cruenta luta. O resto de nossas fôrças atacou-o por todos os lados, arrebanhando-o no centro. Uma fôrça de cerca de 2.000 tentou vir-lhe em socorro, das bandas de Lomas Valentinas, mas não a deixamos passar.

DESCRIÇÃO PAVOROSA

O inimigo remanescente foi por nós obrigado a concentrar-se num monte só, encurrallado. Contava pelos 2.000 homens.

Fizemos, então, uma carga de cavalaria sóbre o inimigo, e, abaixo dos mais entusiásticos brados de júbilo, golpeamo-lo a espada e a lança. Numa diminuta área de uns cem passos de comprimento por outro tanto de largura, o número de mortos era tal que chegavam a jazer uns por cima dos outros.

A seguir nossas fôrças se retiraram, sempre abaixo de chuva, e acamparam próximo à cidadezinha de Villeta, distante cerca de 1/4 de léguas do campo de sangue.

COM LAGRIMAS...

Lá verificamos as nossas baixas e contamos os nossos mortos, cujo número andava em torno de mil, entre os quais muitos oficiais de altas e baixas patentes; entre os mortos tive que encontrar, com lágrimas, o meu irmão Guilherme, que teve a cabeça trespassada por uma bala. O número de feridos era tanto quanto o de mortos.

Havíamos derrotado de 5.000 a 6.000 homens, dos quais aprisionamos 1.000. Entre êstes se achavam dois coronéis, um tenente-coronel, dois maiores e muitos oficiais de inferior graduação, além de diversas famílias.

Conquistamos 18 canhões, inclusive a respectiva munição, 4 bandeiras e mais umas duzentas reses. Durante esse combate, o nosso General Osório recebeu ferimento por bala.

CHEGA A VEZ DE LOMAS VALENTINAS

No dia 14 de dezembro o Marquês enviou a 2^a e a 3^a Divisão de Cavalaria para efetuar uma batida. A 2^a Divisão passou pelo flanco direito de Lomas e capturou perto de 5.500 reses.

A 3^a Divisão passou pelo flanco esquerdo do forte, passou pelo Potreiro Mármore em direção a Angustura, para fazer reconhecimentos por lá. Pela madrugada encontrou-se com um regimento de cavalaria inimigo, que em seguida foi assaltado e aprisionado.

Quando, de volta, os dois generais de cavalaria apresentaram seus relatórios do que haviam observado, ao Marquês, este achou conveniente decidir-se ao ataque contra as fortificações de Lomas Valentinas.

A 21 de dezembro, pela madrugada, nosso exército se movimentou em marcha sobre Lomas, distante umas três léguas de Villette; aí sómente permaneceu o hospital de sangue, com os nossos feridos do dia 11 e um batalhão de engenharia, como guarnição.

As duas da tarde atacamos Lomas, perdurando o violentíssimo fogo até pelas 10 horas da noite, acompanhado de forte aguaceiro. Ficamos senhores das primeiras trincheiras, nas quais encontramos 35 canhões; aprisionamos também 50 homens da guarnição, com dois oficiais.

Nos dias 22 e 23 a luta prosseguiu, porém não muito intensa.

Na manhã do dia 24 o Marquês enviou parlamentares ao forte; a trégua de duas horas daí resultante, aproveitou-a para assestar várias baterias, inclusive foguetões, decidido a bombardeá-lo.

As 5 horas da manhã de 25 de dezembro, o Marquês determinou que o total dos nossos canhões abrisse fogo contra Lomas, e assim foi feito até as 7 horas, momento em que todos atacamos de assalto. Bombardeando e em seguida investindo em massa, passou todo o dia sem que nos fosse possível penetrar no forte. Apesar de, vez por outra, conseguirmos invadir uma das trincheiras — abaixo de fogo de canhões e lanternetas — sempre nos forçavam novamente a terríveis retiradas. Isso durou o dia todo, causando-nos pavoroso número de baixas.

A 27 de dezembro, cedo, o Marquês determinou que nossas forças envolvessem o forte, ficando os nossos aliados postados pelo lado de Angustura; a seguir, comandou assalto em conjunto.

O inimigo, já exausto pelas lutas dos dias anteriores, não teve mais ânimo para resistência: abandonou suas trincheiras e debandou, porém abaixo de enormes perdas. Solano Lopes também conseguiu fugir.

Assim pudemos ver Lopes, sua mulher, seus generais e seu estado-maior empreendendo retirada em direção à Cordilheira, sem que lhe barrássemos o caminho. Isso teria sido fácil; certamente ao Marquês de Caxias não convinha prendê-lo.

Conquistamos todos os haveres da família de Lopes; estavam acondicionados em diversas carretilhas e se compunham das mais finas roupas, de ouro e prata e de dinheiro.

Foi com o coração confrangido, mas também com profundo respeito, que olhamos para o quadro que se nos apresentou no interior do forte. O chão estava revolvido pelas nossas granadas e coberto de cadáveres de homens, cavalos, bois, cachorros e outros animais. O hospital, com milhares de feridos, caiu em nosso poder, além do que recuperamos muita gente nossa, que Lopes havia aprisionado anteriormente; entre ela, achava-se o Major Augusto Ernesto da Cunha Matos e numerosos oficiais aprisionados na batalha de Tuiuti, no dia 3 de novembro. Estavam agora libertos.

ANGUSTURA SE RENDE SEM TIRO

Na manhã do dia 29 de dezembro, o Marquês enviou parlamentares ao forte Angustura, sítio a meia légua de Lomas, nas margens do Paraguai; esse forte vinha impedindo nossa navegação.

Mandou advertir o seu comandante que se rendesse (o comandante era de nacionalidade inglesa), pois que Lomas tinha sido tomada e Lopes se foragira.

O comandante porém não deu crédito à notícia transmitida pelos parlamentares e condicionou a poder certificar-se "de visu", acompanhado de uma escolta; o Marquês aquiesceu ao propósito.

Ainda no mesmo dia, pois, apresentou-se o coronel e quando desparou pessoalmente com a miséria reinante no interior de Lomas, meneou a cabeça e concordou imediatamente com a capitulação. Esta foi levada a efeito no dia seguinte, 30, ao meio-dia.

Angustura estava muito bem fortificada, tanto pelo lado do rio como por terra; nela se achava grande número de canhões pesados e uma guarnição de 1.300 homens.

CHEGA O CONDE D'EU

No dia 1º de janeiro de 1869 nosso exército levantou acampamento, e chegou à cidade de Assunção a 4 do mesmo mês.

A 7 de janeiro faleceu o Barão do Triunfo, em Assunção. Toda a oficialidade teve que assistir a um ofício religioso na catedral de Assunção, em memória aos mortos.

Nos dias 19 e 22 de janeiro embarcaram, respectivamente, o Marquês e o General Osório, em viagem para o Rio de Janeiro.

Durante o mês de fevereiro o nosso exército foi, a pouco e pouco, transferido para a pequena cidade de Luque, e logo formada uma

vanguarda. Esta teve freqüentes refregas com o inimigo que aparecia, vindo da Cordilheira, onde fixara posição.

No dia 14 de abril chegou o Príncipe Conde d'Eu a Assuncão e por via férrea logo continuou viagem para Luque. Todo o 2º Exército af sediado, desde a madrugada, se achava pronto para recebê-lo com uma parada. Após esta, às 12 horas, todos os oficiais se dirigiram à casa em que o Príncipe se hospedara minutos antes, a fim de apresentar-lhes seus cumprimentos. Feito isso, o Príncipe proferiu um discurso.

No dia subsequente, o Príncipe dirigiu-se para o 1º Exército, que se achava na linha de fogo, e inteirou-se da situação. A seguir expediu suas ordens no sentido de que nossa vanguarda fôsse aproximando-se cautelosamente da Cordilheira. Sua ordem foi cumprida, não sem algumas escaramuças com o adversário.

AO ENCALÇO DO INIMIGO

Nos primeiros dias de maio, o Príncipe ordenou que o Corpo de Pioneiros e alguns batalhões embarcassem em Assuncão e se dirigessem a Fêcho dos Morros, situado na Província de Mato Grosso; outrossim, determinou que uma força de 5.000, inclusive dois corpos de cavalaria e artilharia, se pusesse em movimento. Comandava-a o Coronel Câmara. Saltaram em terra 30 léguas acima de Assuncão, a fim de bater 3.000 paraguaios nas Vilas de São Pedro e Rosário.

Mas o inimigo pressentiu o plano e bateu em retirada. O Coronel Câmara perseguiu-o dia e noite, através de banhadais e caminhos os mais pavorosos que se possa imaginar. Como vaqueanas ou guias serviam-lhe mulheres que tinham remanescido naquela zona.

GRANDE PRÉSA — MUITA MORTE

Até que enfim, no dia 29 de maio, Câmara alcançou os fugitivos. À noite expediu êle suas ordens para o ataque da manhã seguinte. A batalha rompeu abajo de chuva torrencial e durou cerca de duas horas. Aprisionamos 800 homens, sendo que o resto morreu em ação; pouquíssimos lograram fugir. Nossa presa de guerra era constituída de 18 canhões, quantidade de ouro e prataria, milhares de reses, outro tanto de cavalos e, ainda, cabras, ovelhas, etc.

Milhares de mulheres e crianças foram imediatamente levadas a embarque e enviadas seguramente para Assuncão.

Após a batalha, o Coronel Câmara deu permissão para pilhar a cidadezinha durante duas horas, com a advertência de não danificar nenhuma casa nem móveis, no que foi obedecido. Câmara então mandou degolar a maior parte dos prisioneiros. Antes de embarcar, ainda mandou arrebanhar todos os animais capturados, gado, cavalos, etc e ordenou que fôssem sacrificados, pois êle carecia de meios de transporte. Mandou juntar tôdas as carrêtas e carretilhas e incendiou-as. Em seguida regressou, com um mínimo de baixas.

Pelo fim do mês de junho regressaram as forças que haviam sido enviadas a Fêcho dos Morros, porque nada se havia notado do inimigo; além disso, lá muitos dos nossos morriam de peste.

No dia 3 de junho foi festejada a chegada do General Osório, o qual, no dia imediato, foi ao exército por via férrea, reassumindo o comando do 1º Exército.

No dia 22 de julho fui promovido a tenente, pela ordem do dia n. 28.

A 15 de agosto foi nomeado o novo governo em Assunção.

Na madrugada do dia 12 de agosto o Príncipe ordenou assalto às fortificações de Peribebuí e após duas horas da mais dura luta tornamo-nos donos delas — mas com a perda do General João Manoel Menna Barreto e de mais alguns homens.

Geralmente a maior parte do inimigo era degolada depois da batalha.

Despojamos o inimigo de vários milhões em dinheiro, além de valores em ouro e prata; conquistamos a totalidade dos canhões existentes; também famílias, milhares de pessoas, tudo isso apresamos.

A 14 de agosto o Príncipe marchou com os 1º e 2º Exércitos e alcançou Cacubá no mesmo dia; estava êle sobre os calcanhares de Lopes.

Na madrugada do dia 15 de agosto o Príncipe deu ordem de marcha e, quando chegamos a Barreiro Grande, encontramos o inimigo. Citado local é um descampado e sobre êle pudemos observar Lopes em sua retirada.

Imediatamente, o Príncipe comandou ataque, estendendo-se a luta pelo dia todo e depois perseguimos os paraguaios em sua fuga. Tomamos-lhes suas carrêtas carregadas de riquezas e matamos os homens que as acompanhavam. As carrêtas que continham munição e as viaturas dos canhões foram incendiadas tôdas.

O inimigo perdeu milhares de soldados, pois não se concedia perdão; os feridos foram mortos logo que encontrados. Ainda três dias após a luta foram achados gravemente feridos no capim alto, lamentando seus ferimentos e clamando por perdão. Mas isso de nada lhes valeu.

No dia 16 de agosto continuamos a perseguir sempre o inimigo, abaixo de um verdadeiro extermínio. Chegou êle finalmente à cidadezinha de Caraguataí, onde atravessou apressadamente o rio e depois incendiou os dois navios lá estacionados.

A 17 de agosto nosso exército cruzou o rio e prosseguiu na perseguição, através dos mais horríveis caminhos que se possa imaginar.

Derrotamos várias vezes a retaguarda inimiga, tomndo-lhe carrêtas, canhões e outros haveres, além de causar-lhe baixas.

Os retirantes chegaram à Vila São Joaquim, onde firmaram pé; mas de nada lhes adiantou; depois de grandes perdas, viram-se forçados a continuar batendo em retirada.

Pelo caminho que ia tomado o adversário fugitivo, encontramos centenas de mortos estendidos na estrada, pois assassinava todos os exaustos e doentes, fôssem êles homens ou mulheres; nem mesmo crianças escapavam dessa prática. Faziam isso a fim de evitar que caíssem em nosso poder.

Tôdas as mulheres que acompanhavam nosso exército tinham que carregar munição de artilharia; nossa cavalaria ia a pé, pois suas montarias se achavam extraviadas. (?) (O original não é preciso em esclarecer o que havia acontecido com as montarias da cavalaria. Nota do tradutor).

Sitiámos a pequena cidade de São Joaquim, enquanto o 1º Exército marchou até Conceição, onde acampou. Os 5.600 soldados que sitiavam São Joaquim tiveram que alimentar-se quase que exclusivamente de palmitos, caça e semeilhantes. Apesar de que cada 8 ou 10 dias nos enviam tropas de 100 a 200 reses pelos péssimos caminhos, tal quantidade não supria nem a metade de nossas necessidades.

Eis porque centenas de praças e oficiais desertavam. Os oficiais não tardavam em apresentar-se a outras unidades que dispunham de mantimentos, mas dos soldados pouquíssimos assim agiam.

A maior parte dêles embrenhou-se nas matas ou vivia disperso em casas de sitiantes. Mais tarde, tivemos que aprisioná-los aos pequenos grupos, por vêzes após violentos tiroteios.

Levados à presença do General, êste os prendeu na guarda e, no dia seguinte, mandou aplicar-lhes 300 a 400 lambadas de espada, após o que foram reconduzidos às suas respectivas unidades.

Aquêles que por ocasião de sua captura ofereciam resistência foram imediatamente mortos.

Em novembro, o resto da força sitiante de São Joaquim viu-se obrigado a fugir à fome e veio acampar junto a nós, em Rosário.

O Príncipe, que com o seu 1º Exército se encontrava em Conceição, af deixou algumas unidades como guarnição e marchou em perseguição do inimigo, que se havia entrincheirado em Panadeiro. O General Câmara, que conduzia a vanguarda, estava ansioso pelo ataque e levou-o a efeito decorridos poucos dias.

O adversário perdeu muita gente mas outro tanto o General Câmara, que tinha conseguido barrar a passagem ao reabastecimento do inimigo. Em consequência êste, mais tarde, teve que abandonar Panadeiro, ocasião em que milhares de famílias tentaram fugir, porém mal a metade conseguiu fazê-lo. As famílias do inimigo atravessaram de 30 a 40 léguas de matagais e banhados horríveis, no intuito de alcançar Conceição e pôr-se sob nossa proteção. Sómente a metade dos que partiram conseguiu o propósito; os demais tinham morrido de fome pelo caminho.

O General Câmara, procurando anteceder-se ao movimento do inimigo, cruzou o rio Apa e ficou à sua espera; entremes, o Coronel Bento Martins flanqueou os paraguaios pela sua ala direita. Mas nem um nem outro pôde atacar devido à impropriedade do terreno.

A 29 de novembro o General Osório despediu-se de nós e regressou definitivamente.

A 15 de agosto foi instalado o Governo Provisório em Assunção.

Nos primeiros dias de dezembro, o Príncipe despediu vários batalhões de infantaria, Voluntários da Pátria, e mandou-os para o Rio de Janeiro, a fim de lá receberem sua baixa.

A 3 de dezembro o Príncipe mandou sitiaria a Vila São Pedro, distante 8 léguas de Rosário, por dois esquadrões de cavalaria, visto que nessa vila, às margens do Chejuí, havia sido notada a presença de uns 50 homens do inimigo.

No dia 23 do mesmo mês, à meia-noite, o inimigo assaltou Piquete, no rio Chejuí; perdemos dois homens e o inimigo também.

Sem demora, o Príncipe enviou dois batalhões e um corpo de cavalaria sob o comando do Coronel João Jardim, a fim de dar reforço a São Pedro e ao mesmo tempo para proteger as centenas de famílias que se locomoviam de Panadeiro, em busca de seu torrão. Essas famílias sofriam tribulações por parte dos próprios paraguaios dispersos.

Todos os dias o Coronel mandava efetuar batidas a cavalo para localizar esses homens espalhados, que viviam em bandos pilhando as pobres famílias em migração, das quais muitas, como já relatei acima, morriam de fome pelo caminho.

Perdemos muitos desses grupos, que em maioria se compunham de oficiais paraguaios. Todos que não encontravam morte imediata nas refregas, foram por nós executados sem mais delongas. Em seus bolsos encontramos o produto de suas pilhagens: jóias de ouro, prata e dinheiro, que haviam tomado aos deslocados.

Assim, capturamos todos os homens dispersos, e aqueles que não se apresentavam espontaneamente, eram enviados desta para a outra por meio de faca. Entre eles, também se achavam alguns poucos dos nossos, dos que haviam fugido à fome em São Joaquim.

— Fim do Diário —

CASA MORAES ALVES UNIFORMES MILITARES

Bonés — Distintivos — Bandeiras

Uniformes em Tergal

A VISTA OU A PRAZO

Rua Uruguaiana n.º 174-A — Tel. 43-6653

EFEMÉRIDES DA ARTILHARIA

CAMPANHAS DO URUGUAI E PARAGUAI

(1864-1870) (*)

Gen (Res)
HEITOR BORGES FORTES

SEGUNDA PARTE

1866

Março — 1 — No acampamento de Talacorá o mapa da força apresenta a 17ª Brigada (Artilharia), sob o comando do Cel Hilário Maximiano Gurjão, e formada pelas seguintes unidades:

1º R A Cav 31 Oficiais	446 praças	—	477 homens
1º B A Pé 34 Oficiais	503 praças	—	537 homens
3º B A Pé 26 Oficiais	364 praças	—	390 homens
<hr/>			
TOTAIS:	91 Oficiais	1.313 praças	— 1.404 homens

e com:

30 bôcas de fogo La Hitte cal. 4
12 bôcas de fogo La Hitte cal. 6
6 bôcas de fogo La Hitte cal. 12

Março — 6 — É dada a designação de 1º Corpo de Exército à Grande Unidade comandada pelo General Osório.

Março — 8 — Falece em Corrientes o Brigadeiro Antônio Manuel de Mello, 1º Comandante Geral da Artilharia do Exército Brasileiro em Operações (substituído pelo General Andréa).

Março — 17 — O C. Ex. de Pôrto Alegre começa a atravessar o rio Uruguai, no Passo de São Borja, e dirige-se à fronteira paraguaiã. Sua artilharia recebeu em São Borja mais 6 bôcas de fogo La Hitte cal. 4.. raiadas.

O Capitão Joaquim Rêgo Monteiro é nomeado comandante do 4º BAPé, (que estava armado como Infantaria).

(*) Continuação do número de Jul/Agô.

Março — 28 — A Artilharia do C. Ex. Brasileiro, acampada na margem esquerda do Paraná, assenta ali, de pronto, alguns canhões para reforçar o bombardeio de Passo da Pátria, pelos navios da Esquadra.

Foram a 1^a Bia/1º BAPé, com 4 canhões LH de 12, comandada pelo Capitão Moura, e a recém-organizada bateria de Morteiros de 220 mm, do Cap. Tibúrcio.

Março — 29/30 — Reconhecimento da Ilha del Medio (ou Redención) pelo Tenente-Coronel J. C. Carvalho.

Abri — 1 — O vapor "Duque de Saxe" estêve atravessando canoas para a ilha del Medio ou Redención.

Abri — 4 — Pôrto Alegre abala com o grosso de seu Corpo de Exército, do acampamento de Itapua para Santo Tomaz.

Abri — 5/6 — Ocupação da Ilha del Medio ou Redención, por um destacamento brasileiro, comandado pelo Ten-Cel João Carlos de Vilagran Cabrita, do qual fazem parte duas baterias do 1º BAPé (que se achavam em posição na margem esquerda do rio Paraná).

Abri — 9/10 — COMBATE DA ILHA DA REDENÇÃO —

"Além do campo entrincheirado no povoado do Passo da Pátria, possuíam os paraguaios, sobre a margem direita do Paraná, o FORTE DE ITAPIRU, com um posto avançado num grande banco de areia, no rio. Na noite de 5 de Abril de 1866, faz o General Osório ocupar a Ilha da Redenção, que lhe fica em frente, por uma força de 900 homens ao mando do Ten-Cel Art João Carlos de Vilagran Cabrita. Essa força compreendia: uma secção do Batalhão de Engenharia (Ten Eudoro de Carvalho Castelo Branco); 7º Corpo de Voluntários da Pátria; 14º Batalhão Provisório de Linha; 1^a Bateria do 1º BAPé (Capitão Moura) e a bateria de Morteiros de 22, do comando do heróico cearense 1º Tenente Antônio Tibúrcio Ferreira de Souza (1). Do dia 6 até 9 houve bombardeio de parte a parte sem outras consequências, além da morte do soldado João Francisco de Souza e de ferimentos graves nos ditos Rainundo Guilherme de Jesus e José Bonet, e leves no 1º Cadete Joaquim Bernardino Olinto, todos da guarnição do 1º morteiro, em consequência dos estilhaços de uma granada de calibre 68.

Na madrugada de 10 resolvem os paraguaios assaltar de surpresa a ilhã, com 1.200 homens, que são batidos e se retiram, deixando em nosso poder 30 candas, 800 espingardas, 30 prisioneiros, inclusive o Capitão Romero, além de haverem perdido 850 homens, sendo 650 mortos e 220 afogados.

(1) A parte de combate redigida pelo Capitão Tibúrcio está parcialmente transcrita às págs. 35/36 do "Histórico do Regimento Mallet" (H.R.M.). No que se refere aos heróis da ação (os chefes de morteiros e elementos das guarnições), pertenciam ao 1º BAPé.

Auxiliaram a nossa ação as canhoneiras Henrique Martins, Greenhalg e Chuf.

A ilha, após êsse combate, passou a denominar-se "do Cabrita", em homenagem ao seu heróico defensor, que morreu, após o combate, quando estava acabando de escrever a parte sôbre o feito de armas". (2).

(Baseado no Histórico do Regimento Mallet, pgs. 34/35.)

Quando redigia parte de combate no porão de uma chata, atingidos por uma granada disparada no Forte Itapiru, morreram — Ten-Cel Vilagran Cabrita, o Major Luiz Fernandes Sampaio (da artilharia), e Ten Woolf, ficando gravemente ferido o Ten Carneiro da Cunha. De 6 a 9, da bateria de morteiros morreram 2 soldados e ficaram feridos gravemente 2, e levemente 2. Da 1^a/1º B A Pé, morreu o 1º Cadete A. J. Rodrigues Torres e ficou ferido o soldado José Ferreira, no combate do dia 10 (ver Schneider — 1º Vol.) (3).

Abri — 15 — (18 horas) — Embarcam nos navios-transportes da 1^a Divisão de Transporte os componentes do 1º escalão da Fôrça de Desembarque (3^a Divisão — Gen Sampaio e reforços), logo seguido do 2º escalão (1^a Divisão — Gen Argôlo) nos navios da 2^a D T.

No "Sloan Bearn" seguem 460 praças de artilharia e na chata "Pernambuco" 8 (oito) bôcas de fogo do 1º R A Cav; a munição de artilharia foi embarcada na chata "Cearense", a reboque do "White-inch", e cavalhada na chata "Monitor" (40 cavalos) e o destacamento de praia (50 sapadores) em 4 canoas.

Abri — 16 — (8 horas) — O General Osório e seu Estado-Maior embarcam no navio "General Osório", no 3º escalão.

16 — (9 hs.) — Os Aliados invadem território paraguaio, desembarcando na região da CONFLUÊNCIA dos rios Paraná e Paraguai.

Osório é o primeiro a desembarcar, seguido de seu Estado-Maior. Acompanham-no seu piquête de cavalaria e a 1^a vaga de assalto, constituída por uma ala do 2º Bat. V. Pátria e uma ala do 11º Bat., comandadas pelo Major Deodoro da Fonseca. Sucedem-se outras vagas e antes de terminar o dia estão em terra as 3^a e 1^a Divisões de Infantaria, e as 8 peças do 1º R A Cav, com o Ten-Cel Mallet à frente, sendo comandante da Bateria o Cap João Nepomuceno Medeiros Mallet, e dela fazendo parte o contingente de Vol. Alemães.

(2) A bateria do 1º BAPé, comandada pelo Capitão Moura, que guarnecia o flanco direito, que foi atacado pelos paraguaios, tinha como subalternos os Tenentes Mourão Pinheiro e Guimarães, cuja brilhante atuação não foi mencionada nas partes de combate.

(3) Um quadro de Pedro Américo, pintado em 1872, apresenta o Forte de Itapiru, uma cena de combate entre tropas paraguaias e o 7º CVF, a canhoneira "Henrique Martins", trincheiras e bateria levantada na Ilha pela Comissão de Engenheiros, sob a direção do Ten-Cel Dr. José Carlos de Carvalho. Sua reprodução fotográfica, na "Vida Fluminense", está exposta no Salão de Leitura da Biblioteca do Exército, no Rio de Janeiro.

16 — (17 horas) — A 3^a Divisão de Transporte já ocupa sua posição, pronta a lançar em terra as tropas argentinas, orientais e a 2^a Brigada (Pessegueiro), cujo desembarque se faz já à noite.

Abri — 17 — Primeiro encontro com os paraguaios do Cel Benitez, entrando em ação os canhões do 1º R A Cav. (Ver H. R. M.).

Os defensores da Ilha da Redenção foram levados para Itapiru, nos vapores "Provedor" e "Lindóia" (2º ponto de desembarque, na margem direita do rio Paraná, logo abaixo de Itapiru).

Abri — 18 — Ocupação do Forte Itapiru (4).

Mitre desembarca junto ao forte às 11 horas.

Abri — 18/19 — A Esquadra continua a bombardear Passo da Pátria.

Abri — 20 — O C. Ex. de Pôrto Alegre passa a ter a designação oficial de "2º Corpo do Exército em Operações contra o Paraguai".

Abri — 20/21 — Neste dia, ao escurecer, marcharam, visando proceder aos reconhecimentos para a travessia do rio Paraná pelo 2º C. Ex., o batalhão provisório de engenheiros, uma bateria de artilharia, o 7º de Cavalaria da G. N., o 5º e o 8º CP (tiveram antes ordem de estar prontos para marchar dentro de uma hora).

— A 21 prosseguiram a marcha, sob o comando do Brigadeiro Portinho.

O Cmt Geral da Artilharia (Gama Lôbo D'Eça) assumiu o comando das Fôrças que ficaram no estacionamento do 2º C. Ex.

Abri — 22 — No Passo da Candelária — dirigiu-se S. Exa. (Pôrto Alegre) acompanhado sómente dos Oficiais que trouxe ao passo, e aí chegando, observou minuciosamente, auxiliado por um excelente binóculo, mandando que se determinasse a largura do rio (2725 foi a média das observações).

— A Comissão de Engenheiros constrói dois espaldões para 6 canhões, que são ocupados pelo 3º BAPé, nas vizinhanças de Passo da Pátria.

Abri — 23 — Os paraguaios abandonam o Passo da Pátria.

— As 6,10 hs. da manhã a coluna Portinho marchou para Itapua, na seguinte ordem: 5º de Voluntários, Batalhão provisório de engenheiros, bateria de artilharia a cavalo, 8º de Voluntários e 7º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional. S. Excia. (Conde de Pôrto Alegre) dirigiu-se, enquanto a tropa acampava ao cimo de uma colina, e observou, por longo tempo, o Passo de Itapua e a vila de Encarración, que não se distinguia bem, por estar muito cerrado para aquèle lado. Às 4½ da tarde continuou a marcha...

(4) A bandeira do Forte Itapiru está no Museu Histórico Nacional, doada pelo Almirante Carvalho, descendente do Ten-Cel Eng José Carlos de Carvalho, que hasteou no referido forte a bandeira brasileira do 6º Batalhão de Infantaria.

Abril — 24 — Às 4½ da malrugada já marchava a coluna, porém len'a noite, por haver muita cerração. Ao romper do dia mandou S. Excia. fazer alto e dispôs a coluna na seguinte ordem: 5º e 8º de VP, Batalhão provisório de engenheiros e finalmente a Bateria de Artilharia, mascarada pelo 7º Corpo Cav. G. N. Nesse dia procederam-se a experiências de tiro real, com várias peças de artilharia (5).

Enquanto isto:

— O 2º C. Ex. (—) está acampado em São Tomás à margem do Alto Paraná, a poucas léguas de Itapua, com 14 879 homens, sendo 1 157 artilheiros e pontoneiros. (Jourdan, 3º Vol. pg. 201).

Abril — 24 — Os Aliados ocupam Passo da Pátria.

Abril — 25 — Às 7,10 hs. chegou S. Excia. ao acampamento, dando ordens para festejar a Travessia do Paraná, na Confluência, pelos Aliados.

Abril — 29 — O 1º R A Cav. destaca para junto do Exército Oriental a 5ª Bateria, com 4 canhões La Hitte de 4, e sob o comando do Capitão João Dias Cardoso de Mello, do 2º BAPé, adido ao Regimento.

Maio — 1º — O Gen Pôrto Alegre faz nova modificação em suas tropas. O Corpo Provisório de Artilharia a Cavalo, o 4º BAPé e Corpo Provisório de Pontoneiros continuam subordinados ao Comando Geral da Artilharia. (H. R. M. pg. 38).

— O Destacamento Portinho, acampado nas vizinhanças de Itapua, é atacado pelo Cel Nuñez que à frente de 3 000 homens e 12 canhões

(5) Tudo conforme relatório da Comissão de Engenheiros do 2º CEx, publicado no Apêndice 8, pág. LXXXV e seguintes, e o livro de Schneider. "Para as experiências de artilharia P. Alegre mandou praticar uma passagem pelo contingente do BPEngs. Efetuada a abertura, penetrou S. Exa. nas trincheiras, ordenando que seguissem os engenheiros seu Estado-Maior, e o Comandante do Corpo Provisório de Artilharia a Cavalo... Depois de S. Exa. reconhecer bem o passo (Itapua), e de mandar que (eu) medisse a largura do Paraná, ordenou ao Cmt que fizesse vir a peça de montanha do autor Whitworth a fim de ser assentada. A distância média obtida entre o P. O. e uma casa na margem oposta foi de 634,8 braças, e à vila de Encarnación, situada numa pitoresca colina, foi de 915. Colocada a peça, que foi levada a mão ao lugar designado, mandou S. Exa. fazer alguns tiros para a casa junto à qual se achava um grupo de soldados, no momento em que chegava uma canoa que descia de Encarnación. O projétil caiu perto da canoa e de um lanchão que estava encalhado, levantando água. ... Os outros tiros caíram perto... já estava colocada em outro ponto uma boca de fogo à La Hitte Cal 4, mandando S. Exa. fazer fogo para a vila, mas os projéteis não foram além do meio do rio, arrebatando alguns ao saírem da boca de fogo. O Cmt do CPA Cav explicou ser isto devido à má fabricação dos projéteis, e serem estes de menor calibre, que podiam atingir a 1.200 braças, se fossem perfeitos e dos calibres respectivos. ... As 11½ horas retirou-se S. Exa., mandando cessar as experiências da artilharia, achando a coluna acampada no lugar determinado, que era dentro das trincheiras, ao lado da abertura feita nas mesmas. As 5 horas da tarde repetiram-se as experiências com um canhão-obus, que pouco mais alcançou que a peça La Hitte.

vindos de Encarnación, sujeita o acampamento brasileiro a forte bombardeio, após o que se retira para o interior, incendiando os campos.

Neste combate morre o Capitão José Carlos Cabral, comandante da 1^a Bateria do CPACav.

Maio — 2 — Combate de Estero-Bellaco (entre Passo da Pátria e Tuiuti), A VANGUARDA, formada pelo Exército Oriental (Flores) é atacada. Perda da 5^a Bia/1º RACav. (Capitão J. D. Cardoso de Mello), 4 canhões La Hitte de 4 que se achavam colocados em posição perigosa e que haviam sido dados em refôrço aos orientais.

Maio — 20 — O Exército Aliado avança na direção geral de HU-MAITÁ, para estacionar em Tuiuti, travando combates de vanguarda nas travessias dos Passos Sidra e Carreto.

Maio — 24 — 1^a BATALHA DE TUIUTI.

“Apertada entre a laguna Pires e o “estero” que, com denominações várias e numa extensão de cento e cinqüenta quilômetros, margina o Rio Paraguai e vai lançar-se no Paraná, ficava a faixa de terreno, com uma largura de quatro a cinco quilômetros, sobre a qual haviam assentado seus acampamentos as forças da Tríplice Aliança. Ocupavam elas um campo cheio de acidentes, cobertos aqui e ali de lagoas, banhados de atoleiros, de capões de mato e altos macegais. Alturas só existem para leste, onde se desenvolviam as posições das tropas argentinas.

Os paraguaios, corridos, tinham-se entrincheirado fortemente em um apertado trecho da faixa aludida, no Sauce, executando poderosas obras defensivas, inteiramente a coberto dos golpes do invasor.

Entre as linhas dos beligerantes estão os bosques do Estero Rojas, cortados por picadas e carreiros, que partindo das trincheiras paraguaias desembocavam sobre as avançadas dos aliados.

Desde logo se apreende o perigo que essas matas ofereciam se não fôssem cuidadosamente vigiadas, constituindo como que uma cortina a ocultar os movimentos do inimigo.

Dispositivo aliado

As tropas brasileiras, o mais numeroso contingente do Exército invasor, estacionavam sobre o flanco esquerdo, desenvolvendo-se em quatro linhas sucessivas, da extrema avançada ao fundo do acampamento.

Os argentinos formavam simetricamente o flanco direito.

As linhas avançadas, no centro, ocupando, em virtude das condições topográficas da região, uma frente reduzida, eram guardadas pelos orientais, reforçados pelo 1º Reg. Art. a Cavalo, comandado pelo Ten-Cel Emílio Luiz Mallet, e pela 6^a Divisão, ao mando do Gen Vitorino José Carneiro Monteiro, frações das forças brasileiras.

D. Venâncio Flores, General e Presidente da República do Uruguai, era o comandante do centro e vanguarda.

Os Paraguaios

O gênio trêfego e insofrido de López, não lhe permite ver por mais tempo os progressos do adversário que ameaça atacá-lo em suas próprias posições, ao mesmo passo que, por metódicos trabalhos, vai-se precavendo dos golpes que êle, López, lhe possa levar.

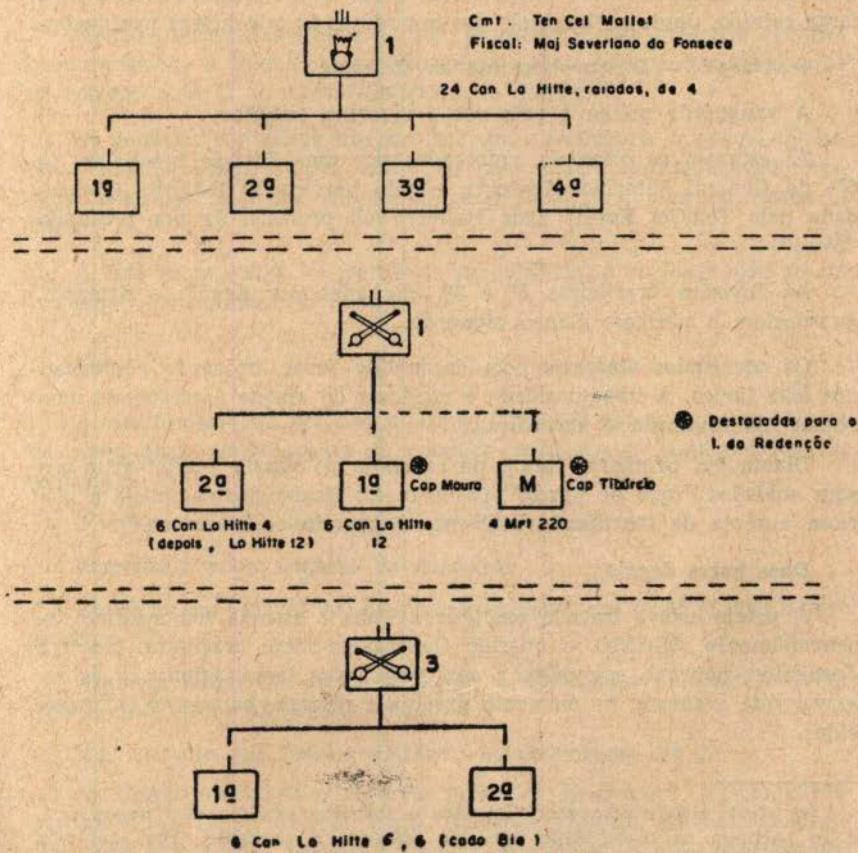
O irrequieto Ditador já tinha reconhecido a bravura e superioridade com que os aliados lhe davam combate...

CONCENTRAÇÃO DA ARTILHARIA

(PARA INVASÃO DO TERRITÓRIO PARAGUAIO)

Em Tala Cora (1º C Ex) :

Cmt : Brig. A. Manuel de Melo



Com a astúcia e a surpresa, quer contrabalançar as virtudes guerreiras de seus inimigos e lhes prepara um golpe súbito e rude.

Aproveitando as extraordinárias vantagens que o conhecimento exato e a posse das matas do Rojas lhe proporcionam, dispõe López 24.000 soldados, dos melhores, em quatro vigorosas colunas, dirigidas por hábeis generais que, às 11 horas da manhã de 24 de MAIO de 1866, se apresentam inopinada e enérgicamente, defronte de nossas linhas, ameaçando-as simultaneamente, por todos os lados.

O General Resquin dirigi-se para a direita, caindo sobre os argentinos; Marcó atacou o centro, enquanto Diaz e Barrios assaltavam as posições da esquerda, onde estavam as tropas brasileiras.

O ataque foi mais enérgico sobre o nosso flanco esquerdo, por ser esse lado o mais favorável, sendo aí mais densos os matos e próximos às linhas, matos adrede cortados de caminhos escusos, que facilitavam e encobriam os movimentos ofensivos, ao passo que, na direita, havia uma larga estrada, desde o "laranjal" dos argentinos às trincheiras paraguaias

O Ataque — Desenvolvimento do Combate

A vanguarda sofreu o primeiro e vigoroso embate...

Aí estavam os orientais, reforçados por uma Divisão brasileira, (a 6^a) do General Vitorino Monteiro, e pelo heróico 1º RACav., (comandado pelo Ten-Cel Emílio Luiz Mallet), sob proteção de um profundo "fôssó".

As Divisões brasileiras 1^a e 3^a, chefiadas por Argôlo e Sampaio, guarneциam o perigoso flanco esquerdo.

Os paraguaios atacaram com desmedido furor, buscando contornar-nos esse flanco. A impetuosidade e violência do ataque corresponde uma resistência impávida e encarniçada...

Dante das primeiras cargas da cavalaria paraguaia, Mallet grita aos seus soldados "fogo de horror" (6) e o seu Regimento conquista a gloriosa auréola de "artilharia-revólver", dizimando os atacantes.

Duas horas depois

A peleja estava travada em toda a linha e assume seu máximo desenvolvimento. OSÓRIO, o querido General-em-Chefe brasileiro, bravo e destemido, honra o seu posto e confirma a sua fama, acionando as reservas que avançam, no momento preciso, a reforçar os pontos enfraquecidos.

(6) Teria sido o comando: "Granada e metralha espoléta de 6 segundos", e ao partirem os tiros, Mallet exclama satisfeito e confiante "Por aqui não entram". (H.R.M., pág. 41)

A retaguarda é ameaçada, mas lá está a Brigada 19^a (Auxiliar) que se opõe ao movimento envolvente do inimigo.

Entram em ação novas baterias de artilharia: o 1º Batalhão dessa arma, com suas pesadas bôcas de fogo, de grosso calibre (12), vai com a 3^a bateria do 3º Batalhão, também de artilharia, ocupar a extremidade esquerda, onde é pertinaz a presença do adversário.

As Divisões 2^a e 5^a (de Cav., desmontadas), a Brigada Netto, com sua escassa, porém temerária cavalaria, levam, com arrojadas cargas, o inimigo por diante, em destroços.

A infantaria varre, ora com certeira fuzilaria, ora com as muralhas movediças de suas baionetas, as tropas que se lhe antepõem.

No centro, mais duas baterias do 3º BAPé cooperam com a invencível artilharia do 1º Regimento. Entretanto, os argentinos não fazem menos, em busca da vitória. Resquin sofre profundamente com o fogo que lhe é feito.

Osório percorre as linhas de seu comando, e sua presença redobra o entusiasmo e o valor dos combatentes; no momento oportuno empenha na refrega a 4^a D. I. (Gen Guilherme de Souza).

Os generais contrários não se decidem a abandonar o campo de batalha. Repelidos aqui ou ali, voltam de novo à ação, protegidos pelo terreno, arrojando a massa enorme de seus soldados contra as nossas linhas.

A luta se prolonga, as cargas se multiplicam, a fuzilaria não se interrompe e o bombardeio é horrível!

Final

A vitória decide-se por nossas armas. As 4 1/2 horas da tarde, depois de cinco horas longuíssimas de combate porfiado, o inimigo bate em retirada...

O campo da ação fica juncado de 4.000 cadáveres.

Ferira-se a maior batalha da América...

Entraram em ação 28.000 homens dos aliados, dos quais 20.000 nossos patrícios.

Canhões, bandeiras, fuzis, munições e apetrechos de guerra foram troféus assinalados da grande vitória.

Mais de oito mil feridos contou-se no memorável dia 24.

As forças brasileiras praticaram prodígios de bravura. Argôlo, Mena Barreto (José Luiz), Tristão Pinto, Guilherme, Netto, Andréa, conduziram suas forças com perícia e denôdo de velhos chefes consumados.

Sampaio sucumbiu em glorioso pôsto, à frente da "Divisão Encouraçada", sendo substituído pelo Coronel Jacinto Machado Bittencourt.

Vitorino confirmou seu nome de batismo e renome que alcançou no Exército. Segundo Cunha Mattos, o Coronel Mallet foi o herói incontestado da jornada... (7).

E quantos outros nomes nos afluem ao bico da pena, cada qual mais digno de ser rememorado nestas pálidas e singelas linhas?!

Elogio de Osório

"O comportamento do Exército lisonjeia sobremaneira o seu general, que nutre a esperança de que em breve os seus camaradas farão nova colheita de louros, que só se alcançam à custa de esforços e sacrifícios que já têm sabido fazer, adquirindo incontestável jus à glória, recompensa a mais preciosa dos bravos" — tais são as palavras de Osório em ordem do dia de 28 de maio, referindo-se à batalha de Tuiuti. Honra a êsses bravos!

Crítica — Comentário

López cometeu um grande desacerto com o precipitado assalto de 24 de maio. Veio ele atacar um inimigo superior, material e moralmente, em seus próprios entrincheiramentos.

Nem mesmo o fato de ter sido um ataque por surpresa o absolve, porquanto esta importante condição falhou, não produzindo o efeito que ele esperava.

Falhou: 1º — porque movimentar para uma operação delicada como a de que se trata, uma massa de 24.000 homens (8), exige uma preparação prévia, muito meticulosa e segura, a fim de que a ação seja uniforme, simultânea e rápida.

2º — Falhou ainda porque López, ao lançar suas quatro fortes colunas de assalto, deixou-as entregues aos próprios recursos, ao passo que deixara inativos em Humaitá 14 mil soldados, os quais, oportunamente enviados ao campo de batalha, como tropas de reforço, não deixariam dúvida sobre o êxito da jornada.

3º — Falhou devido à providencial e acertada disposição dada às forças brasileiras, como observamos antes, em linhas sucessivas, o que permitiu uma boa distribuição de esforços, pela entrada das reservas em ação no oportuno instante.

7() Em artigo publicado a 24/5/1908, C. Mattos dizia no "Jornal do Comércio" do Rio de Janeiro: "Ao denodado 1º Regimento coube a fortuna de, com a resistência que opôs ao inimigo, desconcertar o plano geral da batalha, garantindo a vitória dos Exércitos Aliados. Cabem-lhe, pois, como primeiro fator do triunfo, as honras do dia."

(8) López mobilizou para essa operação 21 B.I., 8.400 cavalarianos mal montados e apenas 4 canhões-obuses — fora as reservas, que não empregou.

4º — Falhou, finalmente, porque as nossas guarnições mantinham-se a postos e repeliram o inimigo desde seu primeiro impulso.

Consequências

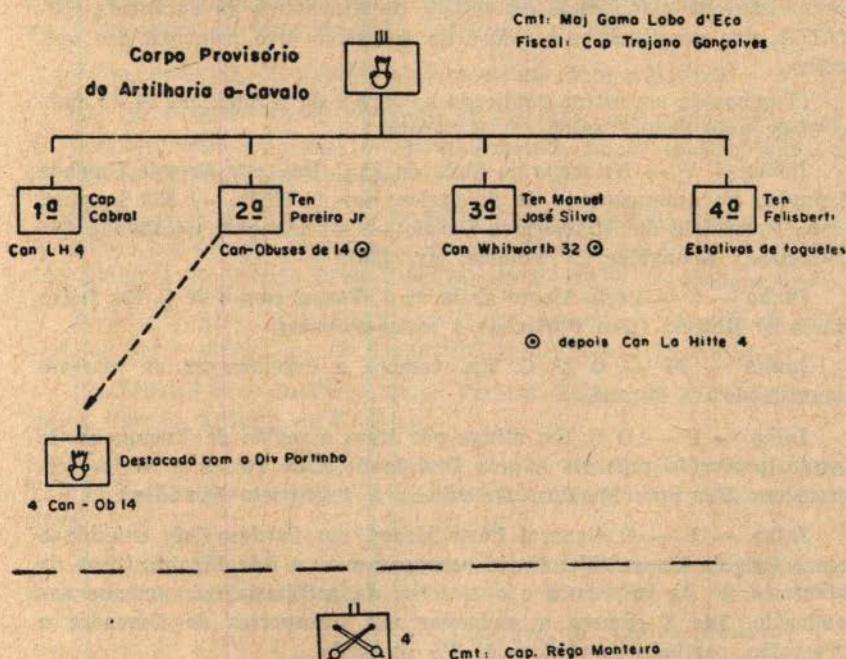
Foi um revés profundo para López o malôgro da batalha de 24 de maio.

O seu objetivo era esmagar os exércitos aliados, fazendo-os abandonar a esperança de vencê-lo.

O exército do Ditador debandou completamente, após a batalha. Os veteranos, os velhos e aguerridos soldados desapareceram quase por completo, substituídos por bisonhos recrutas, crianças ainda, trazidos para as fileiras pelo terror que incutia o despótico dominador do Paraguai. Mas nem por isso López desanimou. O duro golpe que vinha de sofrer, o tornou mais precavido. Mandou imediatamente reforçar as trincheiras, que o guardavam, aumentando as suas já magníficas condições defensivas.

E para os aliados? Quais as vantagens retiradas com a esplêndida e custosa vitória?

Em São Thomaz (2º C Ex) :



Poderia, quiçá, estar completa desde aquele dia a missão dos nossos soldados, pelo extermínio total das forças diversas que abandonavam o campo de batalha inteiramente destroçadas, se não fôra a absoluta falta do principal elemento da operação final dos combates — a cavalaria perseguidora.

As nossas forças de cavalaria estavam, na quase totalidade, a pé. Foi o império das circunstâncias.

Depois da batalha — Atitude dos Aliados

Ganha a batalha, o General-em-Chefe deitou-se sobre os louros e adormeceu. Nem um passo avançamos ou ganhamos para os flancos.

O inimigo revigorou-se, fêz-se mais forte e só o tornamos a ver, quando ele se nos apresentou para inquietar-nos.

Não se soube tirar partido das críticas circunstâncias em que o adversário ficara, derrotado e espavorido, para com as nossas tropas, entusiastas e vitoriosas, rechaçá-lo das suas linhas, atacá-lo sem tréguas, destruindo os obstáculos que, então fracos, ele opusesse.

Avançar sobre López era aproximar-se da margem do rio, onde a nossa Esquadra manobrava, era atingir as trincheiras da decantada HUMAITÁ, que constituía, nessa fase da guerra, o alvo principal das operações.

(Trechos de um artigo publicado no Jornal da Manhã, em 24 de maio de 1908, pelo então Capitão J. B. Fortes.)

Junho — 1º — No mapa da força do 2º C. Ex., esta Grande Unidade dispunha, no acampamento de S. Carlos, dos 4º BAPÉ — 553 homens; Corpo Provisório de Artilharia a Cavalo — 332 homens; totalizando 885 artilheiros. (Schneider, 2º Volume, pg. 326).

Junho — 2 — Pôrto-Alegre abala de S. Tomaz com o 2º C. Ex. Deixa com a 2ª Divisão (Gen Portinho) 4 canhões-obuses.

Junho — 24 — O 2º C. Ex. começa a desembarcar na margem esquerda do rio Paraná.

Julho — 1º — O C. Ex. atinge por terra a região de Tranqueira de Loreto, protegido pelo rio e pela Divisão do Cmt Tôrres e Alvim (canhoneiras Henrique Martins, Greenhalg, e transporte Presidente).

Julho — 7 — O General Pôrto-Alegre, em Cardoso-Cuê, entende-se com o Cmt da Esquadrilha Naval para embarcar a Bda Ligeira, tropa de infantaria, 4º de Infantaria e o material de artilharia que pudesse ser conduzido. Dia 8 começa a embarcar nos transportes da Esquadrilha o 1º escalão, partindo os vapores às 3½ da tarde.

O restante do 2º C. Ex. é levado para Iberatuguai.

Julho — 11 — Combate de Iataiti — Corá.

Julho — 13 — Parte por terra toda a cavalhada do 2º C. Ex. e o carretame, conduzindo o material do C. Ex. para o Passo da Pátria.

Julho — 15 — O General Osório passa o comando do 1º C. Ex. ao General Polidoro Jordão e se retira, por doente, para o Rio Grande do Sul.

NOTA ESPECIAL

A ARTILHARIA NA BATALHA DE TUIUTI

Tomaram parte na 1ª Batalha de Tuiuti as três unidades de artilharia que estiveram no acampamento de Tala-Corá, e aí se organizaram para a invasão do território paraguaio.

1) O 1º RACav, sob o comando do Ten-Cel Mallet, dependia diretamente do Cmt-em-Chefe brasileiro (Osório), e havia sido posto à disposição do Gen Flôres, comandante da vanguarda e do Exército Oriental.

Compunha-se de 4 baterias (1ª 2ª, 3ª, e 4ª) dispondo de 24 canhões raiados, La Hitte, cal. 4. (9).

Como adida, havia a bateria alemã (às vezes chamada de 5ª, que Gustavo Barroso chamou de bateria Krupp (erradamente), com 4 canhões LH 4, que foi colocada no flanco direito da grande bateria que se desenvolveu atrás do fôsso mandado abrir por Mallet.

Eram, portanto, 28 peças (como menciona Cunha Mattos).

2) Os 1º e 3º BAPé, formando a 17ª Bda, comandada pelo Gen Andréa, ocupavam uma área de estacionamento, no 3º escalão, sobre a estrada de marcha para Humaitá.

No decorrer da batalha, o 1º BAPé (12 canhões La Hitte, de 12) instalou-se em posição fronteira à bocaina do Potreiro Pires, à qual se veio juntar a 3ª Bateria (Cap Vasques) do 3º BAPé (4 canhões de 6).

As 1ª e 2ª Bias (3º BAPé) foram lançadas para o 1º escalão de combate, de um e outro lado da vanguarda, reforçando o 1º RACav.

Comandava o 1º BAPé o Major Pereira Valente e o 3º BAPé, o Major Hermes Ernesto da Fonseca.

Dispunham os brasileiros, portanto, de 52 bôcas de fogo; Rio Branco diz que os brasileiros tinham mais de 80 canhões, e Tasso Fragoso menciona 50.

A bateria oriental e os argentinos têm seus efetivos e comandantes mencionados em Tasso Fragoso.

(Continua no próximo número)

(9) As 4 peças LH 4 perdidas a 2 Mai 66 (5ª Bia), foram substituídas sem perda de tempo, retirando-se do 1º BAPé, material da 2ª Bia, que recebeu então 6 canhões LH de 12.

"ATIVIDADES DO CENTRO DE ESTUDOS ODONTOLÓGICOS DO EXÉRCITO

O Centro de Estudos Odontológicos do Exército promoveu, na Guarnição de Bela Vista — Mato Grosso, durante a "Semana do Exército" e também na "Semana da Pátria", uma mostra do progresso e capacidade de atendimento do Serviço Odontológico do Exército. Nessa ocasião, foram expostos, desde o primitivo motor de pé, até as mais modernas turbinas para dentisteria, além de equipamento para Ortodontia e "cadeiras múltiplas", usadas no 10º RC (Regimento "Antônio João").

Através do seu Departamento de Odontologia Preventiva e Social, o CEOEx apresentou diversos quadros educativos, distribuiu cerca de 3.000 folhetos sobre cuidados com os dentes, além de promover palestras sobre Odontologia Sanitária, na Escola Normal da cidade.

Esse programa foi continuação do esquema de Odontologia Sanitária que o CEOEx vem desenvolvendo na longínqua fronteira, desde 1965, quando fez o levantamento estatístico das arcadas dentárias dos escolares, para conhecimento do índice de cárie e de periodontopatia da região, tendo iniciado com a 1ª Semana de Saúde da Bôca, na cidade de Bela Vista.

— O CEOEx vê coroados seus esforços, pois essa campanha de divulgação de conhecimentos vem tendo elevado índice de aceitação, pela demonstração de interesse da população, seja na procura de conhecimentos sobre os dentes, seja no apoio às diversas programações do CEOEx".



CONTROLE DA LOGÍSTICA NACIONAL

Cel Art (QEMA)
FAUSTO CARVALHO MONTEIRO

Muito se tem falado sobre a necessidade imperiosa da existência de um órgão logístico nacional capaz de, estabelecidas as necessidades de guerra pela logística militar e confrontadas com as necessidades essenciais da subsistência e vida da Nação, realizar a complexa determinação dos meios globais necessários ao emprêgo do poder, em caso de guerra e, depois da mobilização, coordenar e controlar a sua obtenção, transporte e distribuição entre as Fôrças Armadas, para as ações militares, e a população do país, que continua a viver, consumir e a produzir com maior intensidade.

Esse órgão logístico, que em geral se admite que deva estar situado na cúpula da estrutura da Segurança Nacional, dotado de grande autoridade e autonomia, é geralmente mencionado como indispensável ao fluxo dos meios para a guerra, mas sua organização e funcionamento não são definitiva e objetivamente fixadas pelos seus defensores, já que se trata realmente de problema complexo e difícil de se equacionar, no âmbito da estrutura atual do país.

A estrutura e posição desse órgão, que muitos denominam de Comando Logístico Nacional, mas que poderia ter outra denominação qualquer, como "Centro de Controle Logístico Nacional" ou "Departamento Nacional de Logística" deverá, por força de suas atribuições precípuas, atender às seguintes condições essenciais:

1^a. possuir elementos estatísticos e de pesquisa, aparelhados para a determinação das necessidades civis da Nação em situação de guerra;

2^a. ter pleno conhecimento do valor e capacidade do Potencial Estratégico Nacional, que poderá ser transformado em Poder pela Mobilização;

3^a. dispor de condições para, em tempo de guerra, estabelecer um perfeito controle da produção industrial, agropecuária, dos transportes, das comunicações, da energia, dos combustíveis em geral e da rede hospitalar do país, para poder planejar o seu aproveitamento, judiciosamente dosado entre as necessidades militares de guerra e as normais da população;

4^a. ter capacidade e autoridade para obter, transportar e controlar os recursos, meios, instalações e serviços que tenham sido tornados disponíveis para a guerra pela Mobilização Nacional; e

5^a. ter contato direto com o Comando Supremo e com os órgãos de cúpula da Mobilização Nacional e da Logística Militar, para poder levar à decisão do primeiro as solicitações militares que excedam do Plano de Mobilização Nacional e exigam alteração nos programas de produção, gastos acima dos previstos, aumento da quota de sacrifício da população ou ação política para obtenção no exterior.

Seria esse órgão logístico de existência prevista apenas em caso de guerra, o que exigiria que fosse atribuído a outro organismo permanente o planejamento em tempo de paz e o preparo dos elementos para que pudessem, desde a eclosão de um conflito armado, ser levantadas e determinadas as necessidades globais de guerra. Poderia ser este encargo atribuído a um elemento do CSN, que se constituiria assim num núcleo do referido organismo.

Englobaria o Comando Logístico Nacional, entre outras, as atribuições conferidas na última guerra à Zona do Interior, aplicável numa guerra externa, mas já superada na concepção de uma estrutura de guerra moderna, particularmente na conjuntura atual brasileira, em que a hipótese de guerra externa não será positivamente a de maior prioridade.

O que está definitivamente fora de dúvida é que tanto a Mobilização Nacional como a Logística Nacional carecem ser coodernadas e controladas por órgãos específicos, altamente situados na estrutura da Segurança Nacional, que lhes possam atribuir, em tempo útil, os meios de que carecem para realizar o Planejamento de Guerra, resguardadas as necessidades mínimas essenciais da Nação, para sua vida civil.

De acordo com os princípios doutrinários estabelecidos pelo EMFA, não seria possível atribuir-se à própria Mobilização Nacional a tarefa de distribuir os meios existentes, dosando-os entre as Forças Armadas e o resto da Nação, pois cabe à Mobilização apenas a transformação de Potencial em Poder para atender às necessidades estabelecidas pela Logística, à qual incumbe, após tornados disponíveis para a guerra pela Mobilização, fazer chegar às FA os meios julgados necessários por ela mesma, para a perfeita execução dos planos de guerra elaborados.

A Mobilização atua, portanto, apenas "determinando" o que será disponível para a guerra, coordenando a produção, as aquisições e as requisições.

A Logística cabe a tarefa física de realizar as ações de *obtenção, transporte, distribuição e controle* dos recursos mobilizados, fazendo-os chegar aos seus usuários no local adequado e em tempo útil.

Em última análise: a Mobilização Nacional determina onde, como e quando a Logística Nacional terá à sua disposição os recursos, meios e serviços necessários à execução dos Planos de Guerra, cabendo a esta entregá-los a quem vai realizar a "aplicação do poder".

É óbvio que à Logística Militar, como componente da Nacional, caberá a execução direta das tarefas logísticas de interesse militar dentro da distribuição e coordenação estabelecidas pelo órgão de cúpula.

Estabelecidas estas premissas de caráter doutrinário e fixadas as principais atribuições do órgão que nos propusemos a analisar, ousamos agora apresentar um organograma (*) de como imaginamos possa ser ele estruturado e situado no esquema da Segurança Nacional, de forma a permitir que se possa distinguir seguramente as tarefas da Mobilização e da Logística, bem ao contrário do que foi feito no país durante a última grande guerra, quando o Governo Brasileiro, ao decretar a Mobilização Geral, "autorizou a todos os órgãos da Administração Federal, Estadual e Municipal a tomarem as medidas que se impusessem nos setores econômico, militar, científico e de mão-de-obra e de trabalhos necessários à Segurança Nacional" e criou um elemento coordenador da Mobilização Econômica, atribuindo-lhe teoricamente inúmeras e genéricas tarefas de mobilização e de logística.

Sabemos que o organograma que apresentamos será considerado, à primeira vista, como de difícil realização no âmbito da atual estrutura de Segurança Nacional, mas precisamos considerar que será ele um órgão de existência apenas em caso de guerra, quando toda a estrutura terá que ser adaptada às exigências de um país mobilizado.

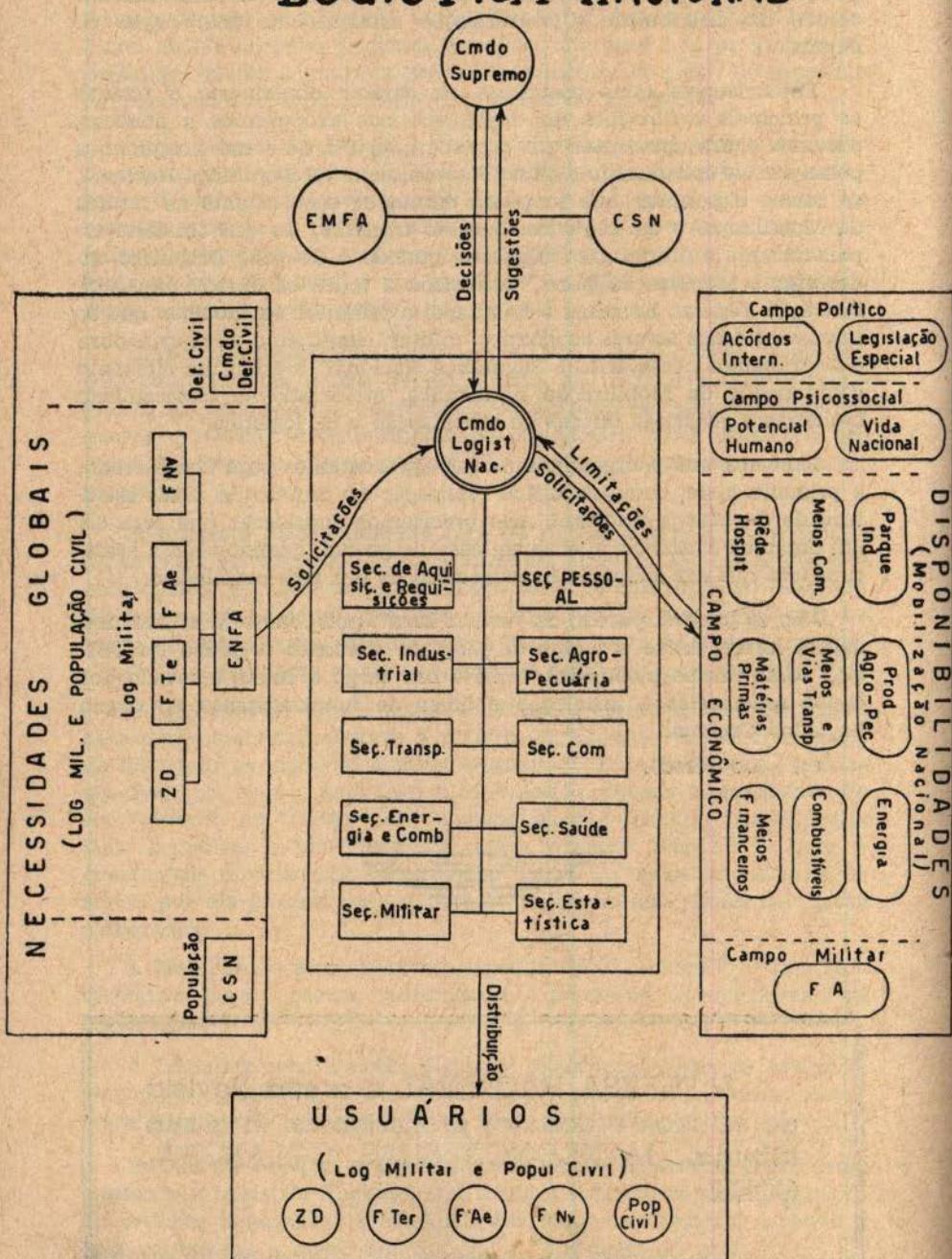
Não se partirá, porém, da "estaca zero", pois, como já afirmamos, deverá haver, desde o tempo de paz, um elemento orgânico do CSN que, como núcleo planejador, tome a seu cargo a coleta e estudo dos dados necessários à instalação e início de funcionamento do Órgão Logístico Nacional.

(*) (no verso).



A DEFESA NACIONAL é a sua Revista
de estudos e debates profissionais. É a sua
tribuna. MANDE-NOS SUAS COLABORA-
ÇÕES!

LOGÍSTICA NACIONAL





CORONEL

WALTER DOS SANTOS MEYER

O Exército Brasileiro sofreu uma grande perda, com o falecimento do Cel Walter Meyer, ocorrido em setembro último. Tratava-se de um dos mais competentes e ilustres oficiais da sua geração, possuidor de invulgar capacidade de trabalho e de organização. Últimamente, vinha imprimindo à Biblioteca do Exército a marca da sua personalidade dinâmica, deixando ali eloquentes afirmações da sua direção esclarecida. A DEFESA NACIONAL, ao mesmo tempo que deplora o passamento tão prematuro do Cel Walter Meyer, registra o seu orgulho por ter tido sempre nêle um amigo interessado, ao qual muito deve — como nosso ativo Diretor-Secretário, atuante Conselheiro e assíduo colaborador. Associa-se, pois, esta Revista, a tôdas as manifestações de pesar e às homenagens que, com a maior justiça, vêm sendo e serão prestadas à memória do distinto militar e exemplar cidadão.

SIDERURGIA NO BRASIL E NA AMÉRICA DO SUL

SUA INFLUÊNCIA NA ECONOMIA E NA INDÚSTRIA MILITAR NACIONAIS

Maj Inf (QEMA)

HÉLIO AUGUSTO CANONGIA

1. INTRODUÇÃO

a. Generalidades

— Siderurgia significa metalurgia do ferro, isto é, transformação do ferro em aço. Apesar de o ferro ser conhecido desde as mais remotas eras, sómente a partir da metade do século XIX iniciou-se de fato, a era do aço. Com o advento de novos aperfeiçoamentos, a produção de aço no mundo cresceu, realmente, a partir de 1870. Dessa época para os nossos dias, muito se alterou o panorama mundial. Duas grandes fôrças de igual impulso passaram a se definir, condicionando atitudes e decisões; de um lado, o intenso progresso tecnológico, de outro, a incontida ânsia de justiça social.

— As usinas integradas, isto é, as que operam tôdas as etapas da transformação do minério de ferro em aço, fabricando o gusa, o lingote e o laminado, permitiram a progressiva redução dos custos, de importância fundamental, pois que, tratando-se de material básico, sua influência passou a se exercer diretamente em quase todos os demais setores industriais.

— Muito embora grande número de emprêses não integradas contribuam de maneira ponderável para a produção, apesar de se dedicarem preponderantemente aos laminados e relaminados, aos tubos, aos fundidos e forjados, ao gusa e à metalurgia do pó, a maioria dos grandes países passaram a ampliar suas usinas, no sentido de torná-las integradas, face às grandes vantagens advindas.

— O minério de ferro para o aproveitamento industrial deve apresentar um teor de ferro que varie entre 45% a 70%.

— O carvão, outro elemento fundamental na siderurgia, pode ser mineral ou vegetal, sendo que os carvões minerais devem ser, o mais possível, isentos de impurezas, tais como: fósforo, enxófre, etc...

— Os fundentes constituem outro elemento básico à siderurgia. Sua finalidade é separar a escória do ferro e são utilizados nos altos fornos, para a obtenção do gusa.

— Distingue-se numa usina integrada:

- a coqueria
- os altos fornos
- a acaria
- a laminação.

— A coqueria nos fornece o coque metalúrgico. É o caso por exemplo da COSIPA e USIMINAS.

— O gusa, por sua vez, nos é fornecido pelos altos fornos.
— O aço é conseguido nos fornos de acaria por meio da descarbonização e refino do gusa.

— São os seguintes os fornos de acaria utilizados:

- Bessemer e Thomas — praticamente no fim.
- Siemens-Martin
- Forno elétrico — tendência a crescer na América do Sul pelo desenvolvimento do potencial energético.
- Conversor LD — (à base de oxigênio) — bastante econômico.
- Na América do Sul em particular, predomina o processo Siemens-Martin, porém em queda acentuada pela procura de processos mais modernos, econômicos e de maior rendimento.

b. *Considerações gerais sobre os pontos de estrangulamento da mineração na América do Sul*

— Os países sul-americanos lutam com dificuldades financeiras e a mineração requer recursos financeiros maciços, daí terem de se socorrer do capital estrangeiro, o que, muitas vezes, traz repercussões internas prejudiciais à harmonia do sistema político, quando não à própria Segurança Interna.

— Os países andinos, por força de sua geografia se deparam com enormes problemas na construção de estradas de ferro para carrear suas riquezas minerais. A crosta recortada, abrupta em certos pontos, desértica em outros, dificulta a implantação de portos.

— A falta de capitais impede a modernização dos equipamentos e em consequência o seu rendimento, com incidência no preço da produção.

— A falta de mão-de-obra especializada, o pequeno número de engenheiros especializados, e a falta de mercado compensador são outros tantos pontos de estrangulamento.

— Na Bolívia, Peru e Colômbia o efetivo de índios puros é avultado e avesso ao trabalho na mineração ou na industrialização.

— A existência de legislação inadequada, as idéias nacionalistas extremadas, a irregularidade da distribuição dos recursos minerais, a falta de energia elétrica são também outros óbices ao desenvolvimento da indústria, particularmente, siderúrgica.

2. A SIDERURGIA NO BRASIL

a. Síntese da evolução cronológica

— Humberto Bastos, o festejado autor de "A Conquista Siderúrgica no Brasil", acentua com muita propriedade "que a formação de uma consciência nacional, no terreno econômico, não pode sofrer solução de continuidade, e a memorização dos fatos históricos ainda é o modo melhor de fortalecer essa consciência. A batalha siderúrgica no Brasil é um dos capítulos mais expressivos da nossa História. Perdê-la de vista, deixá-la nos arquivos, morta, esquecida, seria jogar fora a ocasião de contribuir para aquêle fortalecimento".

— Com o mesmo objetivo, e com os olhos voltados para o amanhã relacionei alguns fatos marcantes da siderurgia brasileira, tais como se seguem:

- 1554 — O padre Anchieta comunica à Corte Portuguesa a existência de minas de ferro no Brasil.
- 1765/75 — Com os escravos africanos, chegam à Colônia os processos metalúrgicos (de cadiño) do reino de Gâmbia. S. Paulo, Minas e Goiás passam a produzir ferro por esse processo.
- 1814 — Na Real Fábrica de Ferro do Morro do Pilar é realizada a primeira e, em seguida, mais 40 corridas de ferro gusa, no primeiro alto-forno construído.
- 1876 — É fundada a Escola de Minas de Ouro Preto.
- 1905 — Pandiá Calógeras faz um balanço da situação siderúrgica no Brasil: 2 altos-fornos, dos quais um sómente em atividade, produzindo 2.000 ton anuais de ferro em barra.
- 1930 — A produção siderúrgica brasileira é de 21.000 ton de aço, 21.000 ton de laminados e 36.000 ton de ferro gusa, sendo que as importações ultrapassam a cifra de 300.000 ton.
- 1946 — Verifica-se a primeira corrida de gusa em Volta Redonda.
- 1953 — É constituída em S. Paulo a Companhia Siderúrgica Paulista S.A. — COSIPA.
- 1956 — Funda-se em Belo Horizonte as Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais — USIMINAS.
- 1960 — A produção de aço em lingotes da Usina de Volta Redonda atinge seu 1º milhão de toneladas.
- 1961 — É constituída no Estado da Guanabara a Companhia Siderúrgica da Guanabara — COSIGUA.
- 1963 — Constitui-se a Usina Siderúrgica da Bahia S.A. — USIBA.

É interessante, para a apreciação das circunstâncias históricas, a opinião de figuras importantes do passado.

Intendente Câmara

Preconizava altos-fornos, falou de exportações de ferro e pensava na construção de uma ferrovia, das jazidas de minérios e das forjas mineiras, até a Costa.

Von Eschwege

Achava que o Brasil não poderia pensar na instalação de uma siderurgia, enquanto tivesse uma população modesta. Ele recomendava, portanto, a instalação de forjas pequenas em todos os centros consumidores do País.

Von Varnhagen

Recomendava a construção de dois altos-fornos, mas independentemente disso, pronunciou-se em favor do estabelecimento de pequenas forjas nas regiões menos acessíveis.

O Almirante Lúcio Meira, no XVII Congresso da Associação Brasileira de Metais, realizado no Rio de Janeiro em 1962, assim se expressava:

"Em 1930 éramos de uma indigência sem limites. Não produzíamos petróleo, não o refinávamos sequer, na mais mínima quantidade. Não produzíamos os veículos de que necessitávamos, e as estradas eram poucas, deploráveis, quase todas sem pavimentação. Não dispúnhamos senão de pequenas quantidades de combustíveis pobres e primitivamente utilizados, e nossa capacidade de geração de energia elétrica não chegava a 800.000 Kw, enquanto apenas umas 385 mil toneladas de carvão mineral eram produzidas no país. Nos setores de siderurgia e da metalurgia nosso desaparelhamento era quase total, produzíamos quantidades insignificantes de ferro gusa e de aço em lingotes, uma produção de fundo de quintal. Éramos, enfim, um país nu, desamparado, inerme. Não tínhamos sequer um mercado nacional, mas pequenos mercados locais independentes uns dos outros, formando o esterilizante arquipélago econômico, do qual sómente agora, a pouco e pouco, começamos verdadeiramente a sair..."

— De nação exclusivamente agrícola, monoculturista, de regime quase feudal, passamos a país mais industrializado da América Latina.

— O surgimento da Cia. Siderúrgica Nacional marcou definitivamente o ingresso do país no setor siderúrgico.

b. Situação no tocante às matérias-primas**1) Ferro**

O Brasil possui abundantes jazidas de ferro, algumas bem localizadas e com alto teor. Não se pode avaliar com segurança, sem os testes geológicos, as reservas nacionais da espécie, entretanto, com base em estudos de prospecção já realizados sabe-se que, apenas em Minas Gerais e no Mato Grosso onde se localizam reservas de excepcional qualidade (68 a 70% de ferro), essas reservas atingem cerca de 35 bilhões de toneladas. Calcula-se que elas representam 15% das reservas mundiais sendo que outros depósitos já foram localizados no Amapá, Ceará, Bahia e Paraná.

Os principais jazimentos ocorrem em Minas Gerais, entre Belo Horizonte, Santa Bárbara, Congonhas de Campos e Mariana, também chamado "Quadrilátero Ferrífero".

Podemos ainda nos referir às jazidas do morro Araçoiaba (São Paulo); Juquiá (São Paulo); Urucum (M. Grosso); Jequié e Chique-Chique na Bahia; Rio Branco do Sul, Bocaiúva e Antonina no Paraná, etc...

Apesar dos planos governamentais de abastecer o mercado interno e exportar, anualmente 30 milhões de toneladas, por inúmeros motivos, os mesmos estão longe de ser atingidos.

Em 1963 exportamos pouco mais de 6 milhões de ton, embora a previsão fosse de 12 milhões.

O custo dessa matéria-prima nos coloca em situação privilegiada perante o resto do mundo.

Cabe ressaltar que para a produção de uma tonelada de ferro gusa são necessários carregar no alto-forno 1,4 ton de minério de teor que varie em torno de 60% Fe.

No Brasil o minério de ferro tem preço igual à metade do que voga nos Estados Unidos ou na Europa. Se, em razão da nova mentalidade, o preço do minério para uso interno subir além do razoável, nenhuma usina siderúrgica integrada, sem mina cativa, poderá sobreviver. A siderurgia é indispensável no processo de industrialização do Brasil e não deve ser relegada a plano secundário pela atividade comercial que é a exportação de minérios.

2) Carvão

O Brasil não é rico nesse terreno. Nossa carvão mineral é pouco apropriado para a siderurgia, tanto por apresentar menor grau calorífico, como por ser menos resistente à compressão e à ruptura. De acordo

com os estudos mais recentes, as reservas brasileiras de carvão-de-pedra superam a 1 bilhão de toneladas. Nosso carvão é pobre com excesso de cinza e enxôfre. Santa Catarina detém a maior quantidade de carvão e é o único que possui o produto coqueificável e cuja produção se destina quase integralmente à Usina Siderúrgica Nacional.

Os carvões catarinenses são utilizados nas usinas siderúrgicas na proporção de 40% do carvão nacional para 60% do estrangeiro.

As principais jazidas ocorrem em Santa Catarina (municípios de Criciúma, Orleans e Urussanga). O escoamento é feito pelos portos de Imbituba e Laguna. Como é sabido, o horizonte realmente explorado em S. Catarina é o de Barro Branco.

No R. G. do Sul temos as jazidas de Gravataí, S. Jerônimo, Charqueadas, Candiota, Hulha Negra.

As jazidas do Paraná e S. Paulo são consideradas de menor importância.

A produção de carvão para fins metalúrgicos entre nós tem sido prejudicada pela acumulação de estoques do chamado "carvão vapor", os quais atingiram em 1964, cerca de 600.000 ton, onerando sensivelmente a produção siderúrgica, por isso que seu custo é lançado sobre esse setor. O carvão vapor tem como solução racional o seu emprêgo em usinas termelétricas, de que são exemplos a de Capivari-(SOTELCA) e outras, em fase de construção.

No momento, permanece o problema da falta de mercado para o carvão tipo vapor. Mesmo com a entrada em operação da SOTELCA (usina termelétrica de 100.000 Kw) o desequilíbrio entre os mercados dos tipos metalúrgicos e vapor ainda é bastante acentuado. Como a pressão da demanda de carvão metalúrgico tende a aumentar, evidentemente mais crítica ficará a situação, se as medidas já tomadas não tiverem um ritmo acelerado.

A grande siderurgia ainda repousa no coque metalúrgico, pois só ele permite a utilização dos altos-fornos de 1.000/1.200 ton por dia.

Poucas usinas siderúrgicas brasileiras utilizam o carvão mineral, sobressaindo-se a de Volta Redonda. As demais utilizam o carvão vegetal, como a Belgo Mineira e Acesita, ou a energia elétrica em suas aciarias.

O carvão vegetal é utilizado na produção de gusa e aço, porém devido à sua fraca resistência à compressão, não pode ser usado em fornos de grande capacidade.

3) Mangânes

O Brasil possui enormes reservas manganíferas, cerca de 100 milhões de ton de alto teor (42% a 45%), ocupando o 3º lugar do mundo,

sendo superado, apenas pela Rússia e pela Índia. Na América do Sul sua supremacia é indiscutível.

Conquanto pequena a participação do manganês na fabricação do aço, à razão de 1 para 66, cabe registrar que nesse campo as reservas brasileiras são absolutamente suficientes.

As principais ocorrências se verificam nos seguintes Estados:

— Amapá (Serra do Navio)	30.000.000 ton
— Mato Grosso (Urucum)	65.000.000 ton
— Minas Gerais (Quadrilátero Ferrífero) ..	9.000.000 ton
— Bahia (Nazaré, Bonfim e Jacobina)	2.500.000 ton

4) Fundentes

Os fundentes são de fácil obtenção no país, sendo, normalmente, um calcário. O Brasil dispõe de ótimas jazidas e algumas delas estão justapostas aos depósitos de minérios, como as de Lafaiete e Campo Belo (MG), as de Corumbá (MT) e muitas outras espalhadas pelo território brasileiro.

— São necessários por tonelada de gusa produzido, cerca de 560 kg de fundentes.

— Feita essa rápida apreciação sobre a situação brasileira no tocante às matérias-primas fundamentais, podemos passar à produção siderúrgica nacional, apoiada, como vimos, em minério de ferro e minério de manganês brasileiros, em carvões indígenas e alienígenas e em fundentes, também nacionais.

c. Estatística da produção e outros dados

— Nosso país, apesar de haver avançado substancialmente no seu processo de industrialização, ainda apresenta um consumo "per capita" de aço muito baixo, sendo mesmo um dos mais baixos, se considerado em relação a países de estrutura econômica idêntica.

— Os Quadros ns. 1 e 2 dão-nos uma idéia da situação brasileira em particular, no passado recente, no presente e no futuro próximo, e um confronto desse "status" com o de diversos outros países.

PRODUÇÃO ANUAL "Per Capita"

QUADRO N. 1

Ano	Aço (milhares de ton lingotes)	População (Milhões de hab)	Produção Anual "Per capita" (Kg)
1940	141	41.2	3.4
1945	206	46.2	4.5
1950	769	51.9	14.8
1955	1.162	58.5	19.9
1960	1.843	70.5	26.2
1965 *	4.900	83.0	59.0
1970 *	7.500	97.0	77.3
1975 *	12.000	114.0	105.2
1980 *	16.000	133.0	120.4

* Estimativa

PRODUÇÃO "Per Capita" DE AÇO EM ALGUNS PAÍSES
1962

QUADRO N. 2

País	Aço (milhões ton lingotes)	População (Milhões hab)	Produção (Kg/hab)
EE.UU.	98.0	183.7	533
URSS	77.9	218.0	357
Alemanha Ocidental	36.9	54.0	683
Japão	31.2	94.0	332
Reino Unido	24.7	52.9	467
França	19.4	45.9	423
Itália	10.1	49.5	204
Índia	4.5	441.6	10
Austrália	4.3	10.5	409
Argentina	0.44	21.1	21
México	1.9	36.1	53
Brasil	2.7	73.1	37

Fontes: Produção: Iron Age, exceto Argentina

População: Nações Unidas

Através do Quadro n. 3, observam-se as principais usinas distribuídas pelas unidades da Federação, assim como as respectivas produções nos três setores básicos, em 1964 e uma comparação sucinta com a produção no ano de 1963.

PRODUÇÃO DE AÇO NO BRASIL EM 1964

QUADRO N. 3

ESTADOS E EMPRESAS	Gusa (em t)	Lingotes (em t)	Laminados (em t)
Rio de Janeiro			
1. Cia. Siderúrgica Nacional	956.693	1.218.026	883.437
2. Siderúrgica Barra Mansa	52.971	85.246	70.000
3. Cia. Bras. Usinas Metalúrgicas ..	51.500	45.179	41.887
4. Lanari S.A.	—	28.752	20.601
5. Siderúrgica J. Torquato	—	2.930	—
Minas Gerais			
6. Usiminas	276.416	276.248	81.896
7. Belgo-Mineira — C.S.B.M.	390.006	421.334	329.086
8. Mannesmann	159.878	214.536	151.140
9. Acesita	63.430	82.500	41.858
10. Pains	—	25.850	19.283
Espírito Santo			
11. Ferro e Aço de Vitória	—	—	25.779
São Paulo			
12. Cosipa	—	—	49.042
13. Mineração Geral do Brasil	38.412	231.739	179.710
14. J. L. Aliperti	61.220	88.035	70.052
15. M. Dedini	—	42.572	32.959
16. N. S. Aparecida	—	18.064	14.701
7. Aços Vilares	—	43.689	20.153
18. Cobrasma	—	8.680	—
Santa Catarina			
19. Eletroaço Altona	—	—	3.505
Rio Grande do Sul			
20. Siderúrgica Rio-Grandense	—	86.253	74.275
21. Aço Plangg	—	1.078	—
Guanabara			
22. Cia. Metropolitana de Aços	—	11.496	—
Outras empresas			
Total (1964)	224.337	110.759	—
Total (1963)	2.448.735	3.015.698	2.160.621
	2.374.834	2.812.428	2.144.927

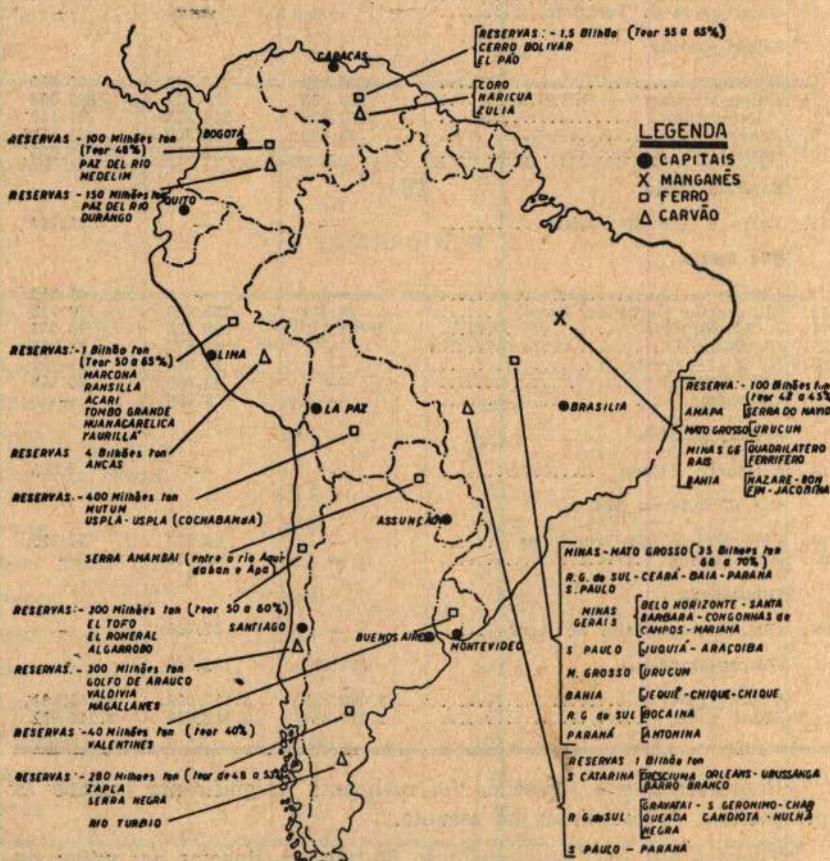
Conclui-se que o acréscimo foi realmente insignificante fugindo às perspectivas de estudiosos no assunto.

Tivemos em 1963 uma produção de aço em lingotes da ordem de 2,8 milhões de ton; em 1964, 3 milhões de ton; provavelmente em 1970

produziremos 8 milhões de ton; tudo indicando que chegaremos a 1975, produzindo 14 milhões de ton e em 1980, 20 milhões de ton. Se assim acontecer, atingiremos um grau mais elevado de auto-suficiência, com possibilidades de atender a demanda interna, não havendo necessidade de importação suplementar e, talvez, deixando um saldo exportável:

Com a diversificação da indústria siderúrgica e metalúrgica do país, excelentes oportunidades deverão surgir, em face do comércio através da ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio) não obstante as grandes distâncias a vencer.

É interessante salientar nessa oportunidade a instalação da COSIGUA (Companhia Siderúrgica da Guanabara) em Santa Cruz. Em 1961 ela foi constituída com um capital inicial de 50 milhões de cruzeiros. Esse investimento avaliado em 1963, em 250 milhões de dólares, está sendo,



em parte, financiado por um consórcio de empresas constituído, em princípio, pela KRUPP (Alemanha), SYBETRA (Bélgica) e CAFL (França).

Como pagamento ao consórcio será fornecido durante 18 a 20 anos, minério de ferro, num montante de 1,5 a 2 milhões de ton/ano. Do total das ações, 58% estão nas mãos de nacionais. O minério para o abastecimento da usina provirá do vale do Rio Paraopeba.

Esta usina está prevista para funcionar em 1970 com uma etapa inicial de 500.000 ton/anuais.

Já foram iniciadas as obras de construção do ramal ferroviário de Mangaratiba, pela Rêde Ferroviária Federal, para atender ao projetado pôsto de minério e à usina (COSIGUA) de aços finos e inoxidáveis.

Outras usinas, em fase de instalação, estão para iniciar suas operações em 1970, como a USIPAR (Paraná) para 100.000 ton/ano; a PIRATINI (R. G. Sul) para 50.000 ton/ano e a SIDERAMA (Amazonas — Manaus) para 30.000 ton/ano. Tem-se também programado a ampliação de algumas usinas já instaladas, bem como a transformação de outras semi-integradas, como: DEDINI, PAINS, TORQUATO, etc...

Cabe fazer uma referências às nossas possibilidades quanto a equipamentos siderúrgicos de fabricação nacional. Já podemos fabricar: alto-forno, "cowpers", depenadores de gases, fornos Siemens-Martin, fornos elétricos, pontes rolantes de aciaria e de serviços pesados, vagões e vagonetas para aço líquido, estruturas metálicas, laminadores, mesas transportadoras de laminação, motores elétricos especiais, gasômetros e tanques de armazenamento.

A excelência do produto nacional vem sendo comprovada em várias empresas, como: CSN, Belgo-Mineira, Mannesmann, Acesita, Usiminas, Cosipa e muitas outras.

Outro fato, que cabe aqui um realce, é o de que a Usiminas e a Cosipa são as únicas usinas que desde o começo projetaram suas instalações para o emprêgo exclusivo do sinter e, por isso mesmo, podem considerar-se na América Latina dentro de um nível técnico moderno.

O emprêgo do sinter iniciou-se na América Latina em Monlevade, usina que no momento está ampliando suas instalações para chegar a 100%.

Se analisarmos a posição do capital privado brasileiro, estrangeiro e do Poder Público (Quadro n. 4) como fontes de financiamento necessário ao desenvolvimento da produção de ferro e aço, chegamos à conclusão de que a situação de 1959 se mantém praticamente inalterada até nossos dias.

QUADRO N. 4

	1959	1962	1965	1970
(1) Governo				
Sid. Nacional — 90%	785	1.125	1.125	1.300
Acesita — 100%	65	120	240	288
Usiminas — 55%	—	138	277	550
Cosipa — 50%	—	100	250	500
Vitória — 55%	—	55	132	210
TOTAL	850 = 47%	1.538 = 43%	2.024 = 44%	3.348 = 48%
(2) Capital estrangeiro				
Belgo-Mineira — 75%	259	413	413	495
Mannesmann — 40%	60	120	120	144
Vitória — 40%	—	40	100	160
Usiminas — 40%	—	100	200	400
TOTAL	319 = 17%	673 = 18%	837 = 18%	1.199 = 17%
(3) Capital Privado Brasileiro				
TOTAL GERAL	690 = 36%	1.289 = 39%	1.579 = 38%	2.453 = 35%
	1.859 = 100%	3.616 = 100%	4.544 = 100%	7.000 = 100%

Tem sido difícil mobilizar fundos suficientes na esfera da iniciativa privada e só a concessão de favores fiscais e cambiais têm conseguido canalizar investimentos de vulto para os setores básicos. Se a siderurgia brasileira passar, como tudo indica, por longo período de alta prosperidade, possivelmente grupos siderúrgicos estrangeiros intensificarão seus contatos com o mercado brasileiro e, nesse caso, a expansão de nossa siderurgia será mais acelerada em benefício do nosso desenvolvimento.

O Quadro n. 5 dá-nos uma idéia das principais usinas siderúrgicas, com os locais de suas sedes e datas de fundação.

QUADRO N. 5

U s i n a	S e d e	Data de Fundação
1. Siderúrgica Nacional	Volta Redonda — RJ	1940
2. Siderúrgica Belgo-Mineira	Sabará — MG	1921
3. Mineral Geral do Brasil (MINERASIL)	São Paulo — SP	1938
a. Usina Siderúrgica Mogi das Cruzes		
b. Usina de S. Caetano		
c. Usina Honório Gurgel		
d. Usina Nova Iguaçu		
e. Usina S. José		
f. Usina Santa Olimpia		
g. Usina de S. Francisco		
h. Usina de Martino		
i. Usina da Codiq S/A		
4. Siderúrgica MANNESMANN	Belo Horizonte — MG	1952
a. Siderúrgica S. Caetano		
b. Mannesmann Mineração		
c. Mannesmann Irrigação		
d. Construções Tubulares		
e. Mannex		
f. Arames Nacionais		
5. Aços Especiais Itabira (ACESITA)	Cel. Fabriciano — MG	1944
6. Siderúrgica J. L. ALIPERTI	São Paulo — SP	1924
7. Siderúrgica Barra Mansa	Barra Mansa — RJ	1937
8. HIME Brasileira de Usinas Metalúrgicas	— Barão de Cocais — MG — S. Gonçalo — RM	1925
9. USIMINAS	Intendente Câmara — MG	1956
10. COSIPA	Piassaguera — Cubatão — SP	1953
11. Laminação e Cemento Portland Pains — Cia.	Arcos — MG	1953
12. Siderúrgica VATU — Cia.	Itabira — MG	1960
13. Ferro Aço de Vitória	Cariacica — Vitória, ES	1942
14. Siderúrgica do Nordeste — Cia. COSINOR	Recife — Pernambuco	1939

d. Importações e Exportações

Apesar da grande variabilidade dos números, pode-se verificar que em 1962 importamos cerca de 700.000 ton de aço (em chapas, lâminas, máquinas etc.) e em 1963, quase 850.000 ton.

No tocante às exportações, cumpre assinalar que não somos ainda exportadores nesse setor, apenas esporadicamente aparecem em nossas estatísticas algumas vendas. Nas manufaturas, entretanto, já começam a surgir incipientemente, mas com regularidade, nossas vendas ao exterior.

Pelo Quadro n. 6 podemos verificar as nossas importações em 1963 e no 1º semestre de 1964.

QUADRO N. 6

IMPORTAÇÕES

Ano	Quantidade (Kg)	Valor a bordo no Brasil	
		Em cruzeiros	Em dólares
1963	396.065.681	44.070.393.162	86.579.815
1º Sem 1964	104.435.842	16.356.368.177	24.926.681

— O Quadro n. 7 mostra as nossas exportações de produtos siderúrgicos em 1963 e no 1º semestre de 1964.

QUADRO N. 7

EXPORTAÇÕES

Ano	Quantidade (Kg)	Valor a bordo no Brasil	
		Em cruzeiros	Em dólares
1963	53.678.354	1.346.872.528	3.235.544
1º Sem 1964	49.033.430	3.246.136.406	3.294.892

— De um modo geral, os produtos siderúrgicos brasileiros são exportados para o Japão, EE.UU., Alemanha Ocidental, França, Argentina, Colômbia, Paraguai, Bolívia, Venezuela, México, União Sul-Africana e Chile.

e. *Aspectos positivos e negativos de nossa siderurgia*

Em si mesma, a siderurgia não apresenta aspectos negativos; a maneira como é explorada no Brasil é que registra fatores positivos e negativos.

Como fatores positivos podemos assinalar a multiplicidade das empresas dedicadas ao setor, bem como sua multiforme constituição, com capitais particulares nacionais e estrangeiros e sua localização nas regiões de maior concentração de matéria-prima, maior mercado consumidor, mão-de-obra mais qualificada e farta, mais energia, melhores transportes etc... A integração industrial e o sentido social que se empresta à atividade são outros componentes favoráveis.

A ampla disponibilidade de matérias-primas de excelente teor e de boa rentabilidade completam o quadro dos fatores positivos.

Como referência aos fatores negativos podemos enunciar:

- insuficiência qualitativa e quantitativa de nossas reservas de carvão mineral;
- escassez de combustíveis líquidos e de lubrificantes;
- deficiência da rede de transportes;
- baixo nível técnico;
- precária organização assistencial do Estado;
- insuficiente poupança nacional; e
- baixo nível de consumo.

Impõe-se, portanto, um planejamento adequado do crescimento da siderurgia brasileira, no campo técnico como no financeiro, nos aços comuns, nos especiais, nos planos, laminados e nos trefilados.

f. *Conclusão*

De tudo o que foi dito, podemos concluir que, embora os índices de produção sidérurgica, absolutos e relativos, ainda sejam inexpressivos, em comparação com os dos países industrializados, mantendo, assim, o Brasil na faixa de país subdesenvolvido, outros dados, alguns até de natureza subjetiva, autorizam, por outro lado, a encarar-se com bastante otimismo nossas perspectivas de desenvolvimento.

Como notícia podemos dizer que, no momento, o governo brasileiro está estudando o problema de nossa siderurgia, juntamente, com um Grupo de Trabalho estrangeiro para traçar um Plano Decenal. Este plano depois de concluído será submetido a novo estudo pelo EPEA — Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada — (órgão subordinado ao Ministério do Planejamento) que já está de posse de um "Diagnóstico" da situação atual.

Posteriormente, então, será traçada a Política Siderúrgica Nacional.

O Brasil em maio próximo passado se fêz representar numa Conferência em Montevidéu para tratar da "Integração da Siderurgia na América do Sul". Ao nosso país interessa essa integração, pois os EE.UU. pretendem auxiliar substancialmente os países da América do Sul, desde que satisfaçam a um plano integrado.

LOCALIZAÇÃO DAS MATERIAS PRIMAS E DAS PRINCIPAIS INDÚSTRIAS SIDERÚRGICAS NA AMÉRICA LATINA.



Possuímos usinas em ótimas posições, com boas possibilidades de expansão e possuímos também os minérios básicos à siderurgia; daí estar o Brasil em magníficas condições de exportar aço para os demais países sul-americanos, desde que receba maciços auxílios financeiros dos EE. UU.

Resta, portanto, para nós que esse primeiro contato em Montevidéu tenha sido promissor e que num futuro bem próximo o nosso país possa figurar entre as nações mais desenvolvidas do mundo.

3. A SIDERURGIA NA AMÉRICA DO SUL

a. Síntese histórica

A produção siderúrgica da América Latina, até o começo da 1.^a Guerra Mundial não ultrapassou, praticamente, 200 mil ton de lingotes.

A partir, porém, de 1934 iniciou-se uma grande atividade siderúrgica.

No Chile, em 1950, teve início as atividades da usina de Huachipato. Em 1955, a Acerías Paz del Rio, na Colômbia, começa a funcionar. Daí por diante tivemos: — em 1958, La Sociedad Siderúrgica de Chimbote (Peru); em 1961, a usina de San Nicolás (Argentina); em 1962, La Siderúrgica del Orinoco (Venezuela), afora as empresas siderúrgicas implantadas no Brasil.

Apênas o Brasil, Argentina, Chile, Peru, Colômbia e Venezuela, por motivos diversos, vêm se preocupando, de modo especial, com os problemas da produção siderúrgica. Os esforços, nesse setor, do Uruguai, Paraguai, Bolívia e Equador não são evidentes por força de suas respectivas conjunturas.

As Guianas continuam na dependência de suas metrópoles e por isso deixam de ser estudadas aqui.

Pelas previsões de estudiosos no assunto, em 1975, a América Latina terá um consumo superior à produção e apenas o Brasil e o Chile atenderão às suas demandas internas com sobras exportáveis.

b. Alguns dados estatísticos e outras considerações

O Quadro n. 8 mostra que no período de 1963 a 1965, no que diz respeito a produtos laminados, os países sul-americanos não apresentaram estímulos à produção, havendo inclusive um decréscimo durante o ano de 1965, muito embora esses últimos dados estejam sujeitos à correção.

LAMINADOS — (milhares de tons de equivalentes em lingotes)

QUADRO N. 8

ANO	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	EXPOR-TAÇÃO	CONSUMO APARENTE
1963	7.703	3.103	603	10.203
1964	8.793	3.200	580	11.413
1965	8.200	3.200	580	10.820

Pedro Quadro n. 9 pode-se observar que o consumo de laminados é maior no Brasil, Argentina e Chile.

No Paraguai, Bolívia e Equador o referido consumo é bastante inexpressivo.

**LAMINADOS — (Consumo aparente global — milhares
de ton de equivalentes em lingotes)**

QUADRO N. 9

PAÍS . .	1962	1963	1964
Argentina	1.764	1.658	2.432
Bolívia	29	33	38
Brasil	3.023	3.838	3.495
Colômbia	388	481	580
Chile	671	687	722
Equador	61	65	—
Paraguai	9	15	17
Peru	268	271	268
Uruguai	110	82	115
Venezuela	567	576	—
América Latina	9.053	10.203	—

O consumo "per capita" tem sido maior na Argentina, Chile e Venezuela do que no Brasil, conforme podemos constatar no Quadro n. 10; entretanto, tudo indica que a demanda interna no nosso país aumentará consideravelmente, face ao desenvolvimento industrial, estimulando em consequência a produção siderúrgica.

Consumo "Per Capita" (Kg)

QUADRO N. 10

PAÍS	1962	1963	1964
Argentina	81.2	75.0	108.0
Bolivia	7.5	8.4	9.4
Brasil	40.6	50.0	44.2
Colômbia	23.7	28.6	33.5
Chile	84.0	84.0	86.4
Equador	13.3	13.8	—
Paraguai	4.8	7.9	8.7
Peru	25.1	24.7	23.7
Uruguai	43.1	31.7	43.9
Venezuela	72.3	70.9	—
América Latina	41.6	45.5	49.5

O Quadro n. 11 tem por finalidade mostrar as distâncias das principais usinas siderúrgicas latino-americanas aos seus mercados mais importantes. Através desse quadro podemos verificar o quanto longe algumas usinas estão dos seus centros consumidores, como é o caso, por exemplo, da Venezuela e de algumas usinas brasileiras.

Usinas Siderúrgicas (distância aos principais mercados)

QUADRO N. 11

PAÍS E USINA	MERCADO PRINCIPAL	DISTÂNCIA (Km)
Argentina		
S. Nicolás	Buenos Aires	230
Brasil		
Volta Redonda	Rio de Janeiro e SP	146 e 353
Monlevade	Rio de Janeiro e SP	796 e 1.080
Usiminas	Rio de Janeiro e SP	937 e 1.221
Cosipa	Rio de Janeiro e SP	582 e 85
Mannesmann	Rio de Janeiro e SP	642 e 926
Colômbia		
Paz del Rio	Bogotá e Barranquilla	250 e 787
Chile		
Huachipato	Santiago	530
Peru		
Chimbote	Lima	460
Venezuela		
Orinoco	Caracas e Maracaibo	750 e (970 milhas marítimas)

Reservas latino-americanas de minério de ferro
(milhões de toneladas)

QUADRO N. 12

PAÍS	RESERVAS PROVADAS (*)	RESERVAS PRO-	OUTRAS FONTES
		VAVEIS, POSSI- VEIS E POTEN- CIAIS (*)	
Argentina	142	74 (1)	230
Bolívia	15	45.000 (2)	400
Brasil	2.012	27.955	35.000
Colômbia	55	120 (3)	100
Chile	300	2.095 (4)	300
Peru	320	477	1.000
Uruguai	9	160	40
Venezuela	1.497	507	1.500

(*) Fonte: CEPAL

- (1) Não incluem uns 500 milhões de ton de areias ferríferas.
- (2) Informação do governo da Bolívia a respeito das reservas de Mutum que são dificilmente exploradas em virtude das dificuldades de transportes.
- (3) Não incluem os minerais das cercanias de Paz del Rio que não foram estudadas e somente 120 milhões de ton dos de baixo teor de Medellin.
- (4) Inclui um jazimento de baixo teor de uns 300 milhões ton de Relún.

Oferta e Demanda para 1970 (milhares de ton de lingotes)

QUADRO N. 13

PAÍS	POSSIBILIDADE DE PRODUÇÃO PARA		POSSIBILIDADE DE DEMANDA PARA	
	1970		1970	
	Planos	Não Planos	Planos	Não Planos
Argentina	1.500	2.160	1.638	1.847
Bolívia	—	—	19	31
Brasil	3.700	2.600	3.351	3.490
Colômbia	350	250	399	449
Chile	450	600	447	503
Equador	—	—	51	84
Paraguai	—	—	10	17
Peru	220	130	262	295
Uruguai	—	40	76	114
Venezuela	—	700	521	719
Total	6.220	6.480	6.774	7.549

Este quadro indica a capacidade de produção que se alcançará se as empresas siderúrgicas atuais ampliarem suas instalações, de acordo com seus programas.

Existirá um deficit de produção em relação à demanda da ordem de 1,6 milhões de ton, que serão compensados com as importações.

c. Situação atual

(1) VENEZUELA

(a) Minério de Ferro:

Suas reservas estão estimadas em 1,5 bilhão de ton com um teor de 55 a 65% de Fe, e estão situadas em Cerro Bolívar (U. S. Steel Co)

e em El Pao (propriedade da Bethlehem Steel Co). Há ainda que considerar as jazidas às margens do rio Orinoco que foram declaradas reservas nacionais.

O minério de El Pao alimenta a Usina de Matanzas (Siderúrgica Del Orinoco).

(b) Carvão :

Possui carvão coqueificável a 200 Km do minério. Há probabilidade de existência de jazidas em Coro e Naricua, porém ainda não foram bem estudadas. A Usina de Matanzas utiliza coque importado e redução elétrica. Já existe algum interesse pelos estudos dos carvões de Zulia que possivelmente são continuação da formação de carvões colombianos.

(c) A produção de aço começou, realmente, em 1962, com o funcionamento da Usina de Matanzas (Siderúrgica de Orinoco).

Esse país se beneficia da grande vantagem dada pela situação geográfica de suas jazidas e pelo aparelhamento adequado que possui para o transporte de seu minério.

Além da usina integrada de Matanzas temos a Siderúrgica Venezuelana Sivensa S. A., localizada em Carapa.

A produção total dessas duas siderúrgicas em 1961, foi de 280 mil ton de lingotes e 302 mil ton de laminados.

Em 1964, sómente Orinoco produziu 360 mil ton de lingotes.

A Venezuela, por estar quase que inteiramente voltada para a exploração do petróleo, não tem podido estimular, como seria de desejar, a indústria siderúrgica.

É porém lícito reconhecer que este país, em curto prazo, poderá, no campo siderúrgico, desenvolver-se, evitando a grande evasão de divisas na importação de produtos siderúrgicos, para atender, em particular, a indústria petrolífera.

(2) COLÔMBIA

(a) Minério de Ferro :

Os principais depósitos de minério de Fe encontram-se em Paz del Rio, cujas reservas atingem 100 milhões de toneladas, não sendo de alto teor (48%). Também na região de Medellin foram descobertos jazimentos parecendo ser, da mesma forma, de baixo teor.

A Usina de Belencito (Acerias Paz del Rio) emprega o minério de Paz del Rio.

(b) Carvão :

A Colômbia é o país aparentemente melhor dotado de carvão. O carvão é de boa qualidade e as principais jazidas conhecidas se situam

em Paz del Rio e em Durango (30 Km de Paz del Rio). Suas reservas estão avaliadas em mais de 150 milhões de ton, porém estão sendo exploradas em pequena escala.

(c) A Usina de Belencito (Paz del Rio) foi construída às margens do Madalena a 250 Km de Bogotá. Embora seja um evento de suma importância, a sua produção é insuficiente para atender à demanda interna.

Acha-se em fase de instalação a Siderúrgica do Caribe, em Medellin, para a produção de gusa e aço.

Existem outras empresas, porém sem grande expressão à produção siderúrgica.

A Usina de Belencito produziu em 1964 cerca de 196 mil ton de lingotes de aço, para um consumo anual de, aproximadamente, 500 mil ton donde se conclui a pouca possibilidade de esse país alcançar sua auto-suficiência, num futuro próximo, quando seus planos de expansão são, aparentemente, bem modestos.

(3) PERU

(a) Minério de Ferro

— As principais jazidas estão situadas em Marcona com cerca de 350 milhões ton de alto teor (60% de ferro). Também em Ransilla e Acari, Departamento de Ica e Arequipa são encontradas jazidas desse minério. Há ainda, jazidas em Tambo Grande (Dept.º de Piura), Huancavelica (Dept.º de Junin) e em Yaurillá. As reservas totais desse país estão estimadas em 1 bilhão ton com um teor de 50 a 65% de Fe. O minério de Marcona é utilizado pela Usina de Chimbote e pertencem à Marcona Mining Co, subsidiária da Utah Construction Co, a qual obteve em 1953 uma concessão por 30 anos pagando "royalties" à Corporacion Peruana del Santa. O Peru tem exportado em larga escala o seu minério pelo porto de San Juan que fica a 27 Km das jazidas de Marcona.

(b) Carvão

— Há várias minas de carvão de pedra e seu potencial conhecido eleva-se a 4 bilhões ton. Em Ancas existem jazimentos, cuja extração, ainda é pequena. Essas jazidas, embora localizadas perto do mar, encontram-se de 3.000 a 4.000 m de altitude, na Cordilheira dos Andes, o que dificulta, realmente, a sua exploração. O carvão peruano é empregado na siderurgia na proporção de 85% do nacional para 15% do estrangeiro. Na realidade as reservas de carvão coqueificável, até agora conhecidas, são pequenas e são empregadas em escala reduzida para a produção do coque. No momento importa coque para os fornos elétricos de redução de Chimbote.

(c) Em abril de 1958 foi inaugurada a Usina Siderúrgica de Chimbote, instalada na costa, a 460 Km ao norte de Lima. Essa Usina aproveita o carvão do Vale do Rio Santa, o minério de Marcona, os fundentes de S. Juan e a energia elétrica da central de Cañon del Pato.

A produção peruana é ainda pequena. Em 1961 produziu 55 mil ton de gusa e 105 mil ton de lingotes de aço. Em 1964 sómente a usina de Chimbote produziu 75 mil ton de lingotes.

Além de Chimbote temos a considerar a Fundição Callas, com capacidade de 18 mil ton anuais de ferro e aço e a Metalúrgica Peruana, que produz 20 mil ton de bolas de aço para moinho.

Concluindo, pode-se dizer que o consumo de aço no Peru ainda é muito pequeno. Apesar de ter condições no tocante às matérias-primas semelhantes às do Chile, encontra-se porém, em estágio inferior, por quanto o Chile já exporta produtos acabados ou semi-acabados e o Peru sómente exporta o minério ferro.

(4) EQUADOR

O Equador não tem siderurgia. Os recursos minerais conhecidos são de pouca monta. Pretende um grupo japonês instalar uma empresa metalúrgica no país, encontrando-se o projeto em mãos do governo, em estudo.

(5) BOLÍVIA

(a) Minério de Ferro

— Suas riquezas estão estimadas em 400 milhões de ton e estão situadas na região de Mutum, nas proximidades de Corumbá e, em outras jazidas, Uspla-Uspla, a 12 Km de Cochabamba.

(b) Carvão

— Não se tem notícias até hoje de descoberta de carvão de pedra.

(c) A Bolívia tem se limitado a exportar os seus minérios e, ainda não se lançou à produção siderúrgica. A Argentina, bem como algumas firmas americanas pretendem explorar os recursos, particularmente, de minérios de ferro.

No caso da Argentina o minério de ferro desceria pelos rios Paraguai e Paraná até a usina de S. Nicolás.

Concluindo, pode-se dizer que a Bolívia, face às suas disponibilidades de minérios de ferro, calcários e ocorrências de extensas florestas, tem possibilidades de instalar uma pequena indústria siderúrgica à base do carvão vegetal.

(6) PARAGUAI

(a) Minério de Ferro

— Esse país possui algumas jazidas de Ferro no Departamento de Concepción, especialmente entre os rios Aquidaban e Apa, ao longo da fronteira de Mato Grosso, na serra do Amambai.

(b) Carvão

— Tudo indica não existir carvão de pedra, entretanto, pode-se beneficiar do carvão vegetal proveniente de suas florestas.

(c) O Paraguai teve minguada siderurgia no tempo de D. Carlos Antonio Lopes que, de há muito, desapareceu. A fundição se encontrava em Ibicuí não ao lado do minério, mas junto às florestas que forneciam o carvão vegetal.

Existem, no momento, cerca de seis fundições de ferro em Assunção e outras distribuídas por Sapucay, Concepción, Encarnación, Puerto Pinasco, Puerto Casado e Puerto Sastre, porém tôdas elas sem expressão fundamental.

(7) CHILE

(a) Minério de Ferro

— Suas reservas conhecidas são de cerca de 300 milhões ton de teor que varia de 50 a 60% de Fe. As jazidas acham-se bem situadas, quanto às facilidades de transporte e também à pequena distância da Costa, o que possibilita a exploração para as suas necessidades e a exportação, em competição no mercado internacional, pois suas reservas são mais do que necessárias ao país. Destacam-se, como melhores, as minas de El Tofo (já em fase de exaustão), El Romeral e Algarrobo. É de se notar que as duas primeiras minas são de propriedade, respectivamente, da firma francesa "Hauts Fourneaux Forge et Aceries du Chili" e a uma subsidiária da "Bethlehem Steel Co". As de Algarrobo foram recentemente adquiridas pela Cia. Aceros del Pacífico.

Apenas uma parte do minério é industrializado no Chile, enquanto o resto é exportado para os E.U.A., Japão e países europeus.

A Usina Siderúrgica de Huachipato se utiliza dos minérios de ferro de El Romeral.

(b) Carvão

— Há bastante carvão no Chile. Exploram-se várias jazidas localizadas nas províncias de Concepción, Golfo de Arauco, Valdívia e Magallanes. Suas reservas são avaliadas em 300 milhões ton.

Conhece-se desde há muito tempo as minas de Lota y Schwager (no gôlfo de Arauco) e seus carvões, atualmente são empregados na proporção de 60% para a fabricação de coque na usina de Huachipato; os outros 40% são importados dos E.U.A.

(c) A Usina de Huachipato localizada em Talcahuano, juntamente com as usinas da Cia Valdívia (em Valdívia, San Bernardo e Corral — aços especiais) constituem a base do desenvolvimento do núcleo industrial, em torno de Concepción.

O Chile produziu, em 1961, 293 ton de gusa, 448 ton de lingotes de aço e 314 ton de laminados, atendendo a demanda interna — relativamente pequena — com exceção de barras e perfis especiais e ainda exportou produtos siderúrgicos, particularmente, para a Argentina, Japão e E.U.A. Em 1964, sómente a usina de Huachipato produziu 544 ton de lingotes.

Esse país desfruta, na América do Sul, de situação muito boa, não só pela posição central de seus minérios, como também pelo volume das reservas prováveis existentes.

É plano do governo chileno elevar a produção de Huachipato para 600 mil ton anuais, o que indubitavelmente permitirá maior volume de exportação, em benefício do desenvolvimento do próprio país.

(8) URUGUAI

O Uruguai não explora nem minério de ferro, nem carvão. Entretanto, prospecções foram efetuadas pela Yacimientos Mineros de Valentines S.A. e assinalaram a existência de mais de 40 milhões de ton de minério de ferro, com teor de 40% na região de Valentines. Sua indústria siderúrgica tem base no Grupo Inlasa — Nervion, que já produziu 10 mil ton de lingotes à base de sucatas.

Em 1963, produziu 31 mil ton de laminados, utilizando aço importado.

O Uruguai pretende instalar uma siderurgia integrada para produção de 110 mil ton de gusa (40% para exportação), 76 mil ton de lingotes, os quais por sua vez dariam 60 mil ton de laminados. Para tal, há necessidade de concretização do projeto Nervion — Inlasa com a YMVSA e o aproveitamento do minério de Valentines.

Como esse país tem aumentado o seu consumo anual, dificilmente deixará de ser importador, mesmo que se torne realidade os planos existentes.

(9) ARGENTINA

(a) Minério de Ferro

As jazidas conhecidas situam-se:

— na região de Zapla (Prov. Jejuí) com reservas conhecidas de cerca de 200 milhões de ton com teor de 48% de Ferro;

— na região de Serra Negra (Prov. Rio Negro) com 80 milhões de ton com teor de 53% de Fe, distando cerca de 1.000 Km de Buenos Aires. Face à distância, as jazidas de Serra Negra não estão sendo exploradas, concentrando-se a extração em Zapla.

Utiliza, na sua maioria, o minério importado, sendo que a Usina de San Nicolás se beneficia dos minérios do Brasil, Chile e Peru.

(b) Carvão

— As minas de carvão, além de pequenas e mal situadas, são de difícil exploração. As jazidas do rio Túrbio, de qualidade inferior, estão situadas no extremo sul da Patagônia (Prov. Santa Cruz), a 260 Km por ferrovia do porto do rio Gallegos.

A Argentina, face à influência do seu carvão mineral, vê-se forçada à importação, para satisfazer o seu consumo anual. No momento se vale de importações de carvão da Inglaterra e da União-Africana, em particular. A Usina de S. Nicolás (SOMISA) utiliza os carvões dos E.U.A.

(c) Das instalações siderúrgicas argentinas destaca-se a organização estatal SOMISA (Sociedad Mista Siderúrgica Argentina) com usina em San Nicolás, que produziu em 1961, 336 ton de gusa, 170 ton de aço em lingotes e 96 ton de laminados. Em 1964 sómente a Usina de S. Nicolás produziu 746 mil ton de lingotes.

Conquanto no setor produção de gusa e aço a posição da SOMISA seja muito boa, o mesmo não ocorre quanto aos laminados.

Com o crescimento de sua produção e os planos de expansão da SOMISA, a Argentina entrou realmente no conjunto das nações produtoras de aço.

A produção total do país foi em 1961 de: 336 ton de gusa, 401 ton de aço em lingotes e 850 ton de laminados.

Apesar de ser um país essencialmente agro-pastoril, a Argentina vem se industrializando num ritmo bem acentuado, mercê do apoio governamental nesse sentido.

Com exceção da Usina de S. Nicolás as outras se baseiam, particularmente em sucata e gusa importados, assim como em lingotes de aço, também importados em sua maioria.

O problema siderúrgico argentino é complexo e sua solução consiste na importação, praticamente integral das principais matérias-primas, (minério de ferro, carvão e manganês) o que acarreta, no entanto, uma maior evasão de divisas. Assim mesmo procura a Argentina resolver o seu problema visando a atender pelo menos 80% de sua grande demanda interna.

d. Conclusões

Dos países sul-americanos, apenas o Equador, Bolívia, Paraguai e Uruguai, ainda não encontraram o caminho que os levará à solução de seus problemas siderúrgicos.

Os demais procuram sua emancipação total destacando-se o Brasil, Chile e a Argentina.

Do ponto de vista das matérias-primas pode-se dizer que:

- o minério de Fe é encontrado em quantidade e qualidades variáveis em toda a América Latina, sendo entretanto as menores reservas e as de mais baixa qualidade, as da Argentina;
- a fonte de energia oriunda do carvão de pedra é mais difícil e rara, porém há muita energia elétrica em potencial, em quase todos os países sul-americanos;
- no que diz respeito ao manganês e aos calcários, muitos países terão de apelar para o mercado exterior.

4. INFLUÊNCIA NA ECONOMIA E NA INDÚSTRIA MILITAR NACIONAIS

a. Generalidades

A industrialização é a grande solução para elevar, realmente, o grau de desenvolvimento de um país e, a siderurgia é a pedra angular, de todas as demais indústrias, para se conseguir esse objetivo.

O mundo ainda vive e viverá por muito tempo na era do aço. Isso torna evidente a ligação íntima do aço às atividades humanas e, de tal forma é essa ligação que, com base em dados estatísticos, pode-se afirmar a presença do aço em 85% dessas atividades. Daí a ânsia dos países na procura de soluções para seus problemas siderúrgicos, pois como indústria de base, dá origem ao surgimento de muitas outras indústrias que por sua vez geram o enriquecimento e a projeção da nação.

b. Influência na economia nacional

O incremento da produção siderúrgica influenciou benéficamente a economia brasileira, haja vista a transformação, por que passou o nosso país, a partir da construção de Volta Redonda.

Daí em diante foram estimuladas as procura de minérios; intensificaram-se os estudos de subsolo e, consequentemente, foram aumentadas as explorações de matérias-primas, tais como: carvão, minério de ferro, manganês, etc...

Concorreu, também, de maneira relevante no aceleramento dos estudos feitos, para o aproveitamento das quedas d'água e na execução de planos para a obtenção de energia elétrica, beneficiando extensas áreas,

até então improdutivas. Em realidade, encorajou a implantação das indústrias automobilística (a partir de 1957), de construção naval (a partir de 1960), de autopeças, de motores, de material rodante ferroviário, de máquinas operatrizes e muitas outras, apesar dos preços, em alguns setores, ainda serem proibitivos, por força de fatores, verdadeiramente, estranhos à própria siderurgia.

Ainda, quanto à indústria química, a siderurgia tem sua participação ativa, pois os subprodutos da destilação da hulha, como o sulfato de amônia, benzol, toluol, nafta, alcatrão e tantos outros, estimularam e continuam a estimular, a criação de novas indústrias, de grande interesse para o nosso desenvolvimento.

É oportuno observar também a grande influência da siderurgia na indústria de transformação. Assistimos à sua participação na indústria de alimentos, pela utilização de invólucros metálicos, na indústria de construções, pelo emprêgo de cimento metalúrgico, etc...

No período 1957-61 a taxa média anual de produção real do país foi de 7%, permitindo a elevação da renda "per capita" à taxa de 3,9% ao ano.

É de se dar ênfase à participação da indústria siderúrgica na renda interna do país. Essa participação foi em 1961 de 25,7%, tendendo a aumentar, dada a progressiva substituição de produtos manufaturados importados, por artigos produzidos no país e dado ao processo continuado de integração do parque industrial.

c. *Influência na indústria militar nacional*

— A indústria militar, em princípio, deve ser a própria indústria nacional, como se pode constatar nas grandes potências mundiais. Dessa forma, deve haver em caso de guerra, a transformação parcial ou total de indústrias, até então civis, em indústrias militares. Com isso, as indústrias de veículos civis passam a fabricar viaturas militares; as de tratores são mobilizadas para o fabrico de carros de combate; as de aparelhos de rádio e televisão para a construção de rádios militares; as de construção naval para a construção de navios de guerra e, assim por diante.

Isso não quer dizer que as Fôrças Armadas não devam possuir determinadas fábricas próprias. Elas, para manter sua eficiência operacional, precisam possuir suas fábricas, não só para atenderem a produtos não fabricados pela indústria civil (gases de combate, artifícios pirotécnicos de sinalização, explosivos especiais, etc...), como também para realizarem estudos, projetos e experiências.

O Brasil, como possuidor do maior parque industrial da América Latina, em grande parte devido à expansão siderúrgica, está, por conseguinte, com sua indústria militar em potencial assegurada, numa visão sul-americana; isto por que, num dado instante, poderá transformar parte da produção de utilidade pública em produção de guerra.

É preciso, pois, para elevarmos as nossas possibilidades no campo da indústria militar, ampliarmos o nosso parque siderúrgico, por que a cada usina siderúrgica que nasce, atrás dela, surgem inúmeras fábricas, aumentando, em consequência, a nossa produção industrial e permitindo maior estabilidade ao país.

FONTES DE CONSULTA

- INDÚSTRIAS METALÚRGICAS — Trabalho da Turma da ESG — 1964.
- A SIDERURGIA NO BRASIL, por Geraldo Banas — 1930/65.
- BOLETIM DO INSTITUTO BRASILEIRO DE SIDERURGIA — (Nov e Dez 1964 e 2º Trimestre 1965).
- BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO — 1930.
- SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE INDUSTRIALIZAÇÃO — CEPAL.
- A DEFESA NACIONAL — junho 1963.



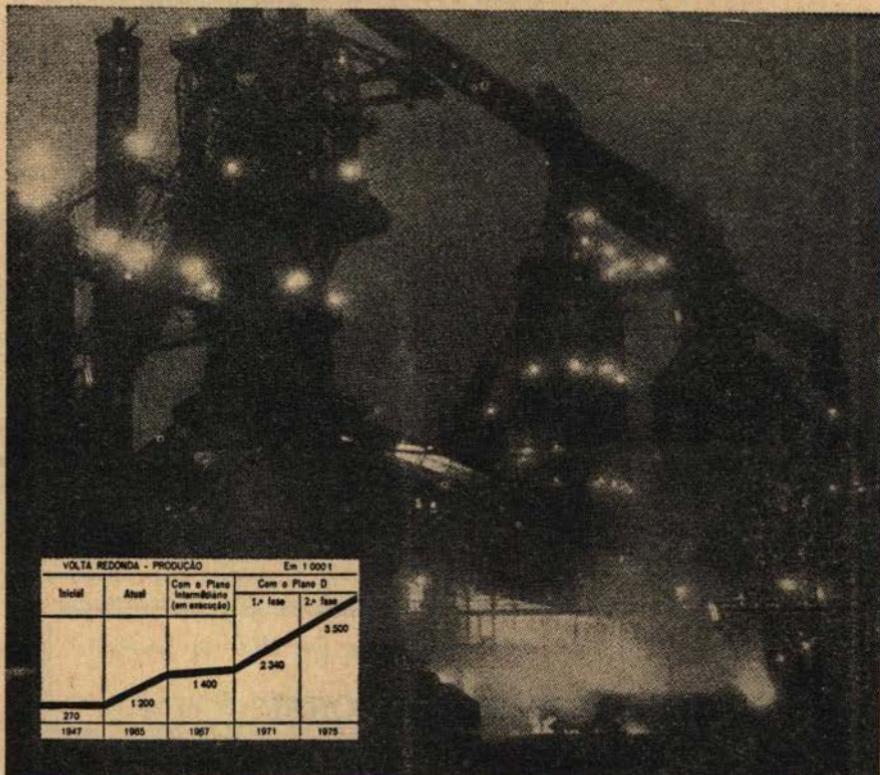
A DEFESA NACIONAL

ASSINATURAS

Qualquer pessoa categorizada ou entidade civil pode tomar assinatura desta Revista, que se sentirá prestigiada com isto.

Para fazê-lo, bastará comunicar-se com a Secretaria da Revista, indicando nome e endereço (para remessa) e enviando cheque ou vale postal correspondente à assinatura desejada (anual — Cr\$ 1.000).

Volta Redonda não pára de crescer



Noite e dia, construindo em aço o futuro do Brasil

A Companhia Siderúrgica Nacional faz 25 anos. 1966 é o Ano do seu Jubileu de Prata. E continua crescendo. Expandido seu complexo siderúrgico, de que Volta Redonda é símbolo. Aumentando a produção da grande usina, a maior da América Latina. Renovando o seu equipamento. Aperfeiçoando o seu "Know-how". Construindo em aço o futuro do Brasil. Porque o futuro é brasileiro (que outro país poderia apresentar com orgulho um pioneiro de apenas 25 anos?).

Ao completar o Jubileu de Prata, a Companhia Siderúrgica Nacional não vai parar para comemorar. Nem terá tempo de olhar para trás. O horizonte à sua frente é por demais fascinante para isso. E o progresso tem pressa. Mas em cada lar da Cidade do Aço - surgida como por milagre de um solo que o operário brasileiro fecundou - mãos calosas erguerão um brinde ao jovem gigante que é de todos nós.



VOLTA REDONDA 66:
AÇO EM JUBILEU

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

AFECÇÕES DE CARÊNCIA

(APRECIACAO SOBRE RESULTADOS DE JMSC DO ESTADO DA GUANABARA, EM UM PERÍODO DETERMINADO)

Maj. Méd.
JOSÉ MARIA ALVES NETO
Aluno da ECENE

Durante o tempo em que estivemos servindo no interior (década de 50), estivemos empenhados anualmente em Juntas Militares de Saúde de Convocados e Comissões de Seleção Volantes. No desempenho dessas missões, tivemos a nossa atenção despertada para a alta percentagem de incapazes, e dentro dela cresciam em volume as "Afecções de Carência".

Tínhamos a impressão de que grande parte da população das regiões por onde estivemos sofria de fome crônica. Fome por alimentação insuficiente qualitativa e quantitativamente, atingindo principalmente as populações rurais. Nessas oportunidades, na tomada de depoimentos sobre o sistema de alimentação, constatávamos que a alimentação dessas populações era deficiente, constituída de feijão, arroz, aipim, abóbora, carne-séca quando havia recursos para adquiri-la, algum peixe no caso de habitar margem de rio piscoso. O leite era "como lembrança", bem como vegetais (hortaliças). Os ovos colhidos eram vendidos para apurar receita para compra de outras utilidades, ou inutilidades como, por exemplo, a aguardente, para cuja aquisição sempre havia numerário.

Dentro desse quadro de subnutrição, era lógico esperar percentagem alta de incapacidade devida à subnutrição, e esta suposição era confirmada.

Ao lado do regime alimentar deficitário, cooperavam para aumentar as causas de incapacidade as precárias condições de higiene em que os jovens viviam. Tomar banho diariamente, escovar os dentes, lavar as mãos antes das refeições e após as refeições, eram práticas desconhecidas.

Todas essas observações fizemos constar em nossos relatórios.

Pairava sobre nós uma dúvida: esse quadro era local ou era de incidência mais ampla? Essa pergunta ficava sem resposta. Daí a nossa idéia desse ensaio numa região de maiores recursos, não só "per capita", como com assistência social e educacional. Assim, escolhemos a Guanabara.

Tomamos uma amostra de 16.909 convocados, assim distribuídos:

Zona Sul	4.675
Zona Centro	2.830
Zona Norte	9.404
16.909	

A Zona Sul da GB foi representada pela JMSC que funcionou no 8º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado.

Da Zona Centro, escolhemos a JMSC do CFOR.

Da Zona Norte, tomamos para estudo as JMSC que funcionaram no 2º RI e REsI.

O período escolhido foi o de 1 de outubro a 10 de dezembro de 1964. Salientamos que a escolha foi feita levando em conta o maior número de apresentações.

Analisaremos primeiramente as percentagens de aptos e incapazes por zona; numa segunda análise, trataremos da incidência das "Afecções de Carência" por zona, e, por último, procuraremos a conclusão.

Assim sendo, encontramos na JMSC da:

Zona Sul — 4.675 convocados

Aptos	(A	2.526	54,03%
	(B	474	10,1%
Incapazes	(C	743	15,9%
	(D	932	19,9%
Total	(Aptos	3.000	64,13%
	(Incapazes ..	1.675	35,8%

Zona Centro — 2.830 convocados

Aptos	(A	1.648	58,2%
	(B	213	7,5%
Incapazes	(C	697	24,6%
	(D	272	9,6%
Total	(Aptos	1.861	65,7%
	(Incapazes ..	969	34,2%

Zona Norte

a) *JMSC — PR1 — 2º RI, com 6.607 convocados*

Aptos	(A	4.085	61,8%
	(B	2	0,03%
Incapazes	(C	1.787	27,04%
	(D	733	11,09%

b) JMSC — PR10 — R Es I, com 2.797 convocados

Aptos	{ A	244	8,6%
	{ B	921	32,9%
Incapazes	{ C	374	13,3%
	{ D	1.258	44,9%

Total da Zona Norte: 9.404 convocados, sendo:

Aptos	{ A	4.329	35,2%
	{ B	923	16,46%
Incapazes	{ C	2.161	20,17%
	{ D	1.991	27,99%
Total	{ Aptos	5.252	51,66%
	{ incapazes ..	4.152	48,16%

Verificamos assim, parceladamente e por zonas em estudo, os resultados expressos em grupos de aptos e incapazes. Observamos que para as Zonas Sul e Centro os resultados são praticamente equivalentes e que há uma baixa do índice de aptidão para a Zona Norte (aproximadamente de 9%). Seria já esta uma primeira conclusão? Enquanto aos PR das Zonas Sul e Centro comparecem os jovens de bairros de melhores condições sócio-econômicas, aos PR da Zona Norte comparecem jovens das áreas suburbanas e rurais, e de municípios limítrofes do Estado do Rio, inegavelmente de condições sócio-econômicas mais modestas. Já não estarão aí influindo nessa diminuição do índice de aproveitamento e alimentação, qualitativa e quantitativamente insuficiente, aumentando a incidência de doenças, ou melhor, de afecções de carência?

Iremos a seguir examinar a incidência das *afecções de carência*, que conseguimos assinalar analisando os respectivos "Mapas Estatísticos da Inspeção de Saúde de Convocados", elaborados pelas JMSC em estudo. Neste ponto, queremos transcrever um trecho do relatório do Cap Méd Pres da JMSC do PR 10, que funcionou no R Es I. Diz ele: "Examinando os seis diagnósticos principais, entre 2.797 convocados da classe de 1946, é fácil concluir que lamentavelmente são ainda muito precárias para grande percentagem de brasileiros, inclusive em idade militar, os recursos para aquisição de alimentos. Em outras palavras: ainda há muita fome. Com efeito, a alimentação deficiente é a responsável pela destruição dos dentes, e esta destruição concorre, através da incompleta Trituração dos alimentos, mais ainda, para a subnutrição e subdesenvolvimento físico, as sequelas de raquitismo, a pobreza orgânica, o pouco peso. Tudo isto expõe o organismo ao contágio. Se a pobreza de recursos impõe a subalimentação, também impede a aquisição de noções de higiene, bem assim impede a proteção (calçados, roupas) contra a contaminação (parasitos). E o resultado de tudo isto pode ser apreciado através de uma Inspeção de Convocados: de 2.797 (dois mil setecentos e noventa e sete), um total de 1.632 (mil seiscentos e trinta e dois) foi incapacitado (58,3% de incapazes)".

Analisaremos agora as afecções (para nós, motivadas pela má alimentação) que estavam presentes nos 3 grupos em estudo. As principais são:

- a — Dentadura { — sem correção protética
insuficiente { — com correção protética móvel
- b — Cáries dentárias não qualificadas
- c — Pêso insuficiente
- d — Desenvolvimento físico insuficiente
- e — Fraqueza orgânica de causa indeterminada
- f — Altura insuficiente
- g — Anemia não especificada (verminótica?)

Parecerá forçada a inclusão das afecções enumeradas em e e f, mas qualquer um que tenha funcionado em JMSC julgará acertada essa inclusão. Em e, são incluídos débeis orgânicos, verdadeiros atestados vivos de subnutrição. Em f, salvo raras exceções, os pacientes que não apresentam altura mínima (1,55 m) são vítimas de subnutrição, raquitismo. Em g, são rotulados os casos de anemia verminótica que, por falta de exame laboratorial, não podem levar a rubrica de verminótica. Daí a nossa interrogação.

QUADRO I
EM 16.909 CONVOCADOS

AFECÇÕES OBSERVADAS	Zona Sul	Zona Centro	ZONA NORTE		Total	%
			PR 1	PR 10		
Dentadura insuficiente	242	12	83	364	701	4,1
Dentadura insuficiente com correção protética móvel	163				163	0,9
Cáries dentárias não qualificadas		38		860	898	5,3
Pêso insuficiente	15	385	490	133	1.023	6,04
Desenvolvimento físico insuficiente	66	31	393	25	513	3,03
Fraqueza orgânica de causa indeterminada	10	1	29	179	219	1,2
Altura insuficiente	148	7	92	25	272	1,6
Anemia não específica (verminótica)			43	29	72	0,42
SOMA					3.866	22,59

Neste ponto, observando o quadro I, poderíamos suspender esta análise e deixar a interpretação do mesmo ao leitor. Mas, como nosso objetivo é levantar considerações sobre incidência de afecções de carência (carência no sentido de subnutrição causada por alimentação qualitativa ou quantitativamente insuficiente), concluirímos dizendo que: 1º) dos 16.909 convocados examinados, 1.767, isto é, 10,3% apresentaram afecções dentárias, perfeitamente evitáveis se aos mesmos tivesse sido acessível alimentação sadia, higiene e assistência dentária; 2º) 1.023 convocados, isto é, 6,04% apresentaram peso insuficiente, o que então podemos atribuir a subnutrição únicamente; 3º) que 513, ou 3,03%, apresentaram desenvolvimento físico insuficiente, afecção também puramente carencial.

O fator maior, e que deu origem a este ensaio, é o que vamos assinalar agora, e para o qual tivemos a atenção despertada, quando no desempenho de Presidência de JMSC ou de CSV, no interior deste nosso País. São 3.866 indivíduos, em um total de 16.909, jovens de idade militar, que provavelmente serão incapazes para o Serviço Militar. Muitos deles serão reinspecionados por terem sido incapacitados no grupo C, e serão muito provavelmente indivíduos deficiários no seu grupo social; no C, foram arrolados por culpa quase que exclusivamente da má alimentação. Como o Cap Méd Pres da JMSC do PR 10, que funcionou no R Es I, encerramos este ensaio dizendo: que, tanto aqui, como lá no interior do País, há ainda muita fome.



AOS NOSSOS COLABORADORES

As páginas da **A DEFESA NACIONAL** estão abertas, como sempre estiveram, a todos quantos queiram colaborar conosco, enviando-nos seus trabalhos para publicação. Nem sequer é condição, para a aceitação de colaborações, que os seus autores sejam assinantes da Revista. Mas, é claro que preferiríamos que todos aqueles que ainda não tenham assinatura da "DEFESA" procurassem tomá-la, pois assim estariam ampliando a sua valiosa colaboração e, ao mesmo tempo, cooperando para a melhoria crescente e para o maior prestígio desta Revista, que já é "a sua Revista".



AGRADECIMENTO

A "A DEFESA NACIONAL" expressa seu agradecimento à Imprensa do Exército, pela forma como êste órgão vem, há muito tempo, colaborando para a sua preparação. O Sr. Raul Pinheiro Cerqueira, seu digno diretor; o Sr. Pedro Gastor da Camara, competente chefe, mais diretamente responsável pelo preparo gráfico dos números; e todos os dedicados auxiliares — têm sido incansáveis nas tarefas, cujos resultados se traduzem na boa apresentação e correta revisão da Revista — o que, com a ajuda dêsses incansáveis amigos, vai melhorar cada vez mais. A êles, pois, o nosso cordial "muito obrigado"!



TEMOS GUERRAS MAIORES PELA FRENTES?

HERMAN KAHN (*)

(Tradução do Cap Heitor A. Ferreira)

Pergunta — Sr. Kahn, o grande assunto é guerra — estará o mundo caminhando para uma guerra ainda maior?

Kahn — Acho que não. Provavelmente até vai para o lado oposto. Por enquanto uma guerra nuclear é, no meu entender, improvável.

P — Mesmo neste período em que as guerras menores vão se espalhando?

K — Uma das razões por que não me preocupo com o desencadear dessas guerras menores é constituírem elas uma relativa garantia de que não teremos uma grande guerra.

O Presidente Johnson provavelmente não acha que esteja sacudindo o barco quando bombardeia o Vietnam do Norte. Se pensasse o contrário, talvez hesitasse em fazê-lo.

P — Em que se baseia o Presidente para estar tão certo disso?

K — Provavelmente põe-se no lugar da Rússia. Fazemos isso em nossos estudos estratégicos. Vivemos o “papel” da China, o “papel” da Rússia. Quando nos pomos no lugar dos russos é para perguntar: “Vejamos, que posso fazer quanto ao Vietnam?” E não achamos que a Rússia possa fazer muito do que gostaria.

P — O Senhor acha então que os russos têm medo de nós?

K — Os russos são, em geral, cautelosos. Não que estejam particularmente com medo de nós. Isso seria muito forte para ser dito. Não são covardes; apenas, como povo, são prudentes e cautelosos.

(*) HERMAN KHAN é o autor de um novo livro, “On Escalation — Metaphors and Scenarios”, que está atraindo a atenção dos planejadores da defesa dos EUA. Kahn vem sendo, há anos, “mestre de estratégia” do Departamento de Defesa, da Comissão de Energia Atômica e de outras agências do governo. Seus pontos de vistas têm tido influência vital nas decisões da Casa Branca sobre a estratégia global da América. Físico e matemático, Kahn é atualmente diretor do Instituto Hudson, organização sem fins lucrativos, que se especializou na pesquisa política de longo alcance da segurança nacional e da manutenção da ordem internacional.

A presente entrevista foi publicada em “U. S. News & World Report”, de 7 de junho de 1965. Assim, algumas das hipóteses levantadas por Kahn já foram, posteriormente, afetadas pelo curso dos acontecimentos (caso, por exemplo, da situação da Indonésia); isto, entretanto, não prejudica a importância e o interesse dos seus comentários.

Nós não hesitamos em mandar soldados americanos a qualquer parte do mundo. Soldados russos sómente são encontrados num lugar fora de sua área — em Cuba. Em geral, eles são muito prudentes quanto a mandar soldados para fora de território sob seu controle. Simplesmente não mandam. E isso é fácil de entender.

P — E quanto à China?

K — Os chineses são fracos como poder, naquela área (Vietnam). Só há duas áreas no mundo em que se tem registrado desdobramento de suas forças: uma é a Manchúria, que fica perto da Coréia; a outra é o Fuquiem, frente a Formosa.

Os chineses estão em má posição em outras áreas, ainda que um simples mapa de parede não mostre isso muito bem. Olhando um desses mapas vemos o Vietnam por baixo da China e quase se percebem os 700 milhões de chineses a se derramar sobre ele.

Mas olhemos agora um mapa do relevo. Imagine-se em Pequim, frente para o sul. É realmente um esforço tremendo entrar no Vietnam. O maciço do Himalaia ergue-se no caminho. O maciço não é tão alto ao norte da Indochina como o é do lado da Índia, mas ainda é um obstáculo.

Há sómente uma rodovia em condições e uma via férrea correndo do sul da China para o Vietnam, e mesmo nelas as bitolas não se ajustam. Podem-se cortar ambas, a estrada e a ferrovia, e os chineses ficariam reduzidos ao que pudessem carregar às costas, de bicicleta ou nos muares.

P — Pensa o senhor que os chineses entrarão na guerra do Vietnam?

K — Se o fizerem, estarão correndo um grande risco. Há uma porção de americanos que só estão esperando um pretexto para bombardear as instalações chinesas imediatamente. No mínimo, perderiam suas instalações atômicas, o que seria uma sensível perda para eles. O máximo seria a perda de suas novas indústrias, barragens, etc. — que lhes custaram sangue e lágrimas. Ademais, os chineses não venceriam no Vietnam, se nós nos dispuséssemos a disputá-lo. Precisamente, eles não disporiam de suficiente apoio logístico regular, como tiveram na Coréia, se nos opuséssemos.

P — Como pode o senhor estar certo de que os russos não começariam uma guerra atômica?

K — Nós não começariam uma guerra atômica e os russos, mais cautelosos do que nós, não arriscariam a Rússia pelo Vietnam.

P — Estariam os soviéticos dispostos a vir em ajuda da China se os E.U.A. bombardeassem a China continental?

K — Isso depende dos chineses. Se eles se mostrarem inclinados a se submeterem à liderança e proteção da Rússia, então haveria essa possibilidade.

Mas pergunte a si mesmo — como se o senhor fôsse um chinês — a que se pode renunciar para fazer um negócio com a Rússia? Nada que possa sensibilizar os russos.

É muito difícil a China e a Rússia fazerem qualquer negócio a esta altura. Não têm quase nada para oferecer uma à outra.

P — A rivalidade entre os dois países é realmente aguda?

K — Eles são aliados entre si contra nós, mas rivais no movimento comunista. E essa rivalidade vai tocando as raias do fantástico.

Podem-se imaginar os russos dispostos a ajudar o progresso de uma China, na base da palavra de honra dos chineses de que serão bons comunistas? Ou imaginar a China Comunista dizendo: "Está bem, Rússia, nós estávamos errados e vocês estão certos; vocês é que são os líderes"?

P — E o senhor acha que essa divisão é definitiva?

K — Se nós começássemos a bombardear a China, Pequim poderia mudar de idéia. E esse é um dos riscos que os chineses correrão se interviewarem no Vietnam. Poderão ter que voltar-se para os russos de chapéu na mão e dizer-lhe: "Lamentamos muito, mas aceitem-nos de volta".

P — Então os E.U.A. podem "escalar" à vontade na guerra do Vietnam sem temor de uma intervenção chinesa ou soviética?

K — Não, eu não isso. Não os tacharia tão baratos. A certa altura, talvez tenhamos que pagar pelo menos o preço de uma intervenção chinesa ou soviética, ou talvez mais.

P — Quando se alcançará esse ponto?

K — Provavelmente agora, se Ho Chi Minh resolver-se a meter a China na questão.

Ho Chi Minh também tem seus problemas. Não quererá ser um satélite ou protetorado chinês. Em verdade a maioria dos indochineses são antichineses. Custou-lhe mais de mil anos livrarem-se da dominação chinesa e foi bem difícil consegui-lo.

Aliás, uma das razões por que o Vietcong não pôde obter o apoio que esperava de seus conterrâneos peninsulares foi o fato de já serem tidos como bonecos dos chineses pelo vietnamita médio.

No instante mesmo em que Ho convidar a China a entrar na guerra estará pedindo à China supervisão chinesa e dominação. E isso ele não quer.

Mesmo depois de convidados, os chineses teriam que ser muito cuidadosos. Se começassem atacando o Vietnam do Sul, nós provavelmente reagiríamos bombardeando a própria China ou levando até ela nossas divisões, e até as duas coisas ao mesmo tempo.

Quero aqui fazer uma declaração categórica de que 10 a 20 divisões americanas, bem comandadas e apoiadas, estão em condições de fazer recuar qualquer ataque real comunista e ocupar o Vietnam do Norte.

Poderia até conjecturar, embora seja assunto mais controverso, que pudéssemos pacificar os países inteiros. Esta é a minha impressão. Entretanto, lamentaríamos bastante ter de realizar tal operação, embora talvez não tanto quanto Ho Chi Minh viria a lamentar.

P — Quantos americanos exigiria tal operação, incluindo a logística?

K — Sem a logística, a grosso modo, uns 100.000 a 200.000 combatentes.

Com a logística, talvez menos de meio milhão de homens — por volta do volume do esforço coreano — ou até um pouco menos.

P — Isso basta para intimidar a China, com seu exército maciço?

K — Transporte-se a Pequim por um momento. O senhor enfrenta a ameaça de destruição de muitas indústrias e instalações militares por bombardeio, e mais a quase certeza de perder a guerra terrestre.

Não pense no Vietnam como um país próximo da China. Quando se trata de enfrentar os problemas reais de uma guerra, os E.U.A. estão efetivamente mais perto do Vietnam do que a própria China.

Veja bem que o Sul da China não é como a Manchúria, onde os chineses dispõem de muitas estradas e grande mobilidade.

P — Os chineses não se arranjaram, bastante bem na Coréia do Norte, sem estradas de ferro?

K — Eles usaram caminhões. Empregaram quase toda a produção de caminhões tanto da Rússia como da China. Foi uma operação de grande envergadura, não efetivada sobre costas humanas.

E nós intentamos uma ação muito difícil na Coréia: interditar os suprimentos chineses sem fazer pressão sobre as forças combatentes. Até um fio de suprimento é o bastante para manter apoiada uma frente inativa. Tínhamos que manter a frente em atividade para que o corte dos suprimentos tivesse sucesso. Na Coréia, relaxamos as ações de combate no exato momento em que iniciávamos a operação de interdição, o que é quase insensato. A idéia devia ser a de forçar o inimigo a gastar seus suprimentos mais depressa do que podiam chegar.

P — Deveríamos ter bombardeado além do Rio Yalu, dentro do santuário chinês, na Manchúria?

K — Se deveríamos ter bombardeado além do Yalu é outra questão. Quero dizer que mesmo sem cruzar o Yalu nós podíamos ter vencido na Coréia do Norte com relativa facilidade.

P — Como?

K — Apenas tentando vencer. Acreditamos agora que podíamos ter repelido os chineses para além do Rio Yalu e ocupado toda a Coréia, se tivéssemos vontade de fazê-lo. E, na época, os soldados e o alto comando na Coréia acreditavam nisso e pediam uma oportunidade de experimentar.

É de supor-se que, tivessem êles tido a ordem de tocar para a frente, tôda a história do após guerra na Ásia teria sido outra. Os asiáticos poderiam então dizer: "É, os americanos não são tigres de papel. Os chineses é que são tigres de papel".

Os próprios chineses teriam se convencido de que "êsses americanos são perigosos". E todo mundo seria mais cuidadoso.

P — O Vietnam é muito diferente da Coréia?

K — É, no seguinte sentido: na Coréia nós escolhemos a hora de sair; no Vietnam há o perigo de sermos expulsos.

E eu quero lembrar que se nós formos postos para fora do Vietnam, hoje, será quase um desastre moral para os E.U.A. e para os nossos aliados de tôdas as partes.

Nada é tão bem sucedido quanto o sucesso, e nada é mais desastroso que o fracasso. Já alguns países acreditam que o Comunismo é a nova ordem do futuro e que a insurreição quase sempre vence...

P — Que deve ser feito, então?

K — Nós nos enredamos numa situação infeliz no Vietnam e o melhor a fazer, se possível, é vencer; e, em certo sentido, eu entendo que ainda poderemos vencer.

P — Que acha o senhor que se pode fazer para acabar com as guerrilhas?

K — Estivemos meditando sobre o assunto por nossa conta — não se trata de estudos do governo — e em nosso entender há algumas táticas que poderiam ser levadas adiante com mais vigor.

Uma é tratar como sendo, em parte, um problema de organização e do tipo policial — a espécie de problema que se tem que resolver quando se policia uma grande cidade.

A maneira de romper uma cadeia de assaltantes numa cidade grande é capturar seu chefe. Quando ele fôr substituído, capturar o substituto, e assim por diante.

O que pode ser feito em grandes áreas é infiltrar-se no movimento Vietcong com os métodos clássicos — informantes, agentes duplos, amantes que foram traídos, subôrno, ameaças.

P — Como aplicar isso às insurreições?

K — No Vietnam, identifica-se o líder de uma área local, vai-se e pega-se-o. Sua captura é nos moldes dos montanheses do Canadá, "agarre seu homem". Segue-se a pista e põe-se sua cabeça a prêmio. Alguém então será apontado como seu substituto. Vai-se atrás do segundo homem. Outro o substituirá. Vai-se atrás do terceiro homem — e assim por diante. Isto requer, diga-se de passagem, uma certa e real intensidade de operação. É preciso fazer fôrça.

Tenho conversado com guerrilheiros, rebeldes, — e êles sempre fazem êste comentário:

"Muitas vêzes, as tropas do governo nos alcançam quando estamos quase desesperados; no ponto de morrermos, rendermo-nos ou sermos capturados. As tropas do governo, porém, não o percebem e voltam para seus acampamentos. Tudo porque êles não puderam sentir quão perto estiveram do êxito."

Isto é principalmente uma questão de continuidade e persistência. É como a prospecção. Se alguém se convence de que está para dar o golpe certo, acabará dando mesmo; mas se estiver desanimado, não tardará que desista.

P — Terão, porém, os americanos aptidão para essa espécie de guerra?

K — Nosso Departamento de Estado e os nossos militares freqüentemente não parecem ter. Mas temos neste país quem possa fazê-lo. Nossas repartições de polícia e nossos serviços de informações devem ter gente capaz para isso. É o modo pelo qual operam normalmente — embora, tem-se que admitir, em circunstâncias diferentes.

De um modo geral, a gente dêste país não gosta de fazer sujeira ou jogar bruto. Isso não vem naturalmente e não é agradável. Mas nessa espécie de guerra, nossos padrões vão quase que automaticamente decaindo, mais do que em batalhas normais. E parece-me que até Lincoln teve de meter milhares de pessoas na cadeia e suspender o habeas-corpus durante a Guerra Civil...

Eu não desejo ficar do lado dos que dizem "Sejamos rudes também". Prefiro ficar do outro lado. Mas, nessa espécie de guerra, ou se baixa de padrão ou se desiste.

P — Se o que o senhor está dizendo desse certo, isso limparia o Vietnam mais rapidamente do que o bombardeio do Vietnam do Norte?

K — Muito provavelmente. Mas é apenas uma das muitas causas em que estamos pensando.

Um dos membros de nossa equipe, Frank Armbruster, andou estudando, por exemplo, as várias guerras insurrecionais vencidas pelo governo dos E.U.A. Em muitos casos, o lado do governo tinha efetivos muito menores. Veja a cavalaria dos E.U.A. — quase sempre ultrapassada em número pelos índios que combatia. Magsaysay (ex-Presidente das Filipinas) — tinha sómente uma divisão na área das Filipinas, em que havia uns 30 a 40 mil guerrilheiros.

É quase uma situação perdida se se tenta sobrepujar os guerrilheiros na base de 20 por 1, como estamos fazendo hoje; um sinal de que algo está errado. Pode-se argumentar que as de hoje são guerras ideológicas, muito mais difíceis. Mas provavelmente não serão tão diferentes assim.

Examinando essas guerras passadas, vai-se verificar que em todos os casos houve de parte da guerrilha uma fraqueza a ser explorada pelo

governo. Por exemplo, na primavera e no verão os índios constituíam a melhor cavalaria ligeira jamais vista neste país. Mas não podiam fazer nada no inverno. Então os generais do governo aprenderam as campanhas de inverno.

P — Como aplicar isso no Vietnam?

K — Trata-se de algo que ainda estamos estudando. Naturalmente é preciso primeiro descobrir as fraquezas dos vietcongs e, depois, explorá-las.

Diz-se também que, provavelmente, a principal coisa a fazer é estimular o Exército Vietnamita a ser agressivo — fazer o que seja necessário para torná-los agressivos. Antes disso, é preciso levantar o moral.

Aprendemos na Grécia que basta dar aos recrutas bons oficiais, bom equipamento e sólido regularmente pago, para manter firme o moral. Isso ocorre com freqüência.

Tive durante a Segunda Guerra Mundial alguns contatos com dois exércitos chineses que combateram muito bem na Birmânia, os mesmos exércitos que se recusaram a combater os comunistas na China — porque não eram pagos havia três anos. Isto lhe fará compreender a diferença.

No caso do Vietnam do Sul, algo importante que talvez pudesse ser feito seria dar promoções de campanha às praças excepcionalmente capazes. Com isto, provavelmente, melhoraria a situação tanto dos oficiais como dos graduados.

P — Terá cabimento bombardear o Vietnam do Norte?

K — Sim, em parte pela mesma questão moral — levantar o moral do Sul — em parte porque põe nervosos os vietnamitas do norte e os desencoraja a prosseguir na escalada da guerra.

Não sei ao certo quais são os objetivos do Presidente Johnson. Se pretende negociar e livrar-se do Vietnam tão depressa quanto possível, então a melhor coisa a fazer é manter esta ameaça de fim em aberto: "Nós bombardearemos e continuaremos a bombardear e vocês não sabem quando vamos parar".

P — Haverá possibilidade de sermos derrotados pelo Vietnam do Norte?

K — Não em batalha campal, a menos que façamos tudo errado.

P — Alguns senadores sustentam que ou mandamos centenas de milhares de homens ou os E.U.A. serão repelidos.

K — Não creio. Não acredito que precisemos de quaisquer centenas. Como eu disse, entre 10 e 20 divisões americanas poderão provavelmente ocupar todo o país — o Norte e o Sul. Mas tais tropas terão que se engajar defensivamente se quisermos manter o desejo de lutar.

Devo explicar o que entendo por "defensivamente". Se o Presidente Johnson tivesse mandado aqueles fuzileiros antes que os acampamentos militares dos E.U.A. fôssem bombardeados no Vietnam, muita gente

teria reclamado. Mas esperando que os acampamentos fôssem bombardeados e mandando-os depois disso, êle procedeu defensivamente, e pouca gente reclamou. Em geral, os movimentos defensivos são melhor aceitos neste país.

P — Haverá um perigo crescente de outras "guerras de libertação nacional" em todo o mundo?

K — Caminhamos para isso, e elas tendem a se agravar. Mas não parece haver probabilidade de escaladas. Lembre também que teremos muitas vêzes que participar dessas pequenas guerras, e tratá-las em seus próprios térmos.

Pode-se — como no caso do Vietnam — tentar ir direto ao santuário, e isso pode ajudar ou não. Na maioria dos casos, guerras de libertação nacional exigem combate dentro do próprio país e nos térmos dos rebeldes e do governo, por assim dizer.

P — Com os de fora fornecendo armas?

K — Sim. Temos nos referido a isso como uma "votação com balas". É como uma eleição. Alguém de fora, com muito dinheiro, pode quando muito influenciar. Se fôr uma eleição apertada êle poderá realmente influir. Mas se não fôr, não terá chances com seu dinheiro. Pode-se entrar com milhões de dólares e nada conseguir por uma causa.

P — Quanto tempo ainda levará para que os E.U.A. possam cantar vitória no Vietnam?

K — Pelo menos um par de anos — se trabalharmos bem, muito bem mesmo.

P — Senhor Kahn, a remessa de tropas à República Dominicana pode ser comparada à ação do Vietnam?

K — Não, é muito diferente, e acho até mais controvértida. A denominada "Doutrina Johnson", que tem sido interpretada como intervenção onde quer que uma ameaça comunista tente tomar o poder é, provavelmente, impraticável na América Latina em geral — embora fôsse desejável.

O fato é que o conceito de intervenção dos E.U.A., da espécie de São Domingos, é basicamente restrito a países relativamente pequenos. É difícil imaginar-se uma intervenção no Brasil, com 80 milhões de habitantes, ou na Argentina, com 22 milhões, e mesmo na Colômbia, com seus 15 ou 16 milhões.

P — É poderia ser admitida nos países menores, da América Latina?

K — Possivelmente nas ilhas do Caribe, nos países da América Central, talvez na Bolívia e no Equador, mas não nos maiores. E ainda há o problema de saber se os Estados Unidos seriam capazes de persistir numa política inflexível, sem recuos. É só em tais condições que uma intervenção tem probabilidade de sucesso. A menos que aja com firmeza, a intervenção não tem razão de ser.

P — Que que dizer o senhor por uma política "inflexível"?

K — Poder-se-ia dizer aos latino-americanos: "Não nos importa que espécie de governo têm os senhores. Não nos importa mesmo que seja comunista, contanto que não venham a cooperar intimamente com a China ou a Rússia. Nós não temos intenção de forçá-los a entrar na roda; podem fazer o que quiserem, mas se vierem a ter um governo controlado, ou demasiadamente influenciado, pela China ou pela Rússia, nós o porem para fora". Quando se tem realmente a espécie de firmeza que torna uma declaração dessas digna de crédito, não há necessidade de correr a intervir. Pode-se esperar para ver se a revolução é controlada do exterior. Não é preciso saltar prematuramente. Mas o simples fato de havermos precisado entrar na República Dominicana antes do tempo é quase uma confissão de que não apresentamos essa firmeza.

Nós temos aversão a intervir e derrubar um governo que se apresenta com aparência de legitimidade. Não o faremos, como se sabe, em Cuba. Isso mostra bem que a denominada Política de Johnson é muito difícil de pôr em execução.

P — No caso dominicano havia o risco de uma escalada para guerras de estágios superiores?

K — Não. Ali não há problemas de escalada. O problema é de outra espécie. Disseram-me, por exemplo, que o peso colombiano caiu 40 por cento quando intervimos em São Domingos.

P — Por que teria sido?

K — Presumivelmente, porque alguns colombianos acreditam que seu governo ficou mais fraco em consequência de nossa intervenção em São Domingos. Os colombianos, mais amigos dos E.U.A., ficaram agora muito quietos na Colômbia.

É outro aspecto do mesmo problema: se pudermos convencer os colombianos de que somos suficientemente firmes e persistentes para levar a cabo uma política de intervenção vitoriosa, o peso muito provavelmente subirá. Mas eles parecem sentir que os E.U.A. interviveram em São Domingos, mas não intervirião na Colômbia.

Assim é que a intervenção em São Domingos fortaleceu as forças radicais da Colômbia, porque estas agora estão furiosas conosco e não pensam que interviriámos lá — o que me parece um juízo correto.

Essas políticas só produzem efeito quando se tem coragem e determinação para levá-las adiante. Mas eu gostaria de lembrar que nós não somos romanos, nos Estados Unidos, nem britânicos — somos americanos.

P — Que espécie de gente são os americanos?

K — Os americanos são um pouco "água morna" para esse tipo de causas.

Primeiro, êles querem sentir que estão certos. Não se sentem bem se acham que estão fazendo alguma coisa ilegal.

Segundo, êles realmente gostam de ser queridos. E não gostam de críticas.

P — Isto também é verdadeiro quanto ao Presidente?

K — Penso que sim.

P — A Rússia interviria se os E.U.A. tentassem derrubar Castro?

K — Os russos não parecem dispostos a intervir em nosso Hemisfério, principalmente depois da confrontação sobre os mísseis de Cuba. Eles podem ficar furiosos. Podem fazer uma escalada em Berlim — mas é muito perigoso. Ninguém deseja utilizar armas nucleares — ou arriscar-se a ter de fazê-lo. Todo mundo tem medo, verdadeiro pavor.

Há amigos meus, membros de grupos da paz, cuja idéia é que todas as manhãs o Secretário Brejnev (Primeiro Secretário do Partido Comunista da União Soviética) e o Presidente Johnson levantam-se e perguntam logo: "Bem, devemos apertar o botão hoje?"

"Não, não de estômago vazio. Esperemos até depois do café."

"Apertamos o botão agora?"

"Por que essa pressa? Almocemos, primeiro."

Em outras palavras, acham que 10 a 20 vezes por dia, tanto Johnson quanto Brejnev decidem não apertar os botões.

Não é bem assim. As duas capitais estão petrificadas de medo.

P — O senhor acha que nunca haverá uma guerra nuclear?

K — Não, eu não diria isso. Penso que haverá. Mas entraremos arrastados nela, muito provavelmente, e penso que ela será causada ou mesmo empreendida por uma pequena potência que não tenha medo de balançar o barco, antes que por uma grande potência que tenha um forte senso de que "Nós teremos muito a perder".

P — Que pode acontecer se a bomba atômica cair em mãos de mais países?

K — Haverá maior chance de vir a ser usada.

Eu diria mesmo que há probabilidade de armas nucleares serem usadas de novo, algum dia, no século vinte.

P — Pela China Comunista, talvez?

K — Provavelmente não. Os chineses são um povo muito cauteloso. Mais possivelmente por Nasser contra Israel — se ele tiver armas nucleares — e vice-versa. Talvez pela Indonésia contra a Malásia.

P — E a França?

K — Não está empenhada no uso de armas nucleares. Se os franceses entenderem que qualquer dessas armas pode vir a ser usada, êles recuarão. As armas de De Gaulle são de efeito teatral. Mas as dos outros também são.

P — Que amplitude teria essa guerra nuclear que o senhor prevê para o século vinte?

K — Seria, provavelmente, uma pequena guerra — pelo menos da primeira vez que fôr tentada.

Vou tentar descrever o que poderia acontecer:

Suponhamos que a Rússia invadiu a Europa. Os E.U.A. ameaçam usar armas nucleares para detê-los. Mas os europeus estão convencidos de que se as armas nucleares forem usadas todos morrerão, e então pedem "Não façam isso".

Os Estados Unidos responderão: "Há dez anos que vocês nos dizem para usar as armas nucleares".

E os europeus dirão: "Era só para intimidar".

P — Os europeus aceitarão antes a ocupação russa?

K — Antes que o uso generalizado das armas nucleares? Sim. Mas em meu entender êles tentarão algo novo. Dirão aos E.U.A.: "Vocês não precisam empregar mil bombas nucleares. Usem sómente duas, digamos, para explodir duas pontes, para mostrar aos russos que vocês não estão brincando".

Então empregaremos duas armas nucleares e diremos agora aos russos — esperançosamente convincentes: "Vocês não pensavam que nós usariámos armas nucleares? Bem, vejam; nós usamos. E se lançamos duas podemos lançar 20. Isto pelo menos deve deixá-los preocupados".

Os russos responderiam: "Nós não estamos preocupados. Vocês não nos metem medo". Explodirão também duas pontes e virão dizer-nos: "Vamos conversar sobre o assunto".

Ambos os lados provavelmente ficarão petrificados e pararão aí, o que significa que o primeiro uso de armas nucleares teria sido um sucesso.

Mas justamente por ter sido um sucesso essa primeira vez, isso pode significar que haverá uma segunda vez.

A terceira pode ser a vez em que o telhado vem abaixo. O mundo parece estar cheio do que chamamos de profecias autodestruidoras.

P — Quais são, então, as possibilidades de grandes trocas nucleares — aquelas em que se diz que os E.U.A. correm perigo de perder 150 milhões de vidas?

K — Olhando uns dez anos à frente — é a distância que se pode olhar nesse campo — eu diria que são relativamente pequenas.

Não existem no momento áreas ativas de atrito entre os E.U.A. e a Rússia, que valham uma guerra nuclear. A Alemanha tem o problema da unificação; a China tem o de fazer crer que é uma grande potência.

Os alemães são cautelosos, em parte porque não dispõem de poder real no momento. Os chineses, como os russos, tendem a ser povos permanentemente cautelosos. Eles não alimentam qualquer romantismo acerca da guerra, na tradição feudal de romance.

P — E daqui a 10 ou 15 anos? Constituirá a China uma ameaça maior?

K — Certamente pode vir a tornar-se. Durante cerca de 2 000 anos os chineses não revelaram tendências de verdadeira nação militar, mas têm-se mostrado expansionistas. O país de que mais desejam recuperar terras é a Rússia. Ora, a Rússia é muito firme com relação ao território pátrio. Moscou pode não ser duro a ponto de ir à guerra em favor de Cuba, mas não está disposto a ceder terras à China.

P — Poderá a Rússia resolver-se a agir contra a China antes que esta se torne uma potência nuclear de primeira classe?

K — Seria bem difícil para a Rússia empreender essa agressão crua. Além disso, hoje a maioria das nações é prudente, intimidada, relativamente satisfeita, razoavelmente bem de vida e cautelosa.

Os soviéticos dificilmente se lançarão numa aventura dessa espécie.

P — E a Indonésia?

K — É fraca. E em geral as nações que se poderiam mostrar desejosas de correr riscos e causar perturbações tendem também a ser muito fracas hoje em dia.

P — Do modo como o senhor vê, então, há no mundo grande precaução para impedir uma guerra nuclear generalizada?

K — Sim. O pessoal não parece andar por aí apertando uma porção de botões. Permitam que ilustre esse ponto:

Suponhamos que há 30 segundos o Presidente Johnson tenha sido subitamente informado de que uma grande bomba — digamos entre 5 e 20 megatons — foi lançada sobre a cidade de Nova York. Que acha o senhor que ele faria?

P — Será que faria um monte de perguntas — assim como pegar na "linha quente" para Moscou e perguntar — "Foi algum erro?"

K — Certo. Você acaba de aprender 80 por cento da moderna teoria estratégica. A gente não sai apertando todos os botões da casa. Fazem-se perguntas.

Este é um ponto muito importante. No entanto, se eu tivesse feito esta mesma pergunta a este mesmo grupo de editores, seis anos atrás, nesta sala, garanto que das dez pessoas que aqui estão, 8 ou 9 responderiam que deveríamos apertar todos os botões. A gente aprende. Os senhores mantiveram a cabeça fria.

Mas, para terminar a história:

Façamos a hipótese, ainda mais esquisita, de que o sr. Johnson na "linha quente" com o Secretário Brejnev ouve dêle: "Nós arrasamos Nova York e o fizemos deliberadamente. Vocês se intrometeram no Vietnam e a China tem nos provocado. Nós estamos sendo desmoralizados por toda parte. Isto porá um fim nessa história".

Que faria o Sr. Johnson a esta altura?

P — Talvez agora ele apertasse uns tantos botões?

K — Mas o Secretário de Defesa McNamara alertou que se nós aper-tarmos uns tantos botões, teremos 150 milhões de americanos mortos até o meio-dia.

O fato é que não há a irremediável necessidade de lançarem-se uma porção de bombas nesta altura — a menos que se queira, com isso, ga-rantir a destruição de nossas maiores cidades.

P — Vamos deixar então que os russos prossigam e arrasem o res-tante dos Estados Unidos?

K — Não, mas não há pressa em tentar detê-los. Se essa fôr a decisão de Brejnev, e tomada sem que o tivéssemos pressionado, então poderemos sempre arrasá-lo mais tarde.

Não esqueçam que nós estamos convencidos de que possuímos uma fôrça invulnerável de mísseis. Os russos supostamente dispõem de uns 200 mísseis balísticos intercontinentais. Nós temos de 600 a 800 Minutemen. Temos cerca de 300 Polaris no mar. Temos bombardeiros em alerta no solo e no ar. E não nos parece que os russos tenham qualquer jeito de pôr tudo isso abaixo.

Não, a resposta não é lançar uma porção de ogivas nucleares sobre a Rússia. Se os números citados por McNamara são válidos, seria des-perdiçar 150 milhões de vidas americanas. Passaríamos maus bocados para justificar, perante algum membro sobrevivente do Congresso, tam-nha perda.

P — Que faria o senhor? Aceitaria a destruição de Nova York? Ou jogaria uma bomba em Moscou, como represália?

K — Esta é a resposta normal — atingir uma cidade russa. Mas talvez não devesse ser Moscou.

P — Será porque não devamos destruir o Governo dêles?

K — Não. O Governo Soviético estará funcionando em outro lugar a essa altura. É porque Moscou é uma cidade muitíssimo importante.

Acontece que há muito sentimento antinova-iorquino em todo o mundo e o povo sabe que, no caso, Moscou é mais importante que Nova York. Mas admitamos que se atinja Moscou. Agora é Brejnev quem pe-ga a "linha quente" e diz: "Olhe aqui, Moscou é mais importante para a União Soviética do que Nova York, Chicago, Los Angeles e Filadélfia para os Estados Unidos".

E é verdade. De certo modo, a Rússia só tem duas grandes cidades, Leningrado e Moscou. Brejnev prossegue: "Vocês não deviam ter feito isso. Isso é "escalada". Agora nós teremos que fazer alguma coisa. Nós vamos pegar Filadélfia e torná-la mais "plana". E mesmo assim não te-remos destruído a capital de vocês".

Aceita-se a hipótese de que Brejnev venha a destruir Filadélfia, muita gente que gosta de brincar com coisas hipotéticas dirá que agora é che-gada a hora de despachar as ogivas nucleares. Assim sendo, mesmo

nesse caso bizarro, e em muitos aspectos provocativo, podem-se imaginar cidades trocadas umas pelas outras e, afinal, a coisa terminando sem mais escaladas — não porque seja horrível que milhões tenham morrido, mas porque muitos milhões mais, no fim de tudo, teriam que morrer também.

A questão é a seguinte: se os senhores chegaram a compreender que primeiro a gente pergunta, já aprenderam 80 por cento da moderna teoria estratégica. Se os senhores controlaram a reação ao ficarem sabendo que não foi acidente, aprenderam mais 10 por cento da teoria estratégica. E se compreenderam, ainda mais, que a coisa pode terminar, mesmo com a destruição de Nova York e Filadélfia, então só falta aprender 5 por cento da *teoria da resposta controlada*.

P — Qual é a lição de teoria estratégica que teremos de aprender nesses dez anos?

K — Ainda não estou certo. Uma das coisas que nós provavelmente teremos de aprender é que adotamos um sistema inadequado.

P — O senhor quer dizer que nossas defesas podem vir a tornar-se inúteis?

K — Não só inúteis, mas muito perigosas. A coisa é mais ou menos o seguinte: se a gente arma uma barraca, digamos, num belo dia de verão, não se pode saber se a barraca é um bom abrigo porque ainda não choveu. Então temos um abrigo perfeitamente bom, certo?

Se vivermos num mundo “represado” — quer dizer, no qual não há pressões sobre o sistema — não podemos saber se o sistema corre perigo.

Vou explicar quão perigoso é o sistema. A política defensiva básica de hoje, em quase todos os países da Europa, é a da rendição pre-estabelecida.

Se forem atacados, render-se-ão. Não lutam, não usam armas nucleares, porque não querem ser riscados do mapa.

Eu argumentaria que a política de rendição antecipada ou preventiva chegará ao nosso próprio país, porque não dispomos de quaisquer teorias plausíveis, ou de confiança, sobre como sobreviver a guerras nucleares.

Vejam, se nós não dispomos de uma teoria de como sobreviver a uma guerra nuclear, quase certamente não apertaremos o botão — mesmo se atacados. A menos que se tenha uma teoria, a probabilidade é de rendição.

Naturalmente, sempre se pode inventar uma dessas teorias no último momento; e quase todos os autores ou leigos que têm considerado seriamente esse problema já pensaram na barganha Moscou-Nova York. Entretanto, quase sempre a implementação de uma teoria requer muita preparação. É preciso criar equipamento. Dependendo da situação, poder-se-á, ou não, improvisar no último instante.

P — Que colocaria o senhor num plano para a sobrevivência?

K — Muitas coisas. A mais importante é compreender que podemos proteger nossas cidades por meio de ameaças, depois da guerra começada, como antes da guerra.

Como um eventual planejador de guerra, em qualquer tempo, eu normalmente jamais atingiria Moscou ou Leningrado até a guerra estar muito adiantada. Elas seriam os meus mais importantes trunfos. É muito importante não jogá-los fora. Não existem na Rússia cidades compráveis em importância. Não se vai gastar Moscou e Leningrado atingindo-as muito cedo. Deve-se poupar-las, digamos, para proteger Nova York, Chicago, etc.

P — Que mais?

K — Há outro fator importante a ter presente no espírito. Na situação atual, a guerra não sairá antes que se tenha primeiro uma substancial deterioração da situação internacional, depois um estado de verdadeira tensão e por fim, então, a guerra.

Protótipo desse quadro foi a Segunda Guerra Mundial: primeiro, Hitler foi eleito, depois vieram a ocupação do Ruhr, o Anschluss (pelo qual a Alemanha incorporou a Áustria em 1938), Munique, a ocupação de Praga, o ataque à Polônia, e depois, oito meses finais de guerra de mentira .

Assim sendo, podem-se imaginar uns três meses a três anos de preparação, onde o orçamento da defesa primeiro se elevará de 50 para 100 bilhões de dólares por ano, depois mais ainda. O orçamento poderá subir acima de 400 bilhões de dólares anuais.

Vamos recuar um pouco no tempo. Em 1950 houve um grande debate nos Estados Unidos sobre se o orçamento da defesa devia ser de 14, 15 ou 16 bilhões de dólares por ano. A Coréia do Norte marchou sobre a Coréia do Sul e o Congresso logo autorizou 60 bilhões para aquele ano. Levaram-se três anos para gastá-los. Ninguém tinha uma idéia precisa de como empregar esse dinheiro. Aprender levou tempo, e mesmo então houve muito desperdício.

Suponhamos agora que os russos, de repente, revelam possuir 1 000 mísseis. Deslocam 20 divisões adicionais para a Alemanha Oriental, em seguida fecham as estradas de Berlim e por fim tomam a guarnição de Berlim. Que fariam os senhores?

Por mim, sugeriria que se declarasse guerra e se começasse a gastar dinheiro.

P — Que adiantaria isso?

K — Vou dar-lhes um exemplo histórico: os alemães marcharam sobre a Polônia em 1939, os britânicos não podiam fazer nada e então declararam guerra.

Uma declaração de guerra é uma opção tremendamente importante. Ela diz: "Esperem. Alguma coisa está errada. E enquanto vocês esperam, quero lhes dizer o seguinte: nosso orçamento acaba de subir para 400

bilhões anuais". É absolutamente incrível o que se pode comprar com 400 bilhões por ano.

Significa algo assim: se a Coréia do Norte não tivesse marchado sobre a Coréia do Sul, nós estariamos dizendo até hoje que o Polaris era infabricável, porque não se pode enfiar um sistema Polaris dentro de um orçamento de 15 bilhões de dólares para a defesa. Os Minutemen também não seriam viáveis, e assim por diante. Mas todos êsses sistemas sùbitamente tornaram-se possíveis.

Quero dizer com isso que a capacidade de empregar rápidamente grandes fundos é um dos mais importantes trunfos de defesa que os E.U.A. possuem.

P — Mas é preciso planejar adiantadamente?

K — De fato. Examinando-se cuidadosamente um grande programa de construções, vê-se que leva cinco anos para se completar. Descobre-se, também, que são necessários quatro anos de trabalho no papel, escolha de locais de construção, desenhos, problemas legais, coisas assim. A construção propriamente dita leva apenas um ano, ou pouco mais. Pode-se pôr em execução um programa de 20 ou 30 bilhões de dólares de abrigos, nos Estados Unidos, em cerca de seis ou sete meses, querendo, caso tenhamos feito todos os planejamentos com antecedência e gasto uns 2 bilhões de dólares por antecipação.

A mais importante opção isolada que os Estados Unidos devem ter — se é que já não a têm — é a capacidade de empregar 100, 200, 300 ou até 400 bilhões de dólares em um único ano.

P — Voltando aos 50 bilhões anuais que estamos gastando hoje com a defesa — qual é a tendência?

K — Deve baixar um pouco. O fato é que podemos matar todos os russos que qualquer um desejasse matar — que uma pessoa razoável quisesse matar.

Hoje, quando se quer comprar qualquer equipamento novo para a defesa, o pessoal pergunta: "Que coisas isso pode fazer, que o sistema atual não pode? Por que fazer isso? Que impacto terá na corrida armamentista?" Por último — e sómente depois de serem essas três questões respondidas satisfatoriamente — pedirão ainda um reexame do custo real: "Vale a pena comprar?"

Então é preciso argumentar que se está querendo algo mais, além de matar russos. Que se quer fazer, mais importante que matar russos? Bem, pode-se querer salvar vidas americanas. A política oficial é que o critério não é mais de matar os russos, mas de limitar os danos — economizando americanos.

P — Pode alguma coisa mais ser feita nessa ordem de idéias — mais esforço em abrigos contra poeira radioativa, ou nos "caça-mísseis" Nike-X?

K — Sim. Há três razões mais por que não tem sido feito: uma é o receio de uma super-reação da Rússia, tendo como resultado o reacendimento da corrida armamentista. Outra é a relutância em gastar dinheiro. Uma terceira é que ninguém acredita que uma grande guerra de armas nucleares possa ocorrer — tal guerra nuclear é "impensável" ou "impossível". Não se acredita, literalmente, numa guerra nuclear. O povo não acredita mesmo, está acomodado e é uma espécie de atitude persuasiva.

P — E pode-se permitir que a acomodação governe? Precisamente, que deveriam os E.U.A. fazer para garantir a segurança futura do país?

K — Antes de tudo, mais meditação, dedicada e a longo prazo. Maior capacidade de mobilização, caso se deteriorem as relações internacionais. Trabalho mais efetivo, e menos sonhos, quanto ao controle de armamentos. Mais decisão de aceitar custos a curto prazo, e mesmo perdas humanas, em proveito dos interesses nacionais maiores.



A Guerra Revolucionária leva o perigo comunista ao umbral de cada casa e a última frente se situa no espírito de cada cidadão!

REPRESENTANTE!

A Revista precisa manter ligação mais constante e íntima com o Sr. Pretende fazê-lo, mas necessita da sua máxima cooperação. Assim, para iniciarmos nova fase de entendimento entre a Redação e o Representante, pedimos-lhe comunicar-se conosco, com a possível brevidade e preferentemente por carta, informando-nos detalhadamente da situação da Revista na sua Unidade. Esperamos, também, a sua colaboração, não sómente no tocante a sugestões para melhoria da nossa "A Defesa Nacional", como também no envio de matéria para publicação. Estamos às ordens, aguardando sua palavra.

MAIS CARROS DE COMBATE!

Soldado (*)
JOSÉ FERNANDES DE LIMA

Nos campos de batalha, no furor dos encontros decisivos, quando pelo ar silvam granadas mortíferas e soam fortíssimos estampidos, abalando as entranhas da terra; quando turbilhões de balas rompem o espaço enegrecido, e esvai-se em meio às espessas nuvens de fumo o eco dos gritos de entusiasmo ou de dor, que se erguem de peitos heróicos; quando apesar dos maiores esforços, depois de se terem

(*) Esta página é transcrição da revista "O CARRO DE COMBATE" (n. 6 — ano VI — 3 Out 1931), editada pela antiga Companhia de CC sediada na Vila Militar, mandada organizar pelo Aviso 360 (de 26 Mai 1921) e que teve, por organizador e primeiro comandante, o então Capitão JOSÉ PESSOA CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE — cujo nome registramos com respeito e saudade. No n. 6, que nos foi gentilmente cedido pelo distinto instrutor da AMAN, nosso colaborador Capitão NEY SALLES, há uma porção de coisas interessantes. Fica-se sabendo, por exemplo, que o Comandante era o então Capitão João Pereira de Oliveira, depois General, escritor e historiador, o qual também colaborou na organização da Cia CC (3 Out 1921), juntamente com Oswaldo de Araújo Mota e outros; que os doze carros de combate da Cia tinham nomes significativos (a saber: Campina do Taborda, Guararapes, Caseros, Palmares, Ipiranga, Colônia de Dourados, Forte de Coimbra, Riachuelo, Tuiuti, Itororó, Avaí e Humaitá); e que o pessoal dos blindados (!) dava valor à poesia, como se verifica destas estrofes de Celestino Cavalcante (de um livro inédito — "Maldição"):

— O SOLDADO —

O amor da Pátria está pôsto
Muito acima dos demais:
Eu, sem pagar esse imposto,
Não volto às plagas natais.

No meu sertão adorado,
Quantos que me querem ver!
Mas, é mister ser soldado,
Para o Brasil defender!

produzido os mais admiráveis lances de candente bravura, não se sabe ainda quem vencerá, surgindo no cenário carros de combate, transforma-se o aspecto da luta. Semeando a morte com as suas bôcas de fogo; inutilizando cêrcas intrincadas, remontando escarpas ingremes e transpondo trincheiras, vencendo impassíveis todos os obstáculos que se lhes antepõem, êles em breve levam às hostes adversárias, com a sua esmagadora eficiência, o total aniquilamento ou pelo menos o temor e a desordem, assegurando os louros da vitória para as tropas que os possuem e sabem utilizá-los hábilmente.

Eis a ação que desenvolvem estas poderosas máquinas. Constituirão elas o maior agente de destruição inventado até hoje? Talvez não, que da mente dos homens de ciência, plena sempre de sonhos arrojados, emergem de quando em quando geniais concepções que tornadas tangíveis e conservadas em silêncio despertam a mais funda surpresa e admiração, ao demonstrarem à humanidade nas épocas de conflito geral, com seus feitos assombrosos, a extraordinária potência destrutiva de que são portadoras.

Os carros de combate, pois, podem ser inferiores aos desconhecidos meios de extermínio que a eterna expectativa de guerra inspira ao homem, e que decerto existem algures em segredo, esperando uma oportunidade para a sua manifestação. Enquanto porém a nós não chegam êsses novos e mais elevados expoentes da ciência guerra, cumpre-nos, realçando o valor d'estes carros, atrair-lhes a atenção acurada que do país merecem, evidenciar a importância que para nós êles têm, insistindo sobre a conveniência de ser aumentado o seu número adquirindo-se modelos mais recentes, e de ser difundido tudo quanto a êles concerne, pelos domínios do Exército. Tal propaganda mais avivará o interesse pela melhor defesa de nossa Pátria, e as providências dela decorrentes muito contribuirão para podermos dominar, sem grande trabalho, quaisquer situações que exijam, pela sua inquietadora irregularidade, uma rápida e potente ação militar.

(Vila Militar, 11 Set 1931)



A DEFESA NACIONAL é a sua Revista
de estudos e debates profissionais. É a sua
tribuna. MANDE-NOS SUAS COLABORA-
ÇÕES!

UMA VISÃO GERAL DA ESTRATÉGIA

General ANDRÉ BEAUFRE

(Exército Francês)

Traduzido pelo Cel Obino Lacerda Alvares
— com autorização pessoal do autor — dô "Bulletin Trimestriel" de L'Association Des Amis de
L'École Supérieure de Guerre (Jan 64).

(Ver Nota no final.)

I

Numerosas são as pessoas que praticam estratégia mais ou menos inconscientemente, do mesmo modo que M. Jourdain fazia prosa sem o saber. Contudo, à diferença de M. Jourdain, é muito mais difícil fazer boa estratégia, que boa prosa, tanto mais que se o nome "estratégia" é empregado com freqüência, as realidades que elle recobre são geralmente ignoradas. Certamente é um dos términos correntes cujo significado é dos menos conhecidos.

As razões desse desconhecimento são diversas. Essa antiquíssima palavra designou, durante muitos séculos, a ciência e a arte do Comandante-em-Chefe, o que, evidentemente, se referia apenas a um pequeno número de pessoas. Tal conceito se transmitia de um modo mais ou menos esotérico, a cada geração, pelo exemplo que davam os Comandantes de renome, um pouco como "tours de main" dos peritos dos diversos ofícios. Como a guerra evoluía lentamente, essa maneira de fazer, demasiado empírica, era satisfatória no conjunto, ainda que a guerra fosse infinitamente mais complexa que a arquitetura, por exemplo.

Ao contrário, nos períodos de evolução, a aplicação dos "tours de main" tradicionais se evidenciou ineficaz. A conduta das operações punha então, em evidência, enigmas aparentemente insolúveis, não sómente ao Príncipe ou ao Marechal mas, sobretudo, ao conjunto das elites. A cada um dos períodos, correspondia um movimento intelectual relativo à estratégia, cujo sentido profundo, aliás, sempre estêve de acordo com a mentalidade da época. A Renascença procurou os segredos da nova guerra em Végece e nos historiadores antigos; o Século XVIII extraírá da razão pura o sistema de idéias que Napoleão aplicará magistralmente; o Século XIX, ainda espantado com o sucesso de Napoleão, acreditará ter encontrado ali a solução de seus problemas, mas estruturará, principalmente com Clausewitz, uma grande teoria filosófico-social, intermediária entre Kant e Karl Marx, cujas interpretações românticas não terão sido estranhas à forma, além dos limites, das guerras do Século XX.

Entretanto, nesse último século, de grandes mutações, a estratégia sofreu grave eclipse num momento crucial: a estabilidade de 1914-1918 foi julgada como "fracasso da estratégia", ainda que tal fato represente

a "falência de uma estratégia". Sobretudo na França (e a França exerce uma influência considerável neste momento) a estratégia aparece como ciência desvalorizada, uma maneira de encarar a guerra que não se coaduna com a evolução, a qual parece dar precedênciia ao material sobre os conceitos, às potencialidades sobre a manobra, à indústria e à ciência sobre a filosofia. Essa atitude, de aparência realista, leva a considerar "os estrategistas" como retardados pretensiosos e a concentrar os esforços sobre a tática e sobre o material, no preciso momento em que a rapidez da evolução exige uma visão de conjunto particularmente elevada e penetrante, que sómente a estratégia pode dar. A derrota militar da França foi o resultado, assim como a vitória incompleta da Alemanha, devidas ambas a apreciações errôneas, porque muito estreitas. O desmoronamento do império mundial da Europa, que veio a seguir, deixa subsistir apenas dois gigantes, Estados Unidos e Rússia. O antagonismo entre ambos, tornado terrificante pela arma nuclear, recolocou em primeiro plano os problemas da paz e da guerra, sem que exista conceito algum aparentemente capaz de resolvê-los. Inculpa-se disso à novidade da arma atômica, mas não nos damos conta de que é a ausência de uma teoria geral que nos impede de prever e dominar a evolução. Do lado soviético procura-se desde logo apegar-se ao marxismo, formulando-se sob Stalin uma teoria de guerra total, de fundamento sociológico, que não resistirá aos progressos da técnica. Do lado americano, sob o signo nominal de Clausewitz, seus líderes lançaram-se inteiramente na solução de uma cascata de problemas técnicos, de inspiração tática; todavia, a importância do assunto atrai a atenção dos meios intelectuais que, de acordo com a mentalidade científica contemporânea, fundam a pesquisa das soluções sobre tesouros de análise. Brevemente, cada universidade americana possuirá um instituto de pesquisa bem equipado. Pilhas e pilhas de livros se acumularão, caracterizando um arcabouço abstrato, de complicaçāo quase escolástica, de onde apontarão pouco a pouco certos elementos essenciais da estratégia de conjunto, necessária à nossa época. Entretanto, esse intenso movimento de idéias penetra lentamente na Europa, onde nos contentamos em geral, após algumas leituras sem compromisso, com adotar o vocabulário e o material americanos, porque se acredita, ainda sem dizê-lo claramente, na supremacia do material sobre as idéias.

Malgrado, por exemplo, Raymond Aron na França ou Liddell Hart na Inglaterra, a estratégia não chegou ao grande público, nem mesmo, verdadeiramente, ao meio militar, onde se continua a pensar em termos de técnica e de tática. Entretanto, a importância do fato atômico, como os resultados decepcionantes das campanhas da Indochina, do Egito e da Argélia, fazem sentir mais ou menos confusamente a necessidade de uma melhor compreensão dos fenômenos relativos à guerra. A estratégia, condenada em 1915, deverá conhecer, normalmente, um novo período de florescimento.

II — ANÁLISE DA ESTRATÉGIA

Que é estratégia? Se partirmos da antiga noção de estratégia militar, diremos que é a arte de empregar fôrças militares para atingir os objetivos fixados pela política. Essa definição, que pouco se afasta dos termos de Clausewitz, é a mesma que Liddel Hart formulou ainda há alguns anos atrás. Raymond Aron, em livro recente, a readotou quase que textualmente.

Do meu ponto de vista, tal definição é demasiado restrita, pois que se refere apenas a fôrças militares e eu, de minha parte, a redigiria assim: "é a arte de levar a fôrça a concorrer para a obtenção dos objetivos da política." Ela apresenta, de outra parte, um outro inconveniente: refere-se ao conjunto da arte militar. Ora, já é tradicional compartimentar essa arte em "estratégia" e "tática". Mais recentemente passou-se a reconhecer uma outra subdivisão — a logística. Se estratégia não é tática nem é logística, afinal o que ela é? A tática tem conceito preciso: arte de empregar as armas no combate, para obter o melhor rendimento. A logística é a ciência dos transportes e dos suprimentos. Ambas se relacionam "à combinação de coisas materiais" e apresentam uma característica científico-concreta que as torna análogas à arte do engenheiro.

Se recordarmos a frase de Napoleão, que se reportando a uma citação de Lloyd, opunha "a parte divina" à "combinação de coisas materiais", poderemos dizer, então, que a estratégia é a parte divina. Daí, a conferir-lhe a centelha do gênio, não há mais que um passo, freqüentemente tentado por muitas pessoas. Mas o gênio, muitas vezes, nada mais é que o produto de uma demorada espera. Divina ou não, a estratégia deve ser enquadrada em termos de conceitos e submissa a um processo de raciocínio. Que será ela, portanto, se não está situada no plano das causas materiais nem pertencente ao campo da política?

Creio, como disse Foch, que a essência da estratégia encontra-se no jôgo abstrato que resulta da luta entre duas vontades. É a arte que, independente de qualquer técnica, permite dominar os problemas presentes em todo duelo, ensejando o emprêgo das técnicas com o máximo de eficácia.

E, portanto, a arte da dialética das fôrças ou, ainda mais exatamente, a arte da dialética das vontades, que empregam a fôrça para resolver seus conflitos.

Essa definição poderá parecer muito abstrata e geral. Mas é justamente nesse nível que convém situar a estratégia, se quisermos compreender seus mecanismos de cerebração e as leis que nêles podemos descobrir.

FINALIDADE DA ESTRATÉGIA

Aliás, ao abordarmos o que seja a finalidade da estratégia, veremos mais claramente a justeza dessa definição.

Pode-se admitir que a finalidade da estratégia é atingir os objetivos fixados pela política, utilizando os meios disponíveis, do melhor modo possível.

Ora, êsses objetivos podem ser ofensivos (conquistar, impor a aceitação de tais ou quais condições prejudiciais), defensivos (proteger o território ou interesses de vulto) ou mesmo visar o "statu quo" político.

Vê-se pois que fórmulas como a atribuída a Clausewitz, de "decisão pela batalha vitoriosa" — por exemplo — não podem ser aplicadas a todos os objetivos. Ao contrário, a única lei geral que engloba todos êles é aquela que, descartada de toda noção do meio segundo o qual será obtida a decisão, considera apenas a própria essência da decisão procurada. Esta decisão consiste na aceitação, pelo adversário, das condições que lhe queremos impor. Nessa dialética de vontades, a decisão é um evento de ordem psicológica que se quer produzir no ânimo do adversário: convencê-lo de que engajar-se na luta ou prosseguí-la será inútil.

Naturalmente que êsse resultado pode ser obtido pela vitória militar. Muitas vezes, entretanto, ela não é obrigatória, sendo freqüentemente irrealizável, como foi o caso dos guerrilheiros argelinos, enquanto que outros meios podem ser eficazes, como muito bem se viu na Argélia.

Retomando o problema sobre terreno adequado — o da psicologia do adversário — ficaremos em condições de avaliar corretamente os fatores decisivos. Encontrar-nos-emos assim, de um só golpe, num sistema de idéias que engloba seja a vitória militar, seja a nova estratégia de dissuasão nuclear.

Analizando Clausewitz, Lenine deu uma definição muitas vezes citada, que reconhece integralmente o caráter psicológico da decisão: "retardar as operações até que a desintegração moral do inimigo torne possível e fácil dar-lhe o golpe de graça". Ele pensava em termos revolucionários e encarava a ação política como uma espécie de preparação de artilharia, de caráter moral. Justamente o inverso da concepção militar romântica de Clausewitz, na qual a moral do inimigo era quebrada por meio de uma vitória militar.

A fórmula geral parece também ser a seguinte: obter a decisão, criando e explorando uma situação que leva à desintegração moral do adversário, suficiente para obrigá-lo a aceitar as nossas condições.

Essa é justamente a idéia geral da dialética das vontades.

MEIOS DE ESTRATÉGIA

O estudo dos meios da estratégia permite colocar ainda mais em evidência a forma de raciocínio que lhe é própria. Para obter a decisão, a estratégia disporá de um conjunto de meios materiais e morais que vão do bombardeio nuclear à propaganda ou ao tratado de comércio.

A arte consistirá em escolher alguns dentre os meios disponíveis e combinar sua ação para que conduzam a um mesmo resultado psicológico, suficientemente eficaz para produzir o efeito moral decisivo.

A escolha dos meios vai depender duma análise comparada entre as vulnerabilidades do adversário e nossas próprias possibilidades.

Para analisá-las é necessário concluir sobre o efeito moral decisivo. A quem queremos convencer? Em síntese, queremos convencer os governantes adversários; entretanto, conforme seja o caso, será mais fácil atuar ora diretamente sobre os dirigentes, empregando aquêles argumentos que os hão de sensibilizar (Chamberlain em Bad-Godesberg ou em Munich); ora agir indiretamente sobre tal ou qual parte influente de sua opinião pública, que exerce controle sobre o governo, ou sobre um governo aliado que desfrute forte influência, ou sobre a ONU, por exemplo. Se o risco é fraco, tais pressões podem ser suficientes. Se, ao contrário, o risco é mais importante, as ações de força podem tornar-se necessárias.

Ainda aí, a escolha dos meios deve ser perfeitamente adequada às possibilidades amigas e às vulnerabilidades do adversário: a vitória militar clássica pode estar fora de nosso alcance, por exemplo, ou ser demasiado perigosa. Nesse caso, que meios devemos escolher? Um levante revolucionário interno capaz de mudar o governo? (Praga — 1950); pressão econômica conjugada? (sanções econômicas contra a Itália — 1935); ou uma longa campanha de guerrilhas combinadas com ação partida do exterior? (Vietnam e Argélia).

Quais são as ações possíveis, as mais suscetíveis de influir decisivamente sobre a psicologia dos dirigentes inimigos?

Enfim, se se deve empreender uma ação militar, qual será seu objetivo? Tornar-se-á necessário destruir as forças armadas inimigas, segundo a fórmula de Clausewitz? Será possível realizá-lo? Ou será suficiente apenas um sucesso local, como na Criméia, e qual será esse sucesso?

Qual a categoria das forças armadas, ou qual região geográfica, passam a ser decisivas para o adversário? (A marinha e aviação na Inglaterra, ou as forças terrestres na França?) Será indispensável ou será inútil tomar sua capital? Ou bastará apenas a ameaça de sua destruição?

Segundo esse processo analítico poderemos aprofundar o exame, cada vez mais, até encontrarmos os meios ao nosso alcance, capazes de conduzir à decisão.

ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO

Poderemos passar agora à elaboração do plano estratégico. Trata-se de uma dialética. Conseqüentemente, é necessário prever as reações do adversário a cada uma das ações encaradas e conservar a capacidade de resposta a cada uma dessas possibilidades. Tais reações podem ser externas ou internas, morais, políticas, econômicas ou militares. As ações sucessivas e as possibilidades de resposta devem ser organizadas dentro de um sistema que vise à conservação do poder de desenvolver o plano apesar da reação do adversário. Se o plano fôr bem feito não deverá haver riscos. A manobra estratégica que consegue a liberdade de ação deve ser "contra-aleatória". Naturalmente, ela deve encarar com suficiente clareza a seqüência dos acontecimentos que conduzem à decisão, o que, seja dito de passagem, não ocorreu de nosso lado, em 1870, nem em 1939, nem na Indochina nem na Argélia. Acrescentemos ainda que o esquema dialético de dois adversários se complica dentro de uma dada conjuntura internacional. O peso dos aliados e mesmo o dos neutros pode revelar-se decisivo, como em Suez. A Alemanha, por haver mal compreendido a conjuntura, perdeu as duas guerras mundiais, atraindo a hostilidade da Inglaterra por ter invadido a Bélgica e a dos Estados Unidos devido à campanha submarina.

A avaliação correta da liberdade de ação, resultante de uma dada conjuntura internacional, constitui portanto um elemento capital da estratégia, sobretudo agora que o potencial atômico condicionou a interdependência das nações, de um modo extraordinário.

MODELOS ESTRATÉGICOS

Decorrente das circunstâncias e segundo os meios relativos de dois adversários e a importância do risco, o plano estratégico deverá obedecer a diversos modelos, dos quais, a seguir, serão examinados os mais característicos.

1. Se os meios disponíveis são poderosos (ou se a ação encarada pode contar com poderosos meios das nações aliadas) e se o objetivo é modesto, apenas a AMEAÇA de emprêgo desses meios pode obrigar o adversário a aceitar as condições que lhe queremos impor e, ainda mais facilmente, obrigá-lo a renunciar às pretensões alimentadas para modificar o "statu quo" estabelecido. Esse modelo de ameaça direta tem obtido grande voga atualmente, graças à existência da arma atômica que serve de alicerce para a estratégia da dissuasão.

2. Ao contrário, se o objetivo é modesto e não dispomos de meios suficientes para constituir uma ameaça decisiva, procurar-se-á a decisão por meio de ações mais ou menos insidiosas, de caráter político, diplomático ou econômico. Esse modelo de PRESSÃO INDIRETA foi largamente empregado pela estratégia soviética e pela hitleriana, menos por causa da fraqueza de seus meios de coerção, do que em razão da

dissuasão sofrida re'a ameaça direta das fôrças adversárias. É a estratégia adequada ao caso em que a liberdade de ação é restrita.

3. Se a margem de liberdade de ação é estreita, os meios são limitados e o objetivo é importante, buscar-se-á a decisão através de uma série de AÇÕES SUCESSIVAS, combinando, na medida das necessidades, a ameaça direta e a pressão indireta, com ações de força limitadas. Esse modelo de ações sucessivas foi demonstrado por Hitler entre 1935 e 1939, mas só obteve sucesso quando o objetivo pareceu de menor interesse. Ao contrário, quando a "grignotage" (*) se revela capaz de pôr em risco objetivos vitais, ela desemboca necessariamente num conflito de amplas proporções. Com as particularidades devidas à situação insular, a Inglaterra tem praticado geralmente essa estratégia de APROXIMAÇÃO INDIRETA, que Liddell Hart reformulou em nossos dias de um modo muito claro. Ela se adapta particularmente às nações bem protegidas pela natureza, defensivamente fortes, desejosas de obter resultados vantajosos, paulatinamente, só engajando meios reduzidos em suas ações agressivas. As guerras européias do Século XVIII freqüentemente tiveram o caráter de aproximação indireta, por ações sucessivas, porque os meios disponíveis eram reduzidos.

4. Se a margem de liberdade de ação é grande e os meios disponíveis são demasiado fracos para obter a decisão militar, pode-se estar obrigado a recorrer ao conflito de LONGA DURAÇÃO, visando à usura moral do adversário e ao seu esgotamento. Para poder "durar", os meios empregados devem ser muito rústicos, mas a técnica do seu emprêgo — geralmente uma guerra total apoiada sobre a guerrilha generalizada — obrigará o adversário a um esforço tão acentuado que ele não poderá sustentá-lo indefinidamente. Esse modelo de luta total prolongada, de fraca intensidade militar, tem sido empregado com sucesso nas guerras de descolonização. Seu teórico principal é Mao Tse Tung. Notemos que essa estratégia, que exige um esforço moral considerável do lado do partido que toma a iniciativa, supõe forte elemento passional e uma boa coesão da alma do povo. Ela se adapta melhor, portanto, às guerras de libertação, mas só terá probabilidade de sucesso se o risco for muito desigual entre os dois partidos ou, então, se ela se beneficiar de intervenções armadas, como foi o caso da libertação da Europa em 1945, ou a da Espanha em 1814.

5. Se os meios militares disponíveis são poderosos, procurar-se-á a decisão pela vitória militar num conflito VIOLENTO E CURTO, se possível. A destruição das fôrças do adversário por meio da batalha pode tornar-se suficiente, sobretudo se o risco não é demasiado vital para o inimigo. Ou então, a ocupação de todo o território, ou de parte dele, deverá materializar a derrota aos olhos da opinião pública, para obrigá-la a admitir as condições impostas. Naturalmente a capitulação

(*) N. R. — "grignotage" — ações de pequenas destruições sucessivas à semelhança da roedura do rato ...

moral do vencido poderá ser grandemente facilitada pela existência da quinta coluna, como foi o caso da Revolução Francesa e de Napoleão. Essas quintas colunas poderão mesmo desempenhar papel importante no apoio às operações militares. Tal modelo de conflito violento, visando à vitória militar, corresponde à estratégia clássica do tipo napoleônico. Seu principal teórico — muitas vezes traído por suas exegeses impregnadas de romantismo do tipo wagneriano — é Clausewitz. O conflito violento domina a estratégia europeia do Século XIX e a da metade do Século XX. Considerada injustamente como única estratégia ortodoxa, engendrou as duas guerras mundiais, ambas pondo em evidência os limites do conceito CLAUSEWITZ-NAPOLEÔNICO: a decisão só pode ser obtida pela operação de caráter cirúrgico da vitória militar, se as possibilidades militares do momento permitem sua obtenção completa em curto prazo. Ora, essa condição — e nós veremos mais adiante quando tratarmos da estratégia operacional — só existe em certos momentos da evolução tática e das operações. Fora desses períodos favoráveis, a estratégia clausewitzeana desemboca em gigantescos conflitos militares, de adversários que se equilibram (estabilização em 1914; vitória alemã continental de 1940, que não pôde franquear o Canal da Mancha e se engajou na impossível campanha da Rússia). A decisão chegará apenas após uma fase de usura recíproca, prolongada e desproporcional aos riscos, em seguida à qual vencedores e vencidos findam o conflito completamente esgotados. É interessante notar, de outro lado, que o esquema já foi aplicado a Napoleão, devido à sua impotência em resolver os problemas inglês e russo. Clausewitz e seus discípulos foram cegados pelas vitórias do Imperador, a ponto de ignorar os seus limites. Tal êrro intelectual talvez haja custado à Europa a perda de sua hegemonia no mundo.

CONCLUSÕES

Os cinco exemplos que acabamos de mencionar constituem mais exemplos do que, mesmo, uma exaustiva classificação dos diversos tipos de estratégia. Eles servem sobretudo ao interesse de bem mostrar a diversidade das soluções entre as quais a estratégia deve saber escolher, e permitir uma melhor compreensão do caráter e da originalidade do pensamento estratégico. Enquanto os raciocínios tático e logístico repousam quase exclusivamente sobre um método que visa à aplicação racional dos meios militares, para atingir um determinado fim; enquanto o pensamento político — pode ser admitido — deve apreciar o que a opinião pública deseja, dando preponderância à psicologia e à intuição; o pensamento estratégico deve combinar os dados psicológicos e os materiais, num abstrato e racional trabalho do espírito. Esse trabalho exige grande capacidade de análise e síntese; análise, para reunir os elementos necessários ao diagnóstico; síntese, como elemento indispensável para selecionar o diagnóstico, que em essência é uma opção. Os exemplos apontados permitem igualmente pôr em evidência o êrro cometido por

muitos estrategistas que preconizam apenas um tipo de estratégia. Com efeito, cada modelo representa uma teoria particular, apresentada por seu autor ou protagonista como a única, ou como a melhor solução; na realidade, cada um deles é melhor apenas num quadro de condições bem definidas. Por falta de cuidadosa análise dos fatores da estratégia, as escolhas foram muitas vezes orientadas pelo hábito ou por idéias em grande voga. Os conflitos escaparam do domínio dos governantes e produziram catástrofes internacionais. Hoje, quando o mundo atravessa uma crise de adaptação sem precedentes, enquanto forças científicas industriais e psicológicas fazem irrupção na arte militar, tornou-se mais vital que nunca dispor-se de um método de raciocínio que nos permita conduzir os acontecimentos, ao invés de sermos por eles conduzidos. Daí a importância e a atualidade da estratégia.

III — AS SUBDIVISÕES DA ESTRATÉGIA

Se a estratégia é uma, por seus objetivos e métodos, na sua aplicação ela se subdivide, necessariamente, em estratégias especializadas, válidas apenas para um domínio particular do conflito. Com efeito, a estratégia deve levar em conta dados materiais cujas características, próprias a cada domínio do conflito, conduzem a um conjunto de consequências diferentes, tal seja esse domínio. A estratégia naval — por exemplo — sempre foi diferente da estratégia terrestre.

Encontramo-nos, assim, em presença duma verdadeira pirâmide de estratégias distintas e interdependentes, necessitando de definições precisas para poder-se combiná-las do melhor modo, num feixe de ações visando a um mesmo objetivo de conjunto.

No vértice das estratégias particulares, imediatamente subordinada ao governo e, portanto, à política, reina a ESTRATÉGIA TOTAL, encarregada de conceber a conduta da guerra total. (A expressão "estratégia total" é mais explícita junto à da guerra total, que "grande estratégia", termo algumas vezes empregado pelos ingleses — Liddell Hart, particularmente — ou que "estratégia nacional", empregado pelos norte-americanos). Seu papel é definir a missão específica de cada estratégia particular e a combinação delas: estratégia geral política, econômica, diplomática e militar.

A estratégia total, em essência, é a estratégia do Chefe de Estado, assistido por seu chefe de estado-maior da defesa nacional, por seus conselhos ou comitês superiores de defesa. Como vimos nos modelos precedentes, todos situados no nível da estratégia total, a importância relativa dos diversos domínios — político, econômico, diplomático ou militar — varia bastante, de acordo com cada solução. O domínio militar só é preponderante no quinto modelo.

Em cada domínio subordinado, uma estratégia geral — militar, política, econômica ou diplomática — tem por função repartir e combinar

as tarefas das ações conduzidas nos diversos ramos de atividade do domínio considerado. D'gamos de passagem que, se existe efetivamente uma estratégia geral militar, destinada a combinar as ações terrestres, aéreas e navais, não existe noção de estratégia geral adotada no campo político (por exemplo: linha política, ação interna, ação externa, propaganda) ou adaptada ao campo econômico (por exemplo: produção, finanças, comércio exterior) ou ao campo diplomático.

Entretanto, é nesses domínios que a estratégia é diariamente praticada, sem uma consciência nítida dessa prática. Devido à falta de um conhecimento consciente dessa matéria, não se pode, como seria de desejar, tirar todo o partido possível dum ação fundamentada sob concepções mais sistemáticas, resultantes de um método de raciocínio melhor estabelecido.

Todas essas estratégias ditas "gerais" são as que praticam os Ministros de Estado, ou que as deveriam praticar, assistidos por seus chefes de estado-maior ou por seus secretários-gerais.

Em cada um dos ramos das atividades subordinadas ainda há lugar para uma categoria distinta de estratégia. É nesse nível que se situa a linha de transferência da concepção para a execução, entre o que se quer fazer e o que se deve fazer e o que permitem as condições técnicas

Essa articulação essencial recebeu dos alemães, no campo militar terrestre, a designação de ESTRATÉGIA OPERACIONAL. Aqui, ainda, consciente ou inconscientemente, existe uma estratégia operacional em cada ramo, cujo escopo é não sómente conciliar os objetivos escolhidos pela estratégia geral com as possibilidades determinadas pelas táticas ou técnicas do campo considerado, mas sobretudo orientar a evolução das táticas e técnicas para adaptá-las às necessidades da estratégia. Daí concluir-se que a estratégia operacional desempenha papel de capital importância, muitas vezes ignorado. Assim por exemplo, na estratégia clássica terrestre, é no nível da estratégia operacional que intervêm os fatores logísticos e táticos (volume das forças em relação ao espaço; mobilidade tática e estratégica; capacidade ofensiva e defensiva, etc.) e cujo valor relativo determina a forma das operações (guerras de movimento ou estabilização; decisão militar rápida ou usura, etc.), condicionando assim as possibilidades militares da estratégia.

Do mesmo modo, é no nível operacional que se situa a estratégia do tempo de paz, a qual consiste em obter novos armamentos, de melhores características que as do adversário eventual. Esta estratégia que, com a arma atómica, adquire uma importância talvez decisiva, recebeu o nome de ESTRATÉGIA LOGÍSTICA ou ESTRATÉGIA GENÉTICA. Concebendo-a como uma verdadeira estratégia, e não como um conjunto de programas orçamentários e financeiros, e situando-a em lugar adequado na pirâmide estratégica, é que poderemos conduzi-la com eficácia e através dela manter a dissuasão pelo menor preço.

A análise das diversas estratégias certamente não simplifica o problema; ao contrário, deixa à vista toda a complexidade existente no assunto. Em contra-partida, poderemos reconhecer que a abstração necessária da estratégia conduz a conclusões práticas e que essas conclusões, à medida em que são descobertas, tornam mais compreensíveis as relações existentes entre os diversos fatores concorrentes e cujo domínio é absolutamente indispensável à conduta da guerra, como à conservação da paz.

IV — PRINCÍPIOS DA ESTRATÉGIA

Comportará a estratégia regras capazes de orientar o raciocínio na escolha das soluções?

A estratégia militar clássica desenvolveu-se baseada em tais regras e pretendia, mesmo, nelas ver leis de valor permanente e geral, que lhe dariam uma estabilidade contrastante com a variação periódica dos processos táticos, por sua vez, função da evolução dos materiais.

Hoje, temos boas razões para duvidar da estabilidade da estratégia. Entretanto, se existem regras, elas constituiriam o elemento fixo do pensamento estratégico, enquanto variariam apenas as suas aplicações. É muito difícil tratar dessa importante questão em poucas páginas. Podemos, contudo, tentar rápido exame das idéias correntes sobre o assunto. Veremos quão limitadas são as consequências possíveis de apurar.

AS TEORIAS

As regras formuladas pelos principais autores se caracterizam pela extrema diversidade. Os resumos que se seguem são evidentemente sumárias caricaturas que permitem, entretanto, situar os tipos de leis propostas.

Para Clausewitz existem três regras principais: a concentração de esforços, a ação do forte contra o forte e a decisão pela batalha no teatro principal, tanto quanto possível sob a forma ofensiva-defensiva. Essas regras são do domínio da estratégia geral e da estratégia operacional militar, correspondendo ao modelo n. 5 descrito antes.

Liddell Hart, ao contrário, propõe seis regras positivas e duas negativas e cuja parte essencial se resume em quatro afirmações: dispersão do adversário pela aproximação indireta; surpresa, pela escolha de ações imprevistas; ação do forte contra o fraco; decisão nos teatros secundários. Elas se relacionam com os mesmos escalões estratégicos mencionados para as de Clausewitz, mas correspondem, de modo sumário, ao modelo n. 3.

Mao Tse Tung fixa seis regras: recuo em face do avanço inimigo, por retiradas centrípetas; avanço em face da retirada inimiga; estratégia de um contra cinco; tática de cinco contra um; reaprovisionamento às

custas do adversário; coesão íntima entre os exércitos e as populações. Trata-se ainda de estratégia geral e operacional, ambas militares, desta vez, com vistas ao modelo n. 4.

Lenine e Stálin formulam três regras principais: coesão moral do país e do exército na guerra total; importância decisiva das retaguardas; necessidade de preparação psicológica da ação de força. Aqui temos presente a estratégia total, num nível que se pode aplicar a vários modelos de estratégia.

A escola estratégica contemporânea dos Estados Unidos, conclui por duas regras: dissuasão gradativa e resposta flexível. E ainda estratégia total, correspondendo desta vez, com o cuidado de dissuasão e de limitação dos conflitos, à estratégia do modelo n. 1.

Mais remotamente, Mahan havia formulado sua famosa regra da importância decisiva do domínio dos espaços marítimos; Mackinder, ao contrário, proclamou a superioridade do espaço continental. De seu lado, nos anos "trinta", Douhet havia profetizado o caráter decisivo da potência aérea.

Enfim, a escola estratégica francesa tradicional, representada por Foch, tinha concentrado a estratégia em duas regras de grande abstração: a economia de fôrças e a liberdade de ação — as quais, por sua própria abstração, podem ser aplicadas a tôdas as estratégias.

CONCEITO CENTRAL

As regras propostas, como se pode ver, constituem antes a idéia geral de algumas soluções particulares, do que mesmo leis gerais, o que explica suas divergências. Apenas as regras estratégicas de Foch constituem por si mesmas leis gerais, mas sua abstração permite que se extraia delas poucas consequências práticas, pelo menos à primeira vista. Veremos, entretanto, que tais regras constituem um bom quadro para analisar os problemas em foco.

Antes, todavia, convém esclarecer as noções por elas representadas. Para fazê-lo, retomemos nossa definição de estratégia: "a arte da dialética das vontades empregando a força para solucionar seu conflito". Esse jogo de vontades produz a oposição de dois jogos simétricos, cada um deles procurando atingir o ponto decisivo do outro, por uma preparação tendendo a apavorar, a paralisar e a surpreender — ações essas, notemos de passagem, com fins de natureza psicológica.

Pode-se portanto discernir, em toda estratégia, dois elementos distintos e essenciais:

1. a escolha do ponto decisivo a atingir, que é função das vulnerabilidades do adversário;
2. a escolha da manobra preparatória, que permitirá atingir esse ponto decisivo.

Como ambos os adversários procuram proceder da mesma maneira, a oposição das duas manobras preparatórias dará o sucesso àquele dos contendores que souber impedir a manobra do inimigo e conduzir a sua até o objetivo. É o que Foch denomina, na estratégia clássica, "conservar a liberdade de ação". A luta das vontades se reduz portanto a uma luta pela liberdade de ação.

Se formos bastante mais fortes que o adversário, será fácil conservar nossa liberdade de ação, empregando todo o poder necessário para paralisar a manobra inimiga, conservando ainda os meios adequados para dar-lhe o golpe decisivo. Essa hipótese é extremamente rara. Normalmente, seremos levados a repartir os meios de modo racional entre a proteção contra a manobra preparatória e a execução da ação decisiva. Essa repartição é chamada na estratégia clássica de "economia de fôrças".

Dessa maneira, a análise do esquema da luta em termos abstratos se reduz a "atingir o ponto decisivo graças à liberdade de ação". Chegamos agora ao limiar de um estudo raramente empreendido sob forma sistemática, o que contribuiu, não pouco, para manter uma sorte de esoterismo sobre essas questões. Trata-se da análise das diversas possibilidades oferecidas à decisão estratégica.

ELEMENTOS DA DECISÃO ESTRATÉGICA

Toda solução estratégica está relacionada a "três eixos de coordenação": tempo, lugar e quantidade da fôrças materiais e morais que definem uma situação instantânea; além disso, há o fator complexo que chamaremos "manobra", que determina a sucessão e a inter-relação das situações sucessivas.

a. — O fator MANOBRA que, de certa maneira, domina os outros, é aquêle que resulta da dialética da luta, da esgrima abstrata dos dois contendores. A comparação com a esgrima permite reconhecer imediatamente um certo número de ações e reações:

— *ofensivamente*: "atacar", operação que pode ser precedida ou seguida pelas ações de "ameaçar", "surpreender", "dissimular", "enganar", "fatigar", "forçar" e "atormentar"; ao todo oito tipos;

— *defensivamente*: "guardar-se", "aparar", "responder", "livrar-se", "esquivar-se" e "romper"; ao todo seis tipos.

Do mesmo modo, no que concerne às fôrças, podemos conceber cinco tipos de decisão: "concentrar", "dispersar", "economizar", "incrementar" e "reduzir".

Essas dezenove alternativas, combinadas com uma escolha de TEMPO e LUGAR, constituem a chave do jogo estratégico.

O quadro número 1, mostrado a seguir, dá uma definição de caráter geral de cada um desses tipos de ação, indica as condições pressupostas e resume os resultados que podemos esperar. Ver-se-á que todos se relacionam com a LIBERDADE DE AÇÃO, seja para tomá-la ou retomá-la,

seja para dela privar o adversário. Ver-se-á também que o meio de conseguir-se a liberdade de ação depende de saber-se assegurar a INICIATIVA, fator essencial da manobra.

QUADRO 1

AÇÃO	DEFINIÇÃO	CONDIÇÕES PRESSUPOSTAS E OBSERVAÇÕES	CONSEQUÊNCIAS ESPERADAS
Atacar	Procurar atingir uma vulnerabilidade de contrária.	É necessário que a vulnerabilidade seja decisiva, total ou parcialmente, e que os meios sejam suficientes.	Decisão ou tomada de iniciativa (visando a liberdade de ação).
Surpreender	Atacar uma vulnerabilidade desprotegida.	É necessário que esteja realmente desprotegida e seja bastante sensível.	Ruptura das disposições do adversário e de seu moral. Tomada da iniciativa (visando a liberdade de ação).
Dissimular	Ameaçar uma vulnerabilidade escondida, de modo que a parada inimiga descubra a que e queiramos atacar.	É necessário que a vulnerabilidade escolhida esteja mal protegida e que seja suficientemente sensível.	Forçar o adversário a cobrir a vulnerabilidade ameaçada. Tomada da iniciativa (visando a liberdade de ação).
Enganar	Sentido restrito: simular o ataque a uma vulnerabilidade e atacar uma outra.	Como acima, a ameaça visa manter a incerteza e não determinar a parada.	Preparo da tomada da iniciativa (visando a liberdade de ação).
	Sentido geral: apresentar uma atitude diferente da real.	A incerteza pode até contradizer um falso sentimento de segurança.	Visando a liberdade de ação.
Forçar	Atingir uma vulnerabilidade, magro a oposição inimiga.	Os meios devem ser suficientes para ação de força. Explora a iniciativa obtida.	Visa privar o adversário de sua liberdade de ação ou de usá-la (visando nossa liberdade de ação).
Fatigar	Obrigar o adversário a despender sua energia e seus meios para defender suas vulnerabilidades.	Como acima. Todavia o processo de usura é sempre recíproco. É interessante somente quando dispomos de meios superiores ou se a "relação" das usuras recíprocas é positiva.	Visa privar o adversário de suas reservas de energia ou de meios e portanto de suas possibilidades de iniciativa (visando nossa liberdade de ação).

AÇÃO	DEFINIÇÃO	CONDIÇÕES PRESSUPOSTAS E OBSERVAÇÕES	CONSEQUÊNCIAS ESPERADAS
Atormentar	Colocar-se em condições de atingir as vulnerabilidades do adversário.	Baseia-se numa esquiva que visa à retomada da liberdade de ação perdida.	Guardar a iniciativa (visando a liberdade de ação).
Guardar-se	Realizar um dispositivo que permita cobrir em tempo nossas vulnerabilidades.	Reposa num cálculo de forças e de prazos.	Visa a segurança contra uma retomada da iniciativa (tendo em vista a liberdade de ação).
Livrarse	Mudar o dispositivo, para conduzir o ataque adversário sobre vulnerabilidades protegidas.	Possuir os meios necessários. Ao "livrarse", muda-se o sentido da luta.	Visa o restabelecimento da segurança (tendo em vista a liberdade de ação).
Aparar	Proteger uma vulnerabilidade atacada.	A proteção deve ser eficaz e não exigir a desproteção de outras vulnerabilidades.	Visa o restabelecimento da segurança (como acima).
Responder	Atingir uma vulnerabilidade contrária, tal que obrigue o inimigo a abandonar seu ataque.	é necessário que a vulnerabilidade seja decisiva ou ao menos muito sensível ao adversário.	Visa a retomada da iniciativa (tendo em vista a liberdade de ação).
Equivar-se	Colocar a vulnerabilidade atacada fora do alcance do adversário.	Deve obrigar o adversário a um novo dispositivo. Não deve desrometer outra vulnerabilidade.	Restabelecimento da segurança (visando a liberdade de ação).
Romper	Esguiva geral abandonando um objetivo limitado.	O objetivo abandonado não deve ser decisivo.	Restabelecimento da segurança (como acima).
Ameaçar	Tomar dispositivo que permita atacar vulnerabilidade do adversário.	Possuir os meios. Ameaçar uma vulnerabilidade realmente sensível.	Com fins de limitar a liberdade de ação do inimigo (visa a liberdade de ação).

As considerações partindo da esgrima podem parecer, à primeira vista, ter apenas relação longíngua com a estratégia moderna. Mas não é assim. O quadro número 2, a seguir, a título de exemplo, mostra as formas de ação correspondente a cada uma das soluções, inicialmente na estratégia militar da guerra 1939—1945 e após, na atual estratégia de dissuasão.

QUADRO 2

AÇÃO	EQUIVALÊNCIA NA ESTRATÉGIA MILITAR DA H G M	EQUIVALÊNCIAS NA ESTRATÉGIA DE DISSUASÃO	
		DEFINIÇÃO	EXEMPLOS
Atacar	Operações Overlord, 1944 e Ardenas, 1940.	Realizar um progresso técnico em que o sistema de segurança adversário seja surpreendido em falta.	Armas termonucleares dos E.U.A. e posteriormente soviéticas. Programa de foguetes soviéticos em Cuba, 1962.
Surpreender	Ofensiva alemã das Ardenas em 1944. Desembarque aliado na África do Norte.	Realizar progressos com grande antecipação sobre as previsões.	Foguetes soviéticos; bombas atômicas e termonucleares da URSS.
Dissimular	Ofensiva alemã na Holanda em 1940.	Induzir o adversário por progressos em linha tecnológica, sobre uma direção diferente daquela que realmente se vai tomar.	Bombardeios soviéticos de 1955 (?)
Enganar	Ameaça aliada de 1940 sobre Bolonha antes do desembarque.	Fazer crer que se vão realizar certos progressos ou ocultar progressos que realizamos.	Espaço (?)
Forçar	Batalha da Normandia, Saint-Lô e El Alamein.	Ultrapassar o adversário em performances no domínio onde ele faz esforço.	Aumento da velocidade e teto dos aviões, E.U.A. em 1955.
Fatigar	Verdun — 1916; Stalingrado e campanha da Rússia; bombardeios aéreos na Alemanha.	Obrigar o adversário a desgasates importantes e maiores que os nossos, em um domínio onde esteja engajada a competição.	O conjunto da competição tecnológica.
Perseguir	Campanha de 1940 na França, por parte dos alemães.	Explorar a superioridade para obter uma vantagem política parcial.	Cobertura soviética ao Egito e a Cuba. Operação do Líbano.
Aparar	A batalha da Normandia, de parte dos alemães.	Restabelecer o sistema de segurança por intervenções ou realizações diversas.	Linha DEW. Submarinos atômicos e Polaris. Reforço do cinturão de defesa.

AÇÃO	EQUIVALÊNCIA NA ESTRATÉGIA MILITAR DA II GM	EQUIVALÊNCIA NA ESTRATÉGIA DE DISSUASÃO	
		DEFINIÇÃO	EXEMPLOS
Responder	Do lado alemão, batalha das Ardenas em 1944.	Responder a um progresso técnico por um outro em que o sistema de segurança do adversário seja surpreendido em falta.	Programa de foguetes soviéticos. Cuba, 1962, de parte dos E. U. A.
Esquivar	Recuo alemão sobre a Lorena, após a batalha da Normandia.	?	?
Romper	Armistício francês de 1940.	Acordo de desarmamento ou retirada política para evitar o "show-down".	Cuba, 1962, do lado soviético.
Guardar-se	Defesa da Grã-Bretanha, em 1940.	Estar à frente do progresso técnico do adversário.	Corrida tecnológica e Informação.
Livrarse	Guerra naval no Mediterrâneo para isolar Rommel na Líbia.	Obter vantagens que obriguem o adversário a modificar suas disposições ofensivas.	Arma atômica tática.
Ameaçar	Ameaça de desembarque na França, até 1944.	Tomada de disposições que conduzam ao desencadeamento de ações que levem ao extremo esforço.	"Force de frappe -- (S.A.C.L.)" Armas atômicas táticas. Tática de sobrevivência.

Um quadro análogo poderia ser feito para a estratégia total, estratégia "indireta" e até para as estratégias financeira, diplomática e política. Vê-se, por exemplo, que o equivalente estratégico da Batalha das Ardenas, em 1944, em estratégia de dissuasão, é o programa soviético de foguetes balísticos intercontinentais e o que corresponde à campanha naval aliada de 1943-44, no Mediterrâneo, é o desenvolvimento da arma atômica tática. A clássica noção de segurança, obtida na base de forças convenientemente distribuídas, em dissuasão corresponde estar à frente dos progressos do adversário; a liberdade de ação, que resultava da iniciativa, transformou-se, na dissuasão, em incremento do potencial (segurança), como na capacidade de sobrevivência e na dúvida sobre a possibilidade de chegar ao extremo esforço (ameaça).

O reconhecimento dessas equivalências é extremamente importante, por introduzir na conduta da estratégia uma noção "consciente" da ma-

nobra que se desenrola e das possibilidades de reação que devem ser encaradas.

b — As doutrinas de manobra

Para a escolha dessas reações, encontramo-nos em presença de diversas doutrinas opostas.

A primeira, que designo como a doutrina da "dinâmica racional", leva em conta o poder das fôrças em presença e recomenda a solução mais consentânea com o melhor rendimento dessas fôrças; procurar-se-á a concentração de esforços a fim de desbaratar a massa principal inimiga, o que ocasionará a derrota do restante. Será a luta do forte contra o forte e a decisão deverá ser obtida no teatro principal. Essa foi a estratégia deduzida das teorias de Clausewitz, no fim do Século XIX, e que inspirou na França o famoso plano "17" de 1914.

A segunda, que designo como "doutrina das combinações", considera o valor psicológico da ação que vai ser empreendida e recomenda escolher a solução cujo efeito seja derrotar, desorientar, "iludir" as previsões do adversário; isso conduzirá, na maioria das vezes, a dispersar suas próprias fôrças (ou esforços) para levar o adversário a fazê-lo também, e a procurar a vitória por ações do forte contra o fraco, à medida das necessidades, sobre teatros secundários ou mesmo excêntricos. Essa estratégia tem sido brilhantemente apresentada por Liddell Hart em nossos dias, a título de antídoto da estratégia clausewitzeana, como tradição essencialmente britânica.

Outras doutrinas existem, hoje ultrapassadas: a doutrina geométrica, deduzida pelos prussianos da ordem oblíqua de Frederico II, e a doutrina geográfica de Jomini, correspondente a uma interpretação das vitórias de Bonaparte.

Na realidade, nenhuma dessas doutrinas apresenta valor absoluto. Se exceptuarmos a doutrina geométrica, em verdade já morta (a doutrina francesa de 1930 não será uma retomada da doutrina geométrica sob outras formas?), cada uma dessas doutrinas corresponde a um jôgo que pode ser o melhor em dadas circunstâncias e o pior em outras: a "dinâmica racional" corresponde ao caso, seja quando se é o mais forte (por que então fazer tanta cerimônia?), seja quando um adversário superior em fôrças se dispersou perigosamente; as "combinações" se impõem se formos o mais fraco e serão sempre úteis para assegurar a superioridade, naturalmente sob a condição de que se saiba evitar dispersão maior que a do inimigo; a "geografia" desempenha um papel muito importante em estratégia militar quando o teatro de operações é pobre em comunicações (como o caso da Europa ao tempo de Napoleão) e forma um "tabuleiro de xadrez" bem definido. (Em nossos dias o tabuleiro é constituído pelos mares e continentes).

A escolha das reações deve ser portanto orientada únicamente pelo estudo da situação particular em causa e, muitas vezes, deveremos fazer uso sucessivo de várias doutrinas.

c — Os “modos” de estratégia

No estudo de um plano de operações, geralmente seremos conduzidos a definir uma atitude de conjunto, de acordo com a doutrina que melhor corresponda à situação dos dois partidos em luta. Voltamos assim ao problema da seleção de um dos “modelos” que examinamos antes. No planos das idéias, êsses diversos modelos se ordenam segundo dois “modos” principais: a estratégia direta e a estratégia indireta.

A estratégia direta, que corresponde aos modelos “1”, “3” e “5”, nada mais é que a concepção fundada sobre a busca da decisão ou dissuasão, pelo emprêgo ou existência de forças militares consideradas como o meio principal. É, portanto, a estratégia de Clausewitz, generalização do modo de conceber baseado na dinâmica racional. Foi ela que inspirou os chefes no conflito de 1914 e os chefes alemães e americanos da guerra 1939-1945. É ainda ela que reina sobre a oposição potencial das forças nucleares. A estratégia direta pode igualmente empregar o conceito de “combinações”, notadamente no que se relaciona com a aproximação indireta.

A estratégia indireta corresponde aos modelos “2”, “3” e “4”. Ela inspira todas as formas de conflito que não buscam a decisão diretamente, pelo “confronto” das forças militares, senão por procedimentos os menos diretos, sejam de ordem política ou econômica (guerra revolucionária), sejam mesmo de ordem militar, atuando por ações sucessivas, interrompidas por negociações (estratégia hitleriana de 1936 a 1939). Esta estratégia adquire uma voga cada vez maior, após a crença de que a ameaça de guerra integral, sob o modo direto, parece conduzir à destruição recíproca, inaceitável. Sua teoria, complexa e útil, é ainda mal conhecida. Na guerra fria seu papel é permanente e talvez seja agora a única estratégia utilizável, após a paralisação da estratégia direta, com o advento das armas atômicas.

Na realidade, êsses dois “modos” coexistem e se completam: a dialética do mundo atual comporta simultaneamente uma dialética nuclear, sob a forma da estratégia direta, que tende a neutralizar reciprocamente as grandes potências industriais, enquanto que pelas malhas do sistema de dissuasão assim criado, se insinuam as ações multiformes da dialética política, sob a forma de estratégia indireta. Como a música, a estratégia dispõe de um tom maior e um tom menor.

d — O fator variabilidade

E isso não é tudo. Na elaboração do conceito estratégico deve ser ressaltado um outro fator importante, o da variabilidade dos meios e dos ambientes. Em nossa época o mundo evolui velozmente, tudo permanecendo em perpétua transformação. A Alemanha de 1963 não tem as mesmas possibilidades, por exemplo, das disponíveis em 1938. A opinião mundial não está mais animada das mesmas crenças e não

reage mais do mesmo modo. Os instrumentos da estratégia variam também com velocidade assustadora: o avião de 1945 estava ultrapassado em 1950; o de 1950 está fora de cogitações em 1960, e assim por diante.

Disso resulta que a estratégia não se pode apoiar em qualquer precedente e que não se dispõe de nenhuma unidade de medida estável. Os cálculos devem apreciar, constantemente, o valor de uma realidade cambiante, não só no presente como no futuro, e muitos anos para a frente, o que cria uma dificuldade suplementar considerável. Em lugar de deduções firmes e objetivas, a estratégia deve proceder sob hipóteses e criar suas soluções por meio de legítimos inventos.

Esse aspecto da estratégia é um daqueles que têm sido pouco compreendidos, até os últimos anos. Desde muito tempo atrás, a evolução tinha sido demasiado lenta para levar-nos a acreditar na possibilidade de fundar-se sobre a experiência. Se o método histórico conserva hoje algumas possibilidades, está longe de bastar inteiramente e há muito tempo que o espírito clarividente de Valery tinha reconhecido o perigo. Limitadas as hipóteses, a estratégia deve manobrar no tempo como havia aprendido a manobrar no espaço; longe de proceder por hipóteses rígidas e arriscadas, como o desejaram certas teorias recentes, geralmente de origem americana, fundadas sobre a análise matemática das probabilidades — ela pode basear-se num feixe de possibilidades e organizar-se de tal sorte que essas possibilidades sejam vigiadas para determinar a tempo aquelas que se verificam e desenvolvem e as que desaparecem de cena. Ainda aí se introduzirá um fator de manobra, isto é, previsões contra-aleatórias, que permitirão colar-se o mais cerrado possível à evolução.

Quanto à invenção, indispensável para achar, com instrumentos novos ou renovados, a solução futura correspondente a uma dada situação, ela escapa a qualquer regra. Digamos sómente que ela deve excluir a rotina — tão fortemente ancorada nas tradições militares através do “regulamento” — e dar caminho livre à imaginação e à meditação.

Essas realidades incontestáveis da estratégia moderna, arrastadas como nossa civilização pelo progresso exponencial da Ciência, deverão provocar profunda reforma em nossos hábitos. O importante não é o presente e sim o futuro. Os prazos de realização de não importa qual seja a manobra (criação de novas armas, mudança de atmosfera psicológica, modificação de equilíbrios internacionais) exigem muitos anos e comandam o futuro. “A preparação prepondera sobre a execução”, o que significa que não adianta gastar milhões para uma defesa nacional cujo valor futuro é incerto, e que é essencial, então, estar informado e saber prever.

Essas duas necessidades chegam hoje a dar ênfase e atribuir despesas a poderosos órgãos de informação e de estudos, capazes de acompanhar a conjuntura e conduzir a manobra da evolução do poder, por decisões calculadas, tomadas a tempo. Talvez se encontre nisso

a reforma mais urgente e importante, se quisermos permanecer à altura do nosso tempo.

Este rápido exame é ultimado com uma comparação que não é mais que uma caricatura: o estrategista é como o cirurgião que deve operar um doente em estado de crescimento continuado e extremamente rápido, sem estar seguro sobre sua "topografia" anatômica, em uma mesa de operações em movimento perpétuo, com instrumentos cirúrgicos que devem ser entrevistados por antecipação ao menos cinco anos antes...

CONCLUSÕES

Vê-se quanto a parte de xadrez da estratégia pode ser complexa; ela se desenrola ao mesmo tempo, com o mesmo número de alternativas, ao nível de cada uma das estratégias que devem ser combinadas para uma mesma decisão. Um cérebro eletrônico poderá fornecer ajuda, mas não poderá prever tódas as possibilidades de ação e reação, além de alguns lances! É o que explica que quase nunca foi tentada a conduta científica da estratégia e quando o foi — notadamente no período napoleônico — as condições particulares da época permitiram reduzir consideravelmente o número de fatores em jôgo.

No caso geral, o estrategista deve levantar estimativas de fatores muito numerosos, que serão essenciais, e limitar seu raciocínio a êsses fatores. É o que faz que seja a estratégia uma arte e não uma ciência. Nenhum artista jamais pinta um quadro partindo de uma relação completa de regras teóricas. Apenas em algumas vezes ele se refere a certas regras para verificar se sua obra mantém sua lógica interna. O mesmo ocorre com a estratégia, o que explica havermos cometido tantos erros.

V — A APLICAÇÃO DA ESTRATÉGIA

Referindo-se às regras de bom senso da estratégia, disse Napoleão que era "uma arte simples mas tóda de execução". Ressalta assim a importância da aplicação. É evidente que se fazem necessárias muita resolução, uma cabeça fria para que as decisões sejam calculadas e uma vontade bravia para manter o esforço na direção do fim visado. Qualidades raramente reunidas num mesmo ser, donde se depreende ter sido pequeno o número de verdadeiros homens de guerra, que devem ser, ao mesmo tempo, pensadores e homens de ação.

No plano das idéias, contudo, a execução levanta um problema capital e cuja incompreensão conduziu a numerosas derrotas, entre as quais a da França em 1940. Refiro-me às relações entre a estratégia e as táticas. Do mesmo modo que a estratégia é o meio de aplicação da política violenta, as táticas constituem os meios de aplicação da estratégia. Corresponde a dizer que as táticas devem ser subordinadas à estratégia, e não vice-versa.

Ora, numerosos autores, citando apenas os contemporâneos, como Fuller, Rougeron e Toynbee, por exemplo, explicam tôda a evolução da estratégia pela evolução das técnicas: a falange, a legião, "le cata-phracte", o alabardeiro turcomano, a pólvora, o fuzil de tiro rápido, a metralhadora, a ferrovia, o carro de combate e a motorização, o avião, a arma atômica, etc., que têm marcado as grandes mudanças; logo, todo o esforço deve ser realizado sobre invenções de técnicas novas e a adequação de táticas apropriadas. A estratégia que deverá manejá-las deve-lhes ser subordinada.

Trata-se de um contra-senso extremamente grave e tanto mais perigoso porque contém grande parte de verdade, mas apenas parte dela.

É verdade que o adiantamento técnico constitui fator essencial de poder. Todos compreendemos que não é possível deter um carro com fuzis, abater um avião com flechas, ou que a superioridade adquirida pelos Romanos com o armamento e tática de suas legiões, permitiram-lhes conquistar a maior parte do mundo antigo. É evidente que o avanço técnico e tático confere considerável vantagem àquele que dêes se beneficie e isso porque esse adiantamento fornece meios suplementares ou mais eficazes à estratégia.

Entretanto, tal adiantamento pode revelar-se inútil, se empregado em proveito de uma estratégia inadequada. Esse é o ponto essencial que convém ter sempre presente em nosso espírito. Lembremo-nos de nossa experiência recente na Algéria: permitiram-nos nosso moderno armamento e equipamento obter a decisão? Realmente não há tática ótima por si mesma, mas tôda tática vale em face da tática do adversário. Podemos constatar, por exemplo, que o avião e o carro de combate foram suplantados pela guerrilha e que a arma atômica não permitiu aos Estados Unidos obter na Coréia mais que um armistício de compromisso. Isso significa que há qualquer coisa que deve dominar a tática: a escolha das táticas. Se escolhermos combater os carros com uma infantaria a pé, como em 1940, estaremos irremediavelmente batidos; do mesmo modo, se decidirmos reduzir a guerrilha por meio da tática de fortins, como chegou a fazer Tchang-Kai-Check.

Ora, a escolha das táticas é estratégia. Será a estratégia que decidirá a forma do conflito: ofensivo ou defensivo; insidioso ou violento; direto, ou progressivo e indireto; se buscaremos a luta no domínio político ou no domínio militar; se empregaremos ou não a arma atômica, etc. Teria sido insensato para os argelinos procurar o sucesso, por uma prova de força no domínio financeiro ou industrial, ou por uma batalha de modelo 1940 ou 1945. Ao contrário, é perfeitamente lógico que elas tenham optado por uma tática de guerrilhas, visando à decisão através da lassitude francesa e apoiando-se sobre a conjuntura internacional. Isto é estratégia e ela é que deve dirigir.

De outro lado, deve a estratégia não só escolher as táticas mas também orientar a evolução das táticas, a fim de que estas últimas possam desempenhar seu papel, tendo em vista a decisão. Foi assim, por exemplo, que a tática ofensiva de 1918, muito lenta para realizar a penetração, representou uma "tática possível" mas que não correspondia às necessidades da decisão; a "tática necessária", do ponto de vista da estratégia operacional, reclamava uma velocidade de progressão maior que aquela disponível pelos alemães em 1940, com suas divisões blindadas. Aceitando uma tática que não se superponha à "tática necessária", nós nos condenamos a uma estratégia militar estéril. O papel da estratégia, portanto, é fixar, às técnicas e às táticas, os objetivos para os quais elas devem tender em seus inventos e suas pesquisas.

Então, e sómente então, a evolução será conduzida nas direções compensadoras, porque visarão ao objetivo da luta: a decisão.

VI — CONCLUSÃO

Na peça Siegfried, de Giraudoux, vemos aparecer, de tempos em tempos, generais alemães à procura de uma forma geral de guerra. Como uma espécie de pedra filosofal, que permitisse resolver todos os problemas! Essa imagem é uma caricatura da estratégia, como a alquimia é uma caricatura da química. A guerra é um fenômeno social muito complexo para deixar-se dominar, não importa por que fórmula simples, que não seja uma evidência. Entretanto a ciência moderna concluiu por realizar as transmutações procuradas pelos alquimistas, ainda que por vias diferentes. A mesma ciência moderna, que explica hoje a sociologia, deve procurar os meios de conduzir os destinos da humanidade, até agora abandonados a empirismos sumários.

Nessa pesquisa, a estratégia deve constituir uma das disciplinas mais importantes, porque ela é o meio de ação da política internacional e não é impossível que seus processos sejam aplicáveis à política sem adjetivos, ou mesmo em todos os domínios onde se enfrentam duas vontades contraditórias.

Será pelo conhecimento dos métodos e processos da estratégia e pelo seu emprégo consciente que as lutas inevitáveis poderão ser conduzidas com o descarte dos erros que causaram o desmoronamento da Europa. Pode-se mesmo esperar que, graças a esse domínio, poder-se-ão evitar numerosos conflitos e — por que não? — que o conhecimento da arte de lutar conduzirá à elaboração de uma verdadeira "arte de paz", fundada não mais sobre tendências morais, mas sobre realidades eficazes, como a atual estratégia de dissuasão.

A estratégia, contudo, não é mais que um meio. A definição dos fins que deve procurar atingir é do domínio da política e depende essencialmente da filosofia que queremos ver predominar. O destino do homem é função da filosofia que ele mesmo escolher e da estratégia pela qual ele procurará fazê-la prevalecer.

NOTA — (Colaboração do Ten-Cel Cav Sady Boano Mussoi, oficial de Estado-Maior e diplomado pela ESG — Paris).

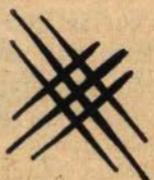
O General Beaufre, quando na ativa, exerceu várias das mais destacadas funções militares, dentre as quais ressaltamos:

- Chefe de Operações do I Ex Francês, na II GM;
- Subchefe do Estado-Maior das Fôrças Terrestres da Europa Ocidental;
- Adjunto do Comandante-em-Chefe francês (Gen de Lattre de Tassigny), na guerra da Indochina;
- Chefe do Grupo Interaliado de Estudos Táticos;
- Comandante de Zona Operacional, na Argélia;
- Comandante do C Ex Francês, na expedição a Suez;
- Adjunto do Chefe do Estado-Maior do SHAPE;
- Representante da França no Grupo Permanente da OTAN (Washington).

O presente artigo constitui o Cap. I do livro do Gen Beaufre, "INTRODUCTION A LA STRATÉGIE" (ainda inédito no Brasil), que tem prefácio do renomado autor de obras militares — B. H. Liddell Hart.

Afirma o prefaciador que ninguém, na época contemporânea, poderia escrever sobre o assunto com experiência prática mais vasta que a do Gen Beaufre. Considera que o título do livro é exageradamente modesto, pois, "na realidade, é o tratado de estratégia mais completo e mais cuidadosamente formulado, dos que foram publicados nesta geração", e mais, "em muitos aspectos, supera todos os tratados anteriores".

Tecendo uma série de comentários gerais sobre a "Introduction à la Stratégie", conclui Liddell Hart afirmando que a obra representa "notável contribuição ao campo do pensamento sobre os elementos fundamentais da guerra", e prevê que ela se tornará um clássico da estratégia.



FALANDO SÔBRE MOBILIDADE

Cap R/2 (de Inf)

JAYME DA FRANÇA DORIA

"Diria que o ritmo acelerado da tecnologia militar, que resultou em poder de destruição, pôs em relevo a necessidade de maior mobilidade em toda a estrutura do Exército" — Gen (USA) Maxwell D. Taylor.

1. CONCEITUAÇÃO

A partir da II Guerra Mundial e, mais acentuadamente, com o conflito coreano, muito temos lido ou, pelo menos, ouvido falar sobre mobilidade. Praticamente, não há escrito ou conversa sobre operações militares que não traga à baila tal palavra, em torno da qual tantas discussões se têm travado. O que é, porém, mobilidade? Que magia encerra seu significado? Que a faz estar em tanta evidência? Quais são suas implicações e importância na conduta das modernas operações militares? Será ela algo inteiramente novo, que a moderna tecnologia de nosso tempo veio proporcionar? Mobilidade é a qualidade daquilo que é móvel; é a facilidade com que alguma coisa se move. Isto em vernáculo... Em terminologia militar é algo mais, embora muito semelhante. É a capacidade que uma tropa tem de se deslocar de um para outro ponto da sua zona de ação, ou de uma para outra zona, rápida e eficientemente, isto é, sem perda de sua coesão e de seu poder de combate. Em outras palavras mais incisivas, é a capacidade que tem um Chefe de concentrar, no tempo e no espaço, mais meios de combate que o inimigo. E a habilidade de um Exército para cumprir adequadamente sua missão na guerra, depende de seu maior ou menor grau de mobilidade e poder de fogo. A guerra moderna, com os meios de destruição em massa, exigirá o máximo de mobilidade. Mobilidade, para que possamos fixar o inimigo por um determinado espaço de tempo, de modo a torná-lo alvo das nossas armas. Mobilidade, para que possamos obter o máximo de resultado no emprêgo dos nossos engenhos de destruição em massa (atómicos), penetrando velozmente, bem a fundo, nas áreas adversárias.

A Mobilidade, hoje em tanta evidência, não é, todavia, uma novidade. É tão velha como a própria guerra, embora sua importância atual tenha crescido e continue a crescer, à medida que se desenvolvem os

meios de destruição em massa, exigindo de um lado condições para uma rápida reunião de meios para atacar, e de outro, impondo uma capacidade muito maior de dispersão organizada para fugir aos efeitos de um impacto do inimigo. Em resumo, se dispusermos de meios para reunir e atacar, como para dispersar e sobreviver, então teremos a **mobilidade**. A história da guerra oferece exemplos numerosos de Chefes que desde os mais longínquos anos se esforçaram para ser mais rápidos que o inimigo, reconhecendo, consciente ou inconscientemente, o valor da **mobilidade** e procurando explorá-la. A inclusão do cavalo como elemento de guerra entre os povos da Antiguidade, pode ter sido, a princípio, um simples meio de melhor locomoção ou um elemento de choque. Em última análise, resultou em **mobilidade**. Também os carros dos Hititas, 1.600 anos AC, deram àquele povo não só um meio de choque, mas também a **mobilidade** para perseguir profundamente seus adversários derrotados. Que, senão, a mobilidade sábiente explorada, permitiu ao genial CAXIAS a ousada manobra de Piquiciri, cruzando o rio Paraguai duas vezes e, transpondo o Chaco, cair célebre sobre a retaguarda do inimigo, invertendo, assim, a frente da luta? E ROMMEL, inigualável, lançando-se sobre as posições inglesas de El Alamein, na fase áurea de sua investida pelo deserto e em ousada manobra, lançando a massa disponível sobre as retaguardas do adversário através do flanco direito, que ele tinha desguarnecido? Que outro fator, além da **mobilidade**, permitiu a arrancada fulminante do 19º CEx, rompendo das margens do Reno a 9 de maio de 1940 e já a 12 ultrapassando Sedan? Porventura não foi um alto poder de **mobilidade** que permitiu a arrancada do famoso III Ex do Gen Patton? As conquistas da moderna tecnologia deram à **mobilidade** mais realidade, tornaram-na mais fácil, reduziram a um mínimo possível o binômio espaço-tempo, ao mesmo tempo que incentivaram o conceito de "necessidade de maior **mobilidade**", como fórmula mais adequada à aplicação da potência combativa, num momento dado e no ponto onde se espera obter a decisão.

A **mobilidade** de nossos dias, face aos meios mecânicos que a tornam possível, impôs uma reformulação dos campos de batalha, embora mantendo intocáveis os princípios da guerra. Seja ela terrestre ou aérea, especialmente esta, deu à batalha, quando combinado com as operações terrestres convencionais, novas dimensões, eliminando ou contornando a influência negativa dos diversos fatores que tradicionalmente afetam o combate, sejam elas o tempo, os espaços ou os obstáculos geográficos. Aqui aventa-se como o melhor exemplo a guerra que ora se trava no Vietnã. É que os veículos, tanto aéreos quanto terrestres, permitindo o deslocamento rápido de qualquer poder combativo, veio, inclusive, complementar o aumento da maneabilidade, exigido pelo aumento da potência de fogo, sobretudo das armas nucleares. Conquanto seja absolutamente certo que a **mobilidade** terrestre exerce uma influência decisiva no final do combate (exploração do êxito), não podemos negar que a **mobilidade** aérea, por motivos óbvios, se coloca em plano de maior relevo, já que permite ao Chefe empregar agressivamente suas tropas

aerotransportadas, quer isoladamente, quer em conjunto com os elementos terrestres. E o envolvimento vertical sómente é possível porque as fôrças, face aos meios de mobilidade de que dispõem, podem realizar movimentos estratégicos pelo ar que terminam, invariavelmente, ou num assalto através do lançamento do ar (pára-quedistas), ou no transporte de unidades até um ponto de onde se lançam ao ataque para a conquista de grandes objetivos.

É a mobilidade responsável pelas grandes vantagens conferidas às unidades convencionais, como responsável ela é pelos inúmeros e retumbantes sucessos obtidos por outras inteiramente móveis. ROMMEL, na sua arrancada através da França durante a invasão dêste país e, mais tarde, Patton, varando irreverentemente a Alemanha, são os mais notáveis exemplos do quanto pode a mobilidade terrestre, sábientemente explorada. Não será sómente a ação mortífera dos engenhos nucleares, mas também das armas convencionais, cujo poder aumenta dia a dia, que porão em destaque na guerra futura a mobilidade. É que, lado a lado com a dispersão que se faz exigida, está, também, a necessidade sempre crescente de fogo, ligação e movimento.

"Stonewell" Jackson, em sua brilhante campanha de 1862, legou-nos um exemplo a seguir, com a rapidez da INFANTARIA Confederada. Lee, em várias de suas grandes campanhas, fez da mobilidade a chave de seus êxitos, pela extraordinária capacidade que revelou de reunir, no tempo oportuno, unidades largamente dispersas, empregando-as no momento exato e no ponto desejado. Com Napoleão, vamos encontrar as tropas francesas manobrando rapidamente, porque eram capazes de realizar grandes jornadas de marchas, muito melhor do que qualquer outro exército da época.

A mobilidade, porém, nos termos em que a temos em nossos dias, não é simples, fácil e sem problemas. Dir-se-á uma faca de dois gumes. Seu emprêgo judicioso exige, antes de mais nada, que os Chefes e Estados-Maiores sejam altamente capacitados para conceberem e darem forma a diretrizes rápidas, livres de ordens minuciosas e com processos e métodos que estimulem o espírito de iniciativa dos escalões executantes. Não quer dizer que o conceito "tropas sobre rodas ou lagartas" restrinjam o seu uso. Pelo contrário. A mobilidade deve ser extensiva a todas as tropas, inclusive as de apoio logístico e, mui especialmente, às de Comunicações, pois a rapidez com que o combate será executado e com que as tropas se movimentarão na área de batalha, reduzirá de muito o tempo de que o Comando e seu Estado-Maior disporão para fazer face às evoluções dos acontecimentos. Quanto à logística, a guerra móvel, isto é, a mobilidade, trouxe para ela consideráveis problemas, de uma amplitude quase ilimitada. Lembremo-nos, mais uma vez, de Patton com seu III Exército! A rapidez dos movimentos e a profundidade decorrente deixam uma ameaça constante às instalações logísticas fixas. Não obstante, a mobilidade deve ser uma constante, não só dos Altos Chefes, mas de todos, qualquer que seja o escalão ou nível de comando,

e seu aperfeiçoamento é uma preocupação presente em quantos tenham a missão de dirigir homens na batalha, pois a técnica da mobilidade vem-se modificando com a mesma rapidez com que dos laboratórios e fábricas vão saindo novos equipamentos, exigindo de todos nós uma capacidade criadora que permita ao máximo a utilização de todas as inovações.

Podemos afirmar: a habilidade de um exército para a luta, está em função do maior ou menor grau de mobilidade que apresente seu potencial de combate. Este determinará as linhas de ação que o Chefe escolherá. Da maior ou menor compreensão de seus intrincados problemas, resultará o sucesso ou a falha no cumprimento da missão.

2. FUNDAMENTOS DA MOBILIDADE TERRESTRE

Ao moderno Chefe, não importa o escalão, se exigirão conhecimentos profundos sobre os meios mecânicos de mobilidade terrestre de que poderá dispor em combate, abrangendo as seguintes áreas:

- disposição e quantidade
- capacidade e limitações
- técnica de controle
- exigências da manutenção

que os americanos chamam de "áreas essenciais para o máximo desenvolvimento da mobilidade terrestre" e que não podem ser desconhecidas ou abandonadas, se se quiser produzir um alto grau de mobilidade, em qualquer situação considerada.

a) **Disposição e quantidades** — devemos saber com a maior precisão que veículos estarão disponíveis para o cumprimento da missão recebida; quais são os orgânicos e quais os de apoio; conhecê-los pelo tipo, localização, número, grau de mobilidade de cada um, a fim de que seja planejado adequadamente o seu uso.

b) **Capacidade e limitações** — sómente conhecendo o que cada veículo pode fazer e não pode fazer, podemos tomar uma decisão quanto ao seu emprêgo. Aqui — segundo, ainda, os americanos — o Chefe deverá fazer a pergunta: "O que podem (ou o que não podem) os veículos fazer?" O emprêgo indiscriminado dos veículos, sem observância da sua capacidade e limitações, importa em desprezar, conscientemente, todas as chances de um possível êxito. Os veículos militares de que dispomos em nosso dia são verdadeiros refinamento tecnológicos, eis que resultaram de anos e anos de pesquisas, estudo e longos períodos de experiências em várias guerras e em teatros os mais diversificados, quanto ao terreno e condições climatológicas. São, porém, em última análise, apenas máquinas, e como tais sujeitos à falhas que sómente um judicioso emprêgo poderá evitar ou, pelo menos, minimizar. Como os tipos são os mais variados, é mais do que um dever conhecê-los perfeitamente, se

quisermos ser móveis ao máximo para obter o sucesso. No caso da INFANTARIA, as exigências são ainda maiores, eis que nossa Arma, mercê de sua atuação no campo da luta, tem à sua disposição uma gama muito variada de veículos, inclusive os mecanizados; daí serem exigidos dos servos da "Rainha", mais do que de qualquer outro combatente, conhecimentos detalhados sobre tais meios de mobilidade terrestre, sobretudo quanto ao grau de proteção que oferecem, velocidade, alcance operacional, capacidade de transposição de cursos d'água, e quanto às suas limitações, — volume, peso, ruído, apoio logístico que exigem equipagem e, sobretudo, manutenção, ao que iremos juntar uma cuidadosa seleção e minucioso treinamento dos motoristas, pois os veículos, dissemos, são refinamentos tecnológicos que têm por detrás de si a mais delicada e sensível de todas as máquinas, o HOMEM; o Homem, que no desenrolar do combate é muito mais do que um simples condutor de viatura automóvel. Será de sua acertada maneira de conduzir os veículos no caos de uma batalha, que dependerá o êxito de todos os planos para seu emprêgo.

c) **Técnica de controle** — devemos ter presente que os veículos estão ou à disposição ou em apoio direto de uma unidade. Se, porém, se tornam uma responsabilidade do comandante, medidas devem ser tomadas para minimizar a situação, distribuindo-se as responsabilidades até aos mais baixos escalões. Os movimentos não devem ser sómente controlados, porém cada unidade deve conhecer as posições durante todo o tempo, usando-se para tanto todos os meios de que se dispõe. Todavia, circunstâncias especiais, como por exemplo, no desenrolar de uma ação nuclear, meios mais rápidos e mais eficientes de navegação (movimento) e controle são exigidos. Presentemente, estão sendo desenvolvidos meios mecânicos de navegação que permitirão ao comandante controlar rápida e eficientemente os movimentos nos campos de batalha. Dentre vários, o mais importante e que é tido como a chave para o problema do controle de veículos, nas batalhas, chama-se "Indicador de Posição e de Direção de Veículos", graças ao qual será possível conhecer-se, a qualquer momento, as distâncias e as mudanças, ponto por ponto, de cada veículo empregado.

d) **Exigências da manutenção** — talvez seja esta área a de maior importância na conservação da mobilidade terrestre. Aqui, as responsabilidades se dividem por igual entre todos, não importa o escalão, desde que haja veículos terrestres disponíveis. Sem uma manutenção adequada, jamais poderemos dispor dos meios mecânicos para a obtenção de um elevado grau de mobilidade. A manutenção preventiva é um dever de qualquer militar, não importa a graduação ou função. Onde existe um veículo, a manutenção deverá estar presente com o mais alto índice de eficiência, notadamente quando os veículos fôrem utilizados em operações de transposição de cursos d'água. A manutenção que, acima de tudo, é um dever de consciência, obedece a diferentes graus e tipos de responsabilidades. Cada comandante é responsável pelo cumprimento das instruções relativas à manutenção, para tanto atribuindo o tempo

necessário. Ela é fruto de um acurado treinamento durante a paz e só pode ser alcançada com alto índice de perfeição através de um processo de seleção meticoloso. O treinamento nos misteres da manutenção é tão importante como qualquer outro treinamento militar. Tem de ser minucioso e baseado num planejamento altamente técnico. Não deve, porém, excluir os chamados "expedientes de campo", ou simples meios de fortuna, com que, no desenrolar da batalha, ou longe dela, se possam recuperar veículos sem a ajuda das unidades de manutenção. Os "expedientes de campo" devem ser difundidos largamente, porque são de imensa utilidade. Dos princípios básicos da manutenção sobressai aquêle que recomenda, como dever precípua de cada comandante, impedir o uso do material de que dispõe, além de um limite máximo. Mesmo nas circunstâncias mais dramáticas, tem cada chefe o dever de velar pelos seus meios mecânicos de mobilidade, pois estes desaparecendo, consequentemente desaparecerá aquela. É dever precípua de todos nós velar carinhosamente para que todo material orgânico, à disposição ou pôsto em apoio, seja mantido nas melhores condições de uso. A manutenção preventiva é, assim, um dever de cada soldado.

Os fundamentos para o máximo desenvolvimento da mobilidade terrestre são as áreas que devem ser mais cuidadosamente planejadas, no afã de conseguir e manter a capacidade plena do movimento no campo de batalha. Todos os veículos, meios da mobilidade terrestre, são planejados para irem de encontro a todas as necessidades da unidade em combate. Cada um deles tem um específico fim. Na batalha não há poupanças; todavia, quando se trata de veículos que tornam a mobilidade terrestre uma grande realidade, cada um, na cadeia de comando, deve estar atento para que cada veículo seja adequadamente usado e mantido.

IMPORTANTE — na preparação deste trabalho, foi tomado por base o Subcurso 222, "Mobilidade", do Curso de INFANTARIA do Exército Norte-Americano; bem como notas diversas extraídas de várias obras e artigos sobre o assunto.

O Céu é seu horizonte. Ele voa
obrando no céu que é seu. A
estrelada é sua condição de vida.
Presto homens que voam, mosquitos e
"estrelas" que voam os mimosos céus.

DIA DO AVIADOR

SALVE SANTOS DUMONT — 23 DE OUTUBRO



O AVIÃO FANTASMA DOS AFONOS

Sossêgo... Solidão... A madrugada

Deserta, fria, intermina e estrelada...

O silêncio letárgico, profundo.

Ao longe, estaca o vulto azul da serra...

Numa carícia envolve toda a terra

O luar mais bonito d'este mundo!

*O Campo dos Afonsos dorme. Errante,
A lua, no infinito, vai rondando
Um céu maravilhoso, deslumbrante !
E a sonharem, talvez, lindos sonhares,
Os aviões parecem dormitando
Na penumbra dormente dos "hangares".*

*De repente, ressoa vago e incerto
O ruído de um motor... Agora perto,
Rasgando o ténue manto da neblina,
Fantástico avião branco aparece,
Plana e depois serenamente desce,
Aterrando, de manso, na campina !*

*É o avião fantasma ! Nunca o viste
Por uma noite, assim, gélida e triste,
Pairando, solitário, na amplidão ?
Pois, nessas noites enluaradas, calmas,
Ele anda errante transportando as almas
Dos que morreram pela Aviação !*

*Ei-lo que "rola" e finalmente pára...
E, de seu bordo, um cântico dolente
Vem surpreender a madrugada clara !
É o côro dos mártires; ouvindo-o,
Tudo emudece, religiosamente,
E o luar é mais alvo e o céu mais lindo !*

*Ao som da melodia que flutua,
Se extasia, encantada, a própria lua,
Escutando essa antifona do além...
O vento geme; a madrugada é fria
E na luz do luar vaga a harmonia
De um plangente noturno de Chopin !*

— Aviação! Aviação que tanto amamos!
Sonho resplandescente que sonhamos,
Ouve esta nossa imorredoura voz!
A morte nos ceifou — que morte bela! —
Mas eis que em nossas almas se revela
Este amor imortal de todos nós!

Quantas vezes, contigo, nós seguimos
Pelo infinito azul, dia após dia,
Desde o instante glorioso em que partimos!?
E nas manhãs de sol e de esplendores,
Cantamos hinos, plenos de alegria,
Na cadência vibrante dos motores!

Por tua Glória — nossa mesma Glória —
Deixando na outra vida, transitória,
Da juventude o sol primaveril,
Partimos, um por um, à imensidão,
Sorrindo cheios de felicidade,
Ao morrer pelas asas do Brasil!

Finda-se a melodia... A madrugada
Deserta e fria é intérmina e estrelada...
O vento geme salmos e responços...
E no seu sono, agora mais profundo,
Sob o luar mais bonito d'este mundo,
Dorme tranquilo o Campo dos Afonsos!

(Poema de Nelson de Araújo Lima)

MEU LAR É UM PARAISO!

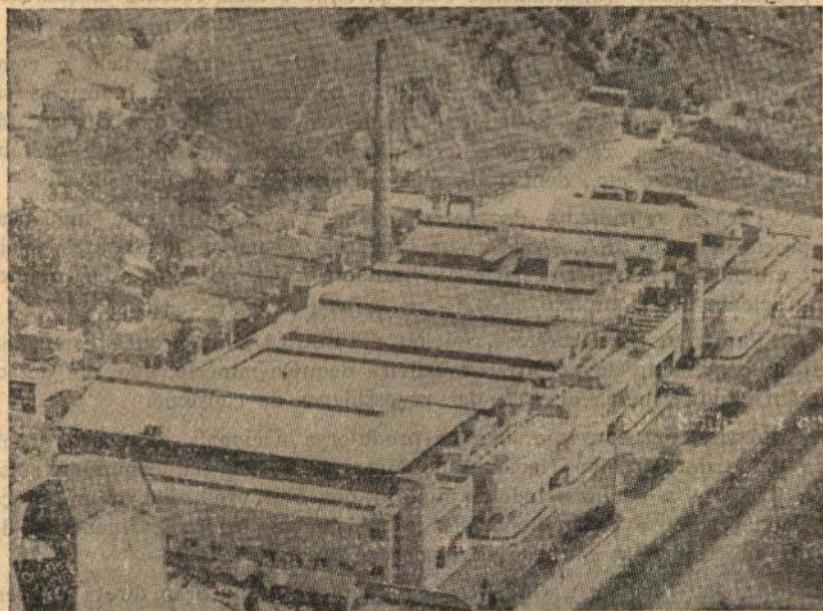


só compro das

CASAS PERNAMBUCANAS

COMPANHIA ESTANÍFERA DO BRASIL

Quinze anos de intenso labor colocam a CESBRA na vanguarda da produção de estanho e no desenvolvimento da mineração de cassiterita no Brasil.



As modernas instalações da CESBRA, em Volta Redonda, ocupam uma área de 10 000 m. E a sua capacidade de produção, de longe, supera as atuais (3 000 toneladas anuais), necessidades do consumo brasileiro. É a maior usina de redução e refino de estanho, na América do Sul, e a 3^a do mundo.

A COMPANHIA ESTANÍFERA do BRASIL é uma Organização de que o País, por justificados motivos, se pode certamente envaidecer. Com sua sede no Rio de Janeiro, onde foi fundada em 1951, suas instalações metalúrgicas localizadas em Volta Redonda (RJ) e as suas atividades de mineração estendidas a diversas e distantes regiões do País, pode a "CESBRA", por essas justas razões, ser considerada como um verdadeiro marco da integração da economia nacional.

A sua Usina de estanho e suas ligas, em Volta Redonda, que tem uma capacidade nominal de produção bem superior às atuais necessidades do País, é considerada internacionalmente como das mais integradas, por abranger, com eficiência, tôdas as unidades necessárias à redução e refino de qualquer tipo de minério de estanho, mesmo os mais impuros e os mais complexos, e a separar os minérios associados à cassiterita — o minério de estanho — como a columbita e a tantalita.

O setor de fabricação de soldas, ligas e fluxos, na Usina "CESBRA", é também considerado, pelo seu equipamento, como o mais moderno existente no País; lá se produz, em ligas com outros metais, o estanho de sua fabricação, Soldas Brancas (estanho-chumbo), com as mais variadas composições; Soldas em Pasta; Solda em Fio Cheio e com Fluxo; Metal Patente em lingotes, Pó Estanhante, Metais em Pó, Metal de Imprensa, Estanho Quimicamente Puro p. a., e o mais recente lançamento da CESBRA: uma linha completa de Fluxos para soldar e estanhar.

Desta forma, a CESBRA vem atendendo o mais variado e complexo parque industrial do país, como por exemplo: as indústrias siderúrgicas, de fôlhas-de-flandres, estaleiros navais, automobilística, fábricas de latas, radielétricos, estradas de ferro, aparelhagem hidráulica, autopeças, etc., dentro do mais rigoroso padrão de qualidade.

Para o suprimento de matéria-prima à sua importante indústria, procurou a CESBRA, desde a sua fundação, dispensar atenções especiais à produção de cassiterita nacional, visando com isso a tornar a nação auto-suficiente dêsse minério.

Para que isso ocorresse, iniciou a CESBRA uma grande campanha para o aumento da produção brasileira daquele minério, que, até então, não atingia a cerca de 10% das necessidades do consumo.

Assim, em convênio com os produtores nacionais da época e sob a égide do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, comprometeu-se a CESBRA a adquirir todo o minério por êles produzido, a um preço compensador, e proporcionar-lhes a assistência técnica e financeira de que necessitassem em suas atividades de pesquisa e lavra.

Iniciou também a CESBRA, nessa época, a sua ação direta na pesquisa dêsse minério, em todo o território nacional, através de turmas de geólogos cuidadosamente selecionados, cujos trabalhos, sempre em sentido cada vez mais acelerado, vêm produzindo os resultados esperados, haja vista as lavras em mineração na área que as pesquisas recomendam.

Assim a CESBRA está presente em Minas Gerais (São João Del Rey e Arassuaí), em Goiás (Ipameri), no Amapá (Macapá), e mais recentemente em Rondônia (Pôrto Velho), que, pela sua extraordinária importância, merecerá capítulo à parte. Tôdas essas áreas são frentes de trabalho intenso e proveitoso que resultam em condições inusitadas de desenvolvimento para a região, consequente dos vultosos recursos que para elas são canalizados em fluxo contínuo e sempre crescente.

Os frutos dessas iniciativas pioneiras não tardaram a surgir: a participação do minério nacional nas necessidades gerais, que não chegava a 10% inicialmente, aumentou gradativamente, situando-se hoje em mais de 60%, proporcionando não só maior tranquilidade à indústria doméstica de estanho, mas também e principalmente, a vertiginosa queda de volume de importação do "deficit" da produção nacional de cassiterita. Esta última realização, e sómente ela, é responsável por substancial parcela de economia de divisas.

RONDÔNIA

Foi em 1961 que a Cia. Estanífera do Brasil resolveu estender até Pôrto Velho, no Território Federal de Rondônia, as suas atividades. Naturalmente essa deliberação resultou, a julgar pelo crescente aumento da extração de cassiterita em Rondônia, das magníficas possibilidades de existência desse valioso minério, sendo excelentes as perspectivas para o País se tornar, em futuro não muito remoto, auto-suficiente em cassiterita.

Rondônia é hoje o maior centro produtor de cassiterita no Brasil e símbolo vivo desta epopéia de emancipação nacional. Mais da metade da produção nacional vem de lá. O incremento que a extração de minério teve nos últimos anos é simplesmente espetacular. De 49 toneladas produzidas em 1960, subiu para 1.038 em 1963, e os anos de 1964 e 65 registraram aumentos ainda mais palpáveis. Para a realização dessa façanha, a CESBRA concorreu poderosamente. Sua presença em Rondônia, desde os primeiros dias deste decênio, foi assinalada pela mais intensa atividade e com um só e único objetivo — incrementar a produção. Animada por esse propósito, as diretrizes que estabeleceu para os trabalhos que passou a realizar em Rondônia visavam e visam a proporcionar àqueles que se dedicam à extração do minério todas as facilidades ao seu alcance, já assegurando-lhes a orientação técnica, imprescindível à melhoria e ao maior rendimento das tarefas executadas, já procurando dar-lhes a assistência material reclamada para a produtividade e para a regularidade da mineração e, também, garantindo a estabilidade de preços compensadores para o minério produzido.

Não se limitando à compra pura e simples de minério, a Cia. Estanífera do Brasil — "CESBRA" — cuidou, paralelamente, de ativar a pesquisa em qualquer local onde o minério ocorra, dispendendo para tal fim cifra mais do que significativa.

Na apresentação sumária deste conjunto de fatos, pode-se verificar o incontestável esforço financeiro que a CESBRA vem realizando para a concretização do seu programa industrial.

Assim, desde 1951, data de fundação da CESBRA, todos os seus recursos, em ritmo cada vez mais acelerado, têm sido orientados no sentido de desenvolver setor da mais fundamental importância para o desenvolvimento econômico do País. Seu moto — "uma indústria produzindo para a indústria" — é um dos mais vigorosos argumentos da expansão industrial brasileira.

NOSSO APÉLO

VOÇÊ, que tem idéias sobre muitos problemas do Exército e do Brasil, ponha-as no papel e nô-las remeta. Use a sua tribuna para difundi-las.

VOÇÊ, que estuda para a ECEME e organizou seu ponto, mande-nos para que seja publicado, servindo assim a todos.

VOÇÊ, S 3 de unidade, que montou e executou um exercício no terreno, envie-no-lo para ser publicado.

VOÇÊ, oficial instrutor das inúmeras Escolas e Cursos do Exército, que redigiu um nôvo ponto de instrução, que leu um artigo interessante em revista estrangeira, que montou uma demonstração, que fêz algo nôvo, interessante, digno de ser divulgado e apresentado a todo o Exército, tome a iniciativa de nos mandar uma cópia, para inserirmos na Revista.

VOCÊS, sargentos, da tropa, das escolas, monitores, alunos, enviem-nos suas colaborações.

Serão bem-vindos!

A REDAÇÃO

EVOLUÇÃO DO CORPO DE OFICIAIS DO EXÉRCITO FRANCÊS (1)

Capitão NEYRON DE SAINT-JULIEN

(“Revue Militaire D’Information”, dezembro de 1964)

Trad. do Ten-Cel Art (QEMA)

RUBENS MARIO JOBIM

2.^a PARTE

A SITUAÇÃO ATUAL

II — A SITUAÇÃO ATUAL

Com o fim da guerra da Argélia, e apesar das novas preocupações dos oficiais, parece inútil reconsiderar as realidades sociológicas tal como surgiram a Girardet. Após cinco anos, as análises das origens sociais, familiares e geográficas continuam exatas. Na medida em que retomamos, em essência, este tipo de análise, deixando de lado os estudos psicológicos, cujo caráter fatalmente subjetivo não apresenta interesse a longo prazo, podemos considerar o dossiê Girardet como um documento de referência.

O Exército não persiste um exército inteiramente voltado para os teatros de operações, como foi o Exército francês durante vinte anos; não pode ter o mesmo sistema de vida, sem se consagrar suficientemente às tarefas de instrução, missão principal em tempo de paz. Esta reconversão do Exército é clara, e, na instrução, é preciso também compreender a formação dos oficiais. Uma série de reformas mostrou a importância atribuída pelo comando à formação dos quadros. Daí resultam tendências novas para o Exército, e, a longo prazo, um novo estilo para certas categorias de oficiais. Estas alterações, mais sensíveis à medida em que vão sendo aplicadas as reformas, não puderam ser conhecidas por Girardet. É preciso, pois, completar seu dossiê, e, logo de início, no capítulo da formação dos oficiais e de seu nível cultural.

(1) (Conclusão do n.^o de Jul/Ago).

A reformulação do concurso para Saint-Cyr

Neste ponto, é chocante constatar, entre certos oficiais, uma tendência a subestimar seu próprio meio. Seria interessante, por exemplo, conhecer que percentagem de bacharéis os próprios oficiais atribuem ao Exército, em seu todo. Sem dúvida, concordariam freqüentemente em declarar que 20% dos oficiais, quando, do fato de 30% dos oficiais serem agora oriundos do recrutamento direto (onde, automaticamente, bacharéis), este número é em realidade de quase 40%.

Esta reflexão leva-nos a debruçar-nos sobre o conjunto dos estudos levados a efeito, desde algum tempo, sobre a elevação do nível de formação dos oficiais. A questão é de uma atualidade toda particular, já que os trabalhos de uma comissão mista Exército-Educação Nacional chegaram ao estabelecimento de um projeto de reformulação do concurso a Saint-Cyr. A aplicação deste projeto levará a exigir dos oficiais-alunos admitidos à escola especial militar, uma cultura do mesmo nível exigido para os candidatos às grandes escolas de quadros superiores. Este foi o objetivo fixado pelo Ministro das Forças Armadas ao presidente da comissão: "Elevar o nível para seleção dos Oficiais do Exército, paralelamente ao dos demais quadros da Nação". Reportemo-nos à situação, tal como se apresentava a Raoul Girardet.

Se o Exército teve, desde a última guerra, dificuldades de recrutamento direto, esta dificuldade dizia respeito, essencialmente, à Escola Politécnica, que não forneceu ao Exército senão 1% dos novos oficiais, entre 1950 e 1957. Durante este mesmo período, 28,5% dos oficiais provinha, efetivamente, do recrutamento direto, praticamente, portanto, da única divisão Saint-Cyr do ESMIA, em Coëtquidan. Esta fonte parecia não se dever secar. Mas é preciso reconhecer que o número de candidatos havia sido mantido em proporções honrosas, graças a certos artifícios: o limite de idade fôra dilatado para 23, 24 anos, para os candidatos em serviço ativo e, sobretudo, o programa tradicional do concurso, de caráter essencialmente científico, fôra diversificado pelo estabelecimento de novas opções, história e geografia, assim como línguas.

É preciso admitir que o concurso para Saint-Cyr tornou-se um dos mais fáceis dentre os das grandes escolas. Este concurso vem de ser reformulado oficialmente, com base nas propostas aprovadas, a 9 de outubro de 1963, pelo Ministro das Forças Armadas e, em junho de 1964, pelo Ministro da Educação Nacional. Uma instrução ministerial fixará, brevemente, a organização, as provas e os programas do novo concurso. Os futuros candidatos deverão doravante atingir, no mínimo, o nível propedêutico (1), em ciências ou lettras, segundo a opção escolhida. A história e a geografia vêm como complemento obrigatório de cultura geral, nessas duas opções.

O novo concurso a Saint-Cyr, mesmo conservando o caráter de cultura geral a que era vinculado, abre doravante, aos alunos de Saint-Cyr, a

(1) A referência a este diploma pode ainda ser mantida, embora a propedéutica venha a ser brevemente suprimida.

possibilidade de obter, no curso de seus anos de formação para a escola, certificados universitários, literários ou científicos, segundo a opção adotada para o exame de admissão (2). Esta reforma permitiu uma melhoria certa do nível cultural dos alunos de Saint-Cyr, há quatro anos, constatada tanto nas médias exigidas para a admissão à escola, como nos resultados obtidos pelos alunos de Saint-Cyr; a elevação das médias, no concurso para Saint-Cyr, está consignada no quadro abaixo :

1961	10,84
1962	11,34
1963	11,43
1964	11,64

Uma melhoria correspondente é observada nos resultados obtidos por Saint-Cyr na Faculdade de Rennes, em 1963. Em 1964, os inscritos são 98, para os certificados de ciências, e 93, para os certificados de língua.

Esta evolução em Saint-Cyr é assinalada, finalmente, pelo fato de os melhores alunos apresentarem-se para dois certificados, e não mais para apenas um.

C I E N C I A S			L I N G U A S		
Apresentados	Diplomados	%	Apresentados	Diplomados	%
79	43	64%	49	18	36%

O recrutamento indireto

No que respeita ao recrutamento indireto, as conclusões de Girardet, igualmente válidas quanto às origens sociais, não o são quanto ao nível escolar : não se exigia dos candidatos à antiga divisão "Corpo de Tropa", do ESMIA, o que agora se exige dos candidatos à atual "Escola Militar Interarmas". Para esta categoria de recrutamento, a percentagem dos bacharéis é doravante totalmente diversa, e é suficiente comparar este quadro extraído do dossier Girardet, com seu correspondente atual, para disto ficar-se convencido.

Promoção e efetivo	BACHARELATO		BACHARELATO	
	1.ª Parte	2.ª Parte	Número	%
1957 - 1958 :	181	65	35,9	38
1958 - 1959 :	191	49	25,6	26
1963 - 1964 :	163	42	25,76	99

(2) Esta solução de classificação de admissão em separado, letras ou ciências, é análoga à aplicada para o concurso de admissão à Escola Normal Superior.

Para esta última promoção, tendo sido elevado o nível do concurso, pode-se estimar, razoavelmente, que os vinte e dois alunos não bacharelis são do nível do primeiro bacharelato. É preciso notar, sobretudo, que a admissão à ESMIA (Escola Militar Interarmas), levando em conta a reforma do bacharelato, exigirá dos candidatos o diploma de bacharel completo em três anos.

Por fim, assinalemos que esta evolução já está instituída no nível dos candidatos em preparação para entrada na ESMIA, na Escola Militar de Strasbourg, nível que podemos estabelecer assim para 1964 (candidatos corpo de tropa e candidatos em título reunidos).

Num efetivo total de 336, encontra-se:

— titulares do 1º bacharelato :	192
— titulares do 2º bacharelato :	39
— nível do 1º bacharelato :	63
— nível inferior ao 1º bacharelato :	42

O ensino militar superior

O interesse do Comando na formação dos oficiais não se verifica sólamente quanto às classes preparatórias e ao início da formação dos quadros, mas abrange toda a sua carreira. Sempre se admitiu que se o oficial era lançado na carreira mais jovem que seus camaradas das grandes escolas civis, tinha que completar sua formação ao longo de sua vida militar. Esta noção de "reciclagem", adotada como uma necessidade no mundo dos negócios há bem pouco tempo, de há muito é admitida no Exército. É assim que a Escola de Estado-Maior e a Escola de Guerra preparam cada ano, há perto de setenta anos, para missões e responsabilidades que não interessavam ao nível dos Saint-Cyrianos quando de sua passagem pela escola.

Entretanto, se a Escola de Guerra permite ascender a um nível superior de conhecimentos militares e a um grau não menos elevado de conhecimentos gerais, ela não prepara, apesar da ligação direta desses brevetados com os organismos científicos e técnicos, para conceber os materiais futuros, nem para lhes dirigir as experimentações.

Foi, portanto, para completar o ensino militar superior, neste domínio, que ficou decidida, em 1947, a criação do EMSCT (Ensino Militar Superior Científico e Técnico). Esse organismo de direção devia, pois, permitir a coordenação dos estudos dos oficiais estagiários nas escolas de engenharia e nas diversas faculdades. O princípio dessa formação não foi apresentado no dossiê Girardet, mas como o EMSCT assumiu cada vez mais importância, parece difícil não mencionar este importante aspecto do acesso de um número não negligenciável de oficiais.

Para levar esses oficiais aos brevets e diplomas técnicos, a direção do EMSCT não assegura diretamente o ensino dos estagiários, mas recorre às faculdades e às escolas civis e militares. O nível científico

mínimo exigido para os candidatos é um certificado de estudos superiores preparatórios ou um título equivalente. A escolha dos oficiais leva em conta não sómente seus títulos científicos e técnicos, mas também seu valor militar. Ademais, os candidatos devem ter servido na tropa, no mínimo, três a quatro anos.

Que formação oferece o EMSCT? Está escalonada em três anos e compreende, principalmente :

— Dois anos de estudos científicos, em uma grande escola de engenharia, faculdade ou laboratório; os ramos são os mais diversos : armamento, eletricidade ou eletrônica, motores, física nuclear, química, estatística, ótica, meteorologia, geodésia, aeronáutica, pontes, canais e estradas, problemas humanos, etc. Recentemente vem de ser feita extensão às disciplinas não científicas, nos domínios jurídicos, econômicos e financeiros, bem como nos da história, geografia e línguas.

— Uma licença ou um título de engenheiro sanciona este ciclo de estudos, ao qual sucede seis meses de estágio de aplicação, com um trabalho pessoal a executar.

— A seguir, vem um estágio de cinco meses na Escola de Estado-Maior, seguido, por fim, de um estágio de informação geral (conferências, visitas, viagens, trabalhos pessoais) (3).

Agora são, pois, sessenta oficiais, por ano, que, técnicos brevetados, podem ser classificados em postos altamente especializados de sua arma, em um organismo técnico interarmas ou em um estado-maior. A estes sessenta brevetados ajuntam-se os técnicos diplomados (70 por ano), cuja formação é menos longa (18 meses).

É preciso, pois, admitir, em conclusão, que o leque sempre mais aberto, desde alguns anos, das disciplinas estudadas pelo canal do EMSCT, assegura ao Exército o pessoal qualificado de que ele necessita. No plano da diversificação do corpo de oficiais, não se pode desprezar a importância de uma tal evolução, que leva, obrigatoriamente, uma elite oriunda de uma qualificação técnica a desligar-se muito cedo. Por outro lado, os contatos mais numerosos com o exterior, os cursos seguidos em comum, as idéias perruadas e uma melhor compreensão dos elementos civis, atuam, evidentemente, sobre o comportamento dos interessados e, através dêles, sobre o conjunto dos quadros do Exército.

Em compensação, o Exército, por esse meio, já adquiriu uma reputação certa nas Universidades. É fácil citar os resultados obtidos : 100% dos recebidos na Faculdade de Paris, em MPC e MPCN, ou seja, 73 oficiais. Assinalemos que estes oficiais, em 1962 e 1963, são os primeiros

(3) Certos oficiais, tendo obtido o brevet técnico, podem pedir para prolongar seus estudos científicos, ou seja, fazer prova de candidatura "sem concurso para a Escola de Guerra".

na classificação geral. Para este mesmo certificado, aos estagiários do EMSCT foram atribuídas a totalidade das menções muito bem: os resultados nas faculdades das províncias não são menos notáveis (4).

Se se admite que se trata aí somente de uma elite, será difícil não admitir também uma revalorização progressiva do corpo de oficiais em seu conjunto, revalorização que de modo algum põe em jôgo seu valor militar, mas que não pode deixar de interessar o sociólogo, desejoso de conhecer todos os aspectos do meio estudado.

Cursos para capitães e cursos de Estado-Maior

Endereçada, enfim, à maioria dos oficiais, uma última reforma interessa a todos os capitães: a partir de 1 de janeiro de 1965, os oficiais subalternos suficientemente jovens efetuarão, durante o ano de sua promoção ao posto de capitão, um estágio de cerca de cinco meses, ao término do qual serão, eventualmente, selecionados para seguir o curso de estado-maior, sendo suprimido o concurso para esta escola. Estes cursos de aperfeiçoamento, doravante sistemáticos, obrigarão todos os oficiais a uma revisão séria de seus conhecimentos gerais, bem como militares.

A formação dos oficiais, tal como se apresentava no fim de 1964, após o conjunto de reformas que evocamos, engloba uma série de elementos de apreciação, indispensáveis a quem quer que deseje formular um julgamento sobre o quadro de oficiais do Exército. É preciso admitir que a maior parte desses elementos não podia figurar no dossiê estabelecido em 1960. Estes novos dados justificam, parece, conclusões mais favoráveis, em seu todo, do que as permitidas pelo período anterior.

Problemas de gestão do pessoal

Da leitura dos capítulos consagrados por Girardet à estrutura do corpo de oficiais, é difícil tirar uma impressão otimista, se bem que o autor assinale de passagem: "sem levar a um julgamento de valor, não são mais que os térmos dessa equação que nos esforçamos por definir. Quais são esses térmos? Chamam-se desequilíbrio de idade entre as armas, disparidade de acesso, existência de "rôlhas" de idade, disformação da pirâmide das idades, etc...". Estas discrepâncias, realçadas sem propósito do ponto de vista sociológico, ressaltam mesmo assim de um estado de coisas "onde dificilmente se descobrem os sinais dos esforços do comando para fazer respeitar quotas, percentagens e idades limites".

Estas críticas indiretas, relativas à gestão do pessoal, parecem *a priori* justificadas pela existência de estatutos que não foram praticamente mexidos, há cento e trinta anos. É justamente na revisão desses estatutos que o Ministério das Forças Armadas trabalha, e tal é o sentido

(4) Citemos, para 1963, o Capitão M..., que concluiu a Escola de Pontes, Canais e Estradas em primeiro lugar, e o capitão N..., segundo da Escola Superior de Eletricidade.

das reformas já adotadas ou atualmente em estudo. Certas decisões dependem ainda do mais alto escalão da administração militar, mas é possível que tragam uma resposta geral às questões implicitamente propostas pelos colaboradores de Girardet (Paul H. Bougu e Jean-Pierre Thomas).

A composição atual do corpo de oficiais, quanto à sua origem, apresenta-se de novo como antes da segunda guerra mundial. Trata-se, pois, de um nítido progresso, em comparação com a "crise contemporânea de recrutamento", estudada por Girardet.

ORIGENS	GRANDES ESCOLAS	O A	FILEIRAS	ORES
1938	35%	30%	25%	10%
1964	30%	OAIA	24%	11%

Esta composição, no entanto, não é satisfatória, quando se examina a distribuição por postos dos oficiais provenientes da fileira. "É normal verificar-se, podemos ler em um estudo feito pelo DPMAT, que cerca de 25% do total dos oficiais provêm das fileiras, mas é anormal constatar que 20% dos maiores têm a mesma origem".

Com efeito, em cada quadro de acesso para o posto de major, um quarto dos promovidos é composto de oficiais saídos das fileiras. Entre eles existem elementos brilhantes que, por diferentes razões, não puderam se apresentar nas fileiras das escolas militares e recuperaram, por seu mérito e por seu trabalho, o atraso na partida. Entre eles, não deixa de haver exemplos de personalidades singularmente brilhantes que se tenham sobressaído — e assim continuará sempre. Mas numerosos outros devem sua promoção às excelentes notas obtidas nos postos subalternos, e a experiência prova que nos postos superiores seu rendimento torna-se menor. Esta grande proporção de maiores originários das fileiras tem como consequência o retardamento das carreiras dos oficiais provenientes das grandes escolas e, apesar da nova política administrativa adotada desde 1960, os mais jovens e os mais brilhantes maiores de Sanit-Cyr têm ainda trinta e cinco anos. Admite-se, pois, que a elite da juventude hesite em engajar-se numa carreira, onde as primeiras responsabilidades importantes são dadas tão tardiamente.

Resultado dos estudos

Uma série de estudos sobre a política de gestão do pessoal é empreendida pelo Bureau de estudos gerais do DPMAT. Eis os aspectos essenciais :

Em 1960, o acesso, nas diferentes armas, era desigual. Assim, foi-se levado a adotar duas séries de medidas, de maneira a restabelecer o

equilíbrio de todas as armas. A criação do quadro especial respondia a este objetivo. Os oficiais que foram colocados neste novo quadro tinham uma vocação administrativa. Seu limite de idade foi recuado para sessenta anos para os coronéis (último posto). O avanço era lento, mas os oficiais do quadro especial tinham a segurança de uma certa estabilidade na função.

Criado por regulamento de 1960, o quadro especial foi constituído por sucessivas levas de integração, até 1964. O regime de carreira começa agora. Nenhum imprevisto teve lugar e o quadro especial corresponde, no momento, perfeitamente, a seu fim: levou as armas a um rejuvenescimento pela aceleração do acesso. Além disso, uma política de conciliação entre todas as armas foi seguida e as disparidades manifestas, que se podia constatar antes de 1960, estão em vias de se esfumar. É assim que, para os maiores de quarenta anos ou menos, podemos levantar o seguinte quadro:

EXÉRCITO	INFANTARIA	FUZILEIROS NAVAIS	A B C
1960	102	30	66
1964	117	92	65

Estes novos efetivos indicam suficientemente que a paridade entre as carreiras está realizada nas armas, fuzileiros navais inclusive, onde o atraso era maior. Por outro lado, foram tomadas medidas quanto ao tempo de comando dos capitães das armas, para diminuir a duração de sua passagem pelos postos de oficiais subalternos. Para isto ser feito, salvo raras exceções, os oficiais que tenham ultrapassado trinta e sete anos são chamados a continuar sua carreira nos quadros especiais e assim nem todos cumprem um tempo de comando.

Entretanto, a política administrativa, adotada desde 1960, não pode atingir senão objetivos limitados, porque a atual estrutura do quadro de oficiais opõe-se às reformas que seria necessário e urgente empreender. Foram, com efeito, as grandes leis orgânicas de 1818 (Gouvion Saint-Cyr), de 1832 e de 1834 (Soult) que estabeleceram o estatuto do oficial. Estas leis, que criaram a unicidade do corpo dos oficiais, são sempre aplicadas em suas disposições essenciais. A parte o quadro especial, de origem muito recente, e os corpos de execução dos serviços, todos os demais oficiais estão sujeitos às mesmas regras estatutárias de promoção e de limites de idade. Disto já vimos uma consequência: o número demasiado grande de oficiais originários das fileiras atingindo o posto de major provoca um retardar na carreira dos oficiais de recrutamento direto.

Para acelerar o acesso destes últimos e fazê-los alcançar, ao redor dos trinta anos, os postos de responsabilidade para os quais foram for-

mados, sem estagnar durante mais de quinze anos nos postos subalternos, pareceu necessário criar um novo quadro que compreenderia todos os oficiais saídos das fileiras e das escolas de armas. O Exército tem por maior preocupação tornar realidade a importante reforma do "quadro dos oficiais técnicos" (5) que, para os oficiais e suboficiais, apresentaria vantagens consideráveis: — para os oficiais do recrutamento direto e semidireto (Saint-Cyr — ESMIA): aceleração do acesso ao posto de major; — para os suboficiais verdadeira promoção social, porque a perspectiva de sua carreira seria grandemente aumentada.

Quanto aos últimos, nas condições atuais, um sargento ajudante é promovido a subtenente no mínimo aos 35 anos; e capitão aos 45. Os melhores são promovidos, com os inconvenientes que se conhece, ao posto de oficial superior, aos 50-52 anos. A reforma em curso e a adoção do estatuto dos "oficiais técnicos" permitiriam, ao contrário, promovê-los a subtenentes muito mais cedo, aos 28 ou 30 anos. Nesta idade, tendo adquirido um domínio completo das mais diversas técnicas utilizadas pelo Exército, poderiam então prestar excelentes serviços como quadros subalternos. Já que fazem falta oficiais subalternos jovens, torna-se necessário baixar o limite de idade dêste novo quadro para 45 anos. Além desse limite, os capitães deixariam, pois, em princípio, o Exército, com uma reforma não negligenciável e a quase certeza de poder encetar uma segunda carreira, enquanto que, aos 52 ou 54 anos, freqüentemente, é demasiado tarde (6). Não se trata de estabelecer divisões estanques entre êste quadro e as outras categorias de oficiais. Este não é o objetivo da reforma. Parece, contudo, indispensável fixar para categorias de oficiais, cujas origens, possibilidades e encargos são diferentes, estatutos diferentes. O Exército é a única grande Instituição do Estado, em que a situação anacrônica que conhecemos, estava sem solução. Ocorreu-nos, justamente, tornar conhecida aquela que está a ponto de desabrochar.

Quanto à gestão de seu pessoal, está, portanto, o Exército consciente do fato de que a atual constituição do corpo de oficiais tornará, de saída, difícil uma evolução necessária em todos os domínios. O quadro especial e, brevemente, sem dúvida, o quadro dos oficiais técnicos permitirão uma estrutura melhor adaptada às necessidades. Esta tornará possível, enfim, a aparição de grupos mais homogêneos, cujas diferentes vocações corresponderão a realidades diferentes, já inscritas nos fatos. Esta nova estrutura resolverá, pois, as principais dificuldades assinaladas por Girardet, relativas a êste problema, extraordinariamente complexo, da administração do pessoal.

(5) Empregamos aí um termo que não é definitivo, com o objetivo de facilitar a compreensão, já que até aqui foi utilizado nos estudos sobre êsse assunto. O projeto de lei deve ainda homologá-lo.

(6) Vimos, em um estudo recente do problema da reconversão dos oficiais: «... 45 anos é justamente a idade limite aceitável para o civil (Notas e documentos n. 93).

Remunerações

Não parece de interesse insistir nas mudanças sobrevindas no modo de vida de um Exército que passa do tempo de guerra para o tempo de paz. É evidente que as situações familiares que Girardet ressaltou, particularmente difíceis para numerosas categorias de oficiais, não mais têm equivalência nas atuais condições.

O problema da remuneração é mais complexo. Uma reforma em curso trata dos prêmios de qualificação. Quanto a isto, é difícil argumentar, porque nenhuma medida efetiva foi ainda tomada. Pode-se, contudo, reconhecer que a questão ultrapassou o estágio dos estudos para o das propostas, e é de esperar que o tempo das decisões não tardará. Aí, ainda, pode-se, razoavelmente, falar de uma evolução, cujo resultado será uma melhoria do nível de vida de numerosos oficiais.

A noção de carreira curta

Nossa apresentação da situação atual parecer-nos-ia incompleta se não fizéssemos alusão, para terminar, às numerosas reconversões, como se manifestaram recentemente: as saídas para atividades civis são muito mais freqüentes, já que estimuladas pelo Comando. Os quadros tornaram-se, com efeito, demasiado numerosos após o fim da guerra da Argélia e da reorganização do Exército. As partidas em meio de carreira, de fato, sempre existiram. Somavam em média 700, nos anos normais, para o conjunto das Forças Armadas. Mas em 1964, mais de 2.500 oficiais deixam voluntariamente sólamente o Exército (7).

O interesse deste fenômeno reside na aceitação, cada vez maior, da noção de carreira curta: as impressões colhidas, na maioria dos casos de reconversão, são favoráveis. Do ponto de vista psico-social, é preciso notar que a experiência militar enriqueceu os oficiais com um potencial humano muito utilizável na vida civil (fino de contatos humanos, capacidade de adaptação, conhecimento da juventude, senso de responsabilidade e de comando, etc.). Por outro lado, numerosas qualificações militares são imediatamente aplicáveis, sem dificuldades, e favorecem, também, as carreiras curtas.

As possibilidades de reconversão, às quais aludimos aqui, só têm interesse no plano sociológico, possibilidade que os diretores de centros, como a ECE (Escola dos Chefes de Empresas), a CEGOC (Comissão Geral da Organização Científica), ou ainda as diferentes câmaras de comércio, onde oficiais realizam estágios de iniciação nos negócios, estão concordes em reconhecer. O que é verdadeiro para o setor privado, também o é para o setor público: recebemos pessoalmente, ao término

(7) As saídas maciças atuais, estimuladas pelo Comando, devem ser consideradas como o resultado de uma situação do momento. As partidas ocasionadas por este movimento, em parte equilibradas pela criação do quadro dos oficiais técnicos, permitirão uma nova situação estável, fruto da atual transformação do meio militar.

do primeiro estágio obrigatório, o conceito altamente elogioso da Inspetora-Geral da Academia de Paris, sobre os oficiais encaminhados para o ensino. Ela testemunhou-nos sua sincera estima por este grupo de cerca de cinqüenta futuros docentes, que seriam os primeiros a deixar o Exército pela Educação nacional.

Concluindo este capítulo, consagrado a uma tomada de posição quanto às grandes questões apresentadas pela "crise militar francesa 1945-1962" e, sem afirmar que todos os problemas estejam atualmente resolvidos, podemos dizer que, quanto à formação dos oficiais, bem como quanto às reformas de estrutura empreendidas, a situação atual assinala um nítido progresso sobre o período precedente, período de crise, como o indica o título da obra.

Conclusão

Parece-nos possível, no curso deste estudo, não apelar para as idéias de Girardet quanto à crise ideológica e ao drama argelino. Esta última parte do *dossiê*, essencialmente subjetiva, diz respeito a um passado em cuja evocação parece-nos vão deleitarmo-nos, quando resta ao Exército tantos problemas a resolver no quadro de seu futuro. A este respeito, a "crise militar" foi superada, embora tôdas as dificuldades materiais não tenham sido ainda resolvidas. Desejamos, apenas, divulgar o *dossiê* e desenvolvê-lo, trazendo-lhe elementos novos e positivos que, pensamos, modificam as conclusões algo pessimistas de Girardet.

No plano sociológico, qual a impressão que se destaca, ao término deste estudo da evolução do corpo de oficiais? Parece ser preciso salientar logo, em primeiro lugar, a permanência imutável e extraordinária de uma mesma estrutura durante gerações, a do Exército de 1939. Esta estrutura, pela primeira vez, foiposta em discussão no período de após-guerra, pela proporção, anormal para o "tempo de paz", do recrutamento de oficiais de carreira por outras vias que não as das escolas — e isto durante todo o período da guerra da Indochina, depois a da Argélia.

A proporção dos oficiais de recrutamento direto achava-se totalmente invertida, pela adição maciça dos quadros de recompletamento, advindos, com mais freqüência, das fileiras. Perdidos nessa massa, os Saint-Cyrianos, nos corpos de tropa, surgiram como "fenômenos".

Ao término dos últimos conflitos "coloniais", um tal desequilíbrio não podia subsistir, quando o Exército entrava resolutamente, embora com atraso, na era nuclear. O novo gênero de combate que ela admite, investe de enormes responsabilidades os pequenos escalões isolados num campo de batalha, onde o átomo desintegra as unidades e a dispersão é a regra. Por outro lado, as definições não são mais em termos de efetivos, mas de materiais que é preciso servir. Os investimentos financeiros consagrados ao material sobrecarregam os quadros de crescente responsabilidade cada dia. Investimentos correspondentes — despesas de instrução (formação), bem como de funcionamento (soldos) — devem, pois, permitir a estes quadros assumir tais responsabilidades.

Esta situação clama obrigatoriamente por uma mutação, dolorosa para certos oficiais, cuja longa experiência de contraguerrilha não é suficiente. Esta mutação acarreta, de uma parte, um novo sistema de formação; de outra, e sobretudo, a criação do quadro especial e, brevemente, do quadro de oficiais técnicos. Estas reformas, que definirão novos estatutos para grandes categorias de oficiais, confirmarão a diversidade indispensável das estruturas já inscritas nos fatos e que é uma constante no mundo civil. A sociedade militar é, pois, chamada, neste sentido, a se aproximar do tipo de sociedade nacional, que é a nossa. É, portanto, com uma nota decididamente positiva que desejamos concluir este estudo de um dossiê que, fixado em época determinada, não encontrava, de imediato, a esperança.



AOS NOSSOS COLABORADORES

As páginas da A DEFESA NACIONAL estão abertas, como sempre estiveram, a todos quantos queiram colaborar conosco, enviando-nos seus trabalhos para publicação. Nem sequer é condição, para a aceitação de colaborações, que os seus autores sejam assinantes da Revista. Mas, é claro que preferiríamos que todos aqueles que ainda não tenham assinatura da "DEFESA" procurassem tomá-la, pois assim estariam ampliando a sua valiosa colaboração e, ao mesmo tempo, cooperando para a melhoria crescente e para o maior prestígio desta Revista, que já é "a sua Revista".

A ARTILHARIA NA GUERRA NUCLEAR

Maj Art

RUBENS GURGEL DE SIQUEIRA
Aluno da ECEME

I — INTRODUÇÃO

Com o aperfeiçoamento sempre crescente dos engenhos nucleares, a fisionomia dos campos de batalha tornou-se diferente dos da 2ª Guerra Mundial. Agora — como medida de proteção — dispersam-se os elementos de manobra no terreno e procuram-se alvos inimigos compensadores para o emprêgo de armas nucleares disponíveis.

A explosão nuclear geralmente desvenda a direção do esforço do atacante, atraindo, assim, a reação inimiga para o setor atingido; sendo de capital importância o seu emprêgo no combate, verifica-se que a surpresa é sacrificada, em face dos resultados decisivos proporcionados por tais armas contra alvos críticos. Entre a locação de um alvo e o ataque ao mesmo por uma arma nuclear, decorre um espaço de tempo — sempre apreciável — sendo este um dos problemas básicos de emprêgo dos nucleares.

A artilharia convencional, no tocante ao desenvolvimento dos meios nucleares, está muito longe ainda de se tornar uma arma obsoleta para os campos de batalha dos dias atuais; ela destrói, neutraliza ou imobiliza as forças inimigas, tornando-as alvos compensadores para os engenhos nucleares — o convencional complementa o nuclear, e ambos se afinam no apoio à arma base.

Uma área atingida por um artefato nuclear, que tenha produzido efeitos diferentes dos desejados, pode tornar-se intransitável durante grande espaço de tempo. O comandante que tiver decidido o emprêgo da arma, poderá ter bloqueado o seu eixo de progressão previsto, e ser forçado a utilizar direção de ataque menos favorável. Os engenhos nucleares não são adequados para ações estreitamente coordenadas; neste particular continuará a não existir substituto para a artilharia convencional.

A explosão de um meio nuclear que tenha altura de arrebentamento inferior à prevista, poderá ameaçar a segurança das tropas amigas e retardar a manobra, devido à ocorrência de precipitação radioativa. Com a artilharia clássica isto não se observa, porque o fogo que dificulta as operações amigas é suspenso ou transferido com rapidez de uma zona para outra.

II — DESENVOLVIMENTO

Os mísseis nucleares, mesmo quando surgirem em maior escala que atualmente, serão meios caros e de emprêgo pouco econômico, a não ser sobre alvos de importância, como por exemplo um batalhão de infantaria ou unidade equivalente.

Sómente quando o inimigo fôr detido êle será forçado a emmassar-se e, consequentemente, a apresentar um alvo de vulto e identificável com facilidade para o emprêgo nuclear. A experiência da 2^a Grande Guerra, confirmada na campanha da Coréia, nos demonstrou que o meio mais eficaz de deter o inimigo é por intermédio do fogo da artilharia convencional nas proximidades das nossas próprias tropas.

Na guerra moderna as armas nucleares são um complemento e não um substituto para a artilharia clássica. Em um setor, porém, elas são superiores, ou seja, na neutralização ou destruição dos canhões inimigos: na contrabateria.

Um arrebentamento nuclear, com um ponto zero aproximadamente central em relação às posições da artilharia divisionária, poderá causar danos e baixas, privando a Divisão do essencial apoio de artilharia.

Os mísseis nucleares, sendo armas eficientes na contrabateria, e os canhões, sendo muito mais difíceis de ocultação e proteção do que a infantaria, a artilharia divisionária será normalmente um dos alvos mais prováveis para um ataque nuclear. Como medida de proteção, os grupos de artilharia procurarão dispersar-se, suficientemente, para apresentar o alvo menos compensador possível para os engenhos nucleares. Uma outra proteção que poderá ser utilizada pela artilharia de campanha contra as armas nucleares é a simulação. A suposta região da AD deverá parecer ao inimigo ser a verdadeira, atraindo os fogos nucleares para o centro dessa área, que deverá ficar desocupada.

Uma vez que os espaços normais de peça pouca proteção oferecem contra as explosões nucleares no ar, ou mesmo contra as granadas comuns com espóleta de tempo ou de proximidade, as peças devem ser colocadas em dobras do terreno — como fundo de ravinas — o que daria excelente proteção contra os arrebentamentos atômicos.

As roupas de proteção para reduzir os efeitos das radiações, clarão e calor, deverão merecer interesse especial para os artilheiros e uma preocupação para todas as fôrças em combate; isto porque a artilharia é um alvo muito provável para os ataques nucleares e essas roupas especiais poderão ser mais facilmente usadas pelos artilheiros do que pelos já sobrecarregados infantes.

A artilharia autopropulsada e totalmente blindada na guerra moderna, oferece a melhor proteção contra as explosões do inimigo — em ação ou em deslocamento —, bem como se encontra perfeitamente capacitada na defesa contra carros, principalmente devido à sua mobilidade e grande campo de tiro.

Mais do que no passado, a artilharia de campanha terá de deslocar-se rapidamente em apoio aos elementos de manobra de uma DI, DIMec ou Divisão Blindada; como nos deslocamentos é que a artilharia se apresenta mais vulnerável, ela deverá permanecer nessa situação o menor tempo possível. É evidente que, no tocante à mobilidade tática, todos os argumentos pendem para o lado da artilharia autopropulsada, suprida de munição, preferencialmente, por meio de helicópteros de carga.

Um ataque nuclear certamente ocasionará sérias dificuldades no sistema de comunicações e as linhas telefônicas, provavelmente, serão as mais atingidas. O calor da explosão derreterá os isolamentos de todos os fios próximos ao arrebentamento e os destroços, possivelmente, cortarão os cabos aéreos. O enterramento seria uma solução quase impossível, a não ser em frentes estabilizadas; a melhor solução seria envolver os fios com material resistente ao calor.

Do mesmo modo que o PC da bateria deverá estar sempre pronto para funcionar como PC do grupo, em caso de necessidade, o PC do grupo deverá ser organizado de maneira que possa substituir o PC da AD, quando este fôr destruído.

A rapidez e precisão na localização de alvos é de grande importância numa guerra nuclear ativa e os radares podem ser utilizados, seja para a localização dos morteiros inimigos, seja para a detecção do movimento de veículos. Em condições favoráveis, os radares podem ser de importância decisiva no combate sob condições nucleares, podendo localizar precisamente a reunião de veículos inimigos e os pontos exatos em que estão sendo abertas brechas num obstáculo.

Na guerra moderna a importância da artilharia antiaérea decresceu muito em relação à 2ª Guerra Mundial. Na artilharia divisionária atual não aparecem mais unidades antiaéreas orgânicas; estas são fornecidas à Divisão pelo escalão Exército e não permanecem sob o comando da AD. Os mísseis superfície-ar assumem importância capital na defesa antiaérea na guerra sob condições nucleares. A dispersão, a dissimulação e as metralhadoras, cresceram de vulto para a defesa contra os aviões inimigos em vôo baixo. A artilharia divisionária da Divisão de Infantaria e das Divisões Blindada e de Infantaria Mecanizada, organizada nos moldes atuais do Exército dos EUA, consta de comando e Bia comando, três grupos de obuses 105 mm, auto-rebocado ou autopropulsionado; um grupo de obuses 155 mm-8" auto-rebocado e autopropulsionado e um grupo de mísseis HONEST JOHN, com alcances máximos, respectivamente, de 10, 20 e 40 quilômetros; o material AR se encontra na DI, e o AP na DB e DI Mec. O grupo de mísseis HJ possui duas baterias de tiro e duas peças e tem por missão executar a ação de conjunto de artilharia de longo alcance, ou reforçar os fogos para as unidades orgânicas da Divisão.

III — CONCLUSÃO

Em face do exposto, concluiremos que a artilharia de campanha, para atender às exigências de uma guerra sob condições nucleares, deverá apresentar as seguintes características:

1. Todos os novos canhões devem ser autopropulsados e possuir um teto de proteção, a fim de defender as guarnições contra os efeitos do calor, do sôpro e da radiação.
2. As peças devem possuir um maior alcance — pelo menos 23 kms para os materiais médios — e devem atirar com maior ângulo de elevação.
3. Os canhões devem possuir boa precisão e maior cadência de tiro.
4. Outros materiais necessários à artilharia:
 - a) Roupas protetoras para as guarnições das peças.
 - b) Helicópteros para o suprimento de munição e serviço de estafeta.
 - c) Aparelho de rádio com um alcance aproximado de 24 kms.
 - d) Cabos telefônicos com revestimento à prova de calor.
5. Os radares são de grande importância para a localização de alvos para a artilharia, sejam morteiros inimigos ou viaturas em deslocamento.
6. Finalmente, nos canhões antiaéreos leves não podem ser instalados tetos de proteção, de modo que desdobrá-los numa área de provável alvo nuclear parece-nos um desperdício de pessoal e equipamento caro.

TV EDUCATIVA

(PROGRAMA DE AÇÃO APROVADO, POR UNANIMIDADE,
PELA COMISSÃO PARA ESTUDO E PLANEJAMENTO DA
RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DO MINISTÉRIO DA EDU-
CAÇÃO E CULTURA)

Em reunião, aos 24 de março próximo passado, da Comissão para Estudo e Planejamento da Radiodifusão Educativa do MEC, seu Presidente propôs medidas visando:

- auxiliar de modo substancial as Secretarias Estaduais a acelerar seus respectivos planos de aproveitamento da radiodifusão, como instrumento da educação;
- criar no País uma infra-estrutura que permita a produção, aquisição, copiamento, enriquecimento de filmotecas, inclusive com filmes especiais para TV;
- promover e intensificar o intercâmbio desse material no País e com o exterior.

Para isso, entre outras medidas, solicitou que se recolhessem dados e elaborassem sugestões visando a dar cumprimento aos objetivos que se tem em vista no campo da televisão.

Para efeito desse trabalho, foram consideradas apenas as três condições que mais fortemente caracterizam o estado de amadurecimento material para utilização proveitosa da TV para fins educativos e culturais:

I (VHF) — Canal VHF já reservado para a educação.

II (DEMOGRAFIA) — Índice demográfico elevado, num raio de 100 Km.

III (RECEPTORES) — Já possui parque receptor razoável.

Satisfazem as três condições, acima referidas, as seguintes capitais:

Belém, no Pará,	Canal	5
Fortaleza, no Ceará,	Canal	5
João Pessoa, na Paraíba,	Canal	4
Maceió, em Alagoas,	Canal	3
Salvador, na Bahia,	Canal	2

Goiânia, em Goiás,	Canal	11
Curitiba, no Paraná,	Canal	2
Florianópolis, em Santa Catarina,	Canal	2

Busca-se obter dados que poderão enriquecer esta relação de mais uma ou duas capitais.

Não satisfazendo a condição I (VHF), Guanabara, São Paulo, Belo Horizonte, Pôrto Alegre e Recife poderão ser contempladas com equipamento eletrônico para centro de produção estação UHF — o que proporcionará ao País mais esse elemento fundamental para completar a estrutura básica indispensável ao desenvolvimento da TV Educativa em escalão nacional.

Nas cidades em que forem instaladas emissoras UHF, o Ministério poderá fornecer, a telepostos, um certo número de conversores, a título de estímulo e promoção da adaptação dos receptores à sintonia nessa faixa.

São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, se não preferirem a solução — centro de produção estação UHF — poderão optar por estações VHF, respectivamente, em Campinas Canal 10, Uberlândia Canal 4 e Caxias do Sul Canal 3, cidades que satisfazem as condições I (VHF), II (DEMOGRAFIA) e III (RECEPTORES). Convém ouvir os governos estaduais interessados, no sentido de uma possível alteração para melhor, nas sugestões acima propostas, particularmente no caso de Minas Gerais.

Guanabara e Pernambuco, no momento, só poderão ser favorecidos com a solução — centro de produção estação UHF.

Estado do Rio de Janeiro, no momento, poderá ser auxiliado com a solução — estação VHF — em Campos, que satisfaz as condições I, II e III.

Dentro do panorama atual brasileiro, se o escalão federal proporcionar às Secretarias Estaduais o material eletrônico necessário para equipar estações de TV Educativa em cerca de uma dezena de cidades, já maduras para delas tirar proveito, e se atuar no sentido de que se crie no País centros de produção, nas cidades melhor dotadas para produzir programas, estará proporcionando a utilização da TV, como instrumento da educação e cultura, aceleração e auxílio extraordinários.

Convinha também ser feito um estudo paralelo a este, objetivando um auxílio semelhante para estações de rádio.

Embora se tenha feito referência ao que foi julgado oportuno, nem todas as possibilidades de ação mencionadas apresentam o mesmo grau de prioridade. Em consequência, o PROGRAMA PROPOSTO será subdividido a seguir, tendo em vista atender a uma ordem de urgência.

O referido programa compõe-se de uma parte fundamental mínima, de acentuada prioridade, que denominaremos PROGRAMA MÍNIMO.

Este pode ser ampliado, para abranger parcelas também importantes, embora não tanto quanto as do Programa Mínimo, e que, a elas somadas, irão constituir o PROGRAMA MÉDIO.

Este, por sua vez, pode ser ampliado, até atingir os objetivos presentes no PROGRAMA PROPOSTO.

PROGRAMA MÍNIMO

- Centros de produção estação UHF: um no Rio, outro em São Paulo.
- Estação VHF em duas das seguintes cidades: Belém, Fortaleza, Salvador e Curitiba.

PROGRAMA MÉDIO

- Centros de produção estação UHF: um no Rio, outro em São Paulo.
- Estação VHF nas seguintes cidades: Belém, Fortaleza, Salvador e Curitiba.

Convém encetar imediatamente um PROGRAMA MÍNIMO, em princípio dentro das bases expostas, para o qual o MEC prescindisse de recursos estranhos ao seu próprio orçamento. A dependência de outras fontes de meios acarreta, normalmente, uma perda em tempo que, no caso em pauta, não deve onerar mais a educação em nosso País. Além disso, a determinação de fazer com os próprios meios, mesmo modestamente, cria um clima de confiança muito salutar, particularmente no início de uma obra do vulto desta. Paralelamente, seriam feitas gestões no sentido de se obter o máximo possível de ajuda de todas as fontes capacitadas a nos auxiliar. Os meios obtidos nessas gestões seriam aplicados buscando-se ampliar inicialmente o PROGRAMA MÍNIMO para o MÉDIO e, posteriormente, para o PROPOSTO.

(Colaboração do Gen R/1 TAUNAY COELHO DOS REIS.)



P U B L I C A Ç Õ E S

Recebemos e agradecemos as seguintes publicações:

Estrangeiras:

- TAM (Terre-Air-Mer) — Paris, França — Ns. 94, 95 e 96, de Jul a Set 66.
- "Revue de Défense Nationale" — Paris, França — 22º ano, Agô/Set 66.
- Edição da Embaixada da França no Brasil:
"A França em Revista" — Boletim — Ns. 520, 521 e 522.
- "Ejército" — Madri, Espanha — Ns. 318 e 319, de Jul e Agô 66.
- "Guion" — Madri, Espanha — Ns. 290 e 291, de Jul e Agô 66.
- "Boina Negra" — Madri, Espanha — N. 38, de Jul/Agô 66.
- "Revista Militare" — Roma, Itália — Ns. 7/8 e 9, de Jul/Agô 66.
- "Revista Militar" — Lisboa, Portugal — Ns. 7 e 8/9, de Jul e Agô/Set 66.
- "Jornal do Exército" — Lisboa, Portugal — N. 77, de Mai 66.
- "Manual de Informaciones" — Buenos Aires, Argentina — Ns 1-2, de Jan a Abr 66.
- "El Caballo" — Buenos Aires, Argentina — Ns. de Jun e Set 66.
- "Ejército" — Guatemala — N. 46, de Jun 66.
- "Revista de las Fuerzas Armadas de Venezuela" — Caracas — Ns. 142 e 143, de Abr a Jul 66 (edições do Ministério das Forças Armadas; e n. 231/232 (ed. do Min. da Defesa).
- "Military Review" (edição brasileira) — Fort Leavenworth (EUA) — Ns. 6, 7 e 8, de Jun a Agô 66.
- "Educação Física, Desportos, Saúde Escolar" — Lisboa, Portugal — Ns. 5 e 6, de Jan e Abr 66.
- "Revista del Suboficial" — Buenos Aires, Argentina — Ns. 541 e 542, de Jan a Jun 66.
- "Revista del Círculo Militar" — Buenos Aires, Argentina — N. 677, de Set/Dez 66.
- "Urbanismo no Ultramar" — Mario de Oliveira — Lisboa, 1962.

Nacionais:

- "Revista Marítima Brasileira" — Ns. 4, 5 e 6, de Abr. a Jun 66.
- "Boletim do Clube Naval" — N. 187, de 66.
- "Carta Mensal" (CNC-SESC) — Ns. 134 a 136, de Mai a Jul 66.
- "Revista da Es Com" — N. 5, de 66
- "Boletim Trimestral", do Banco do Brasil S/A — Ns. 1 e 2, de Jan a Jun 66.
- "Digesto Econômico", da Assoc. Comercial de São Paulo — N. 191, de Set/Out 66.
- "Exposição Geral da Situação Econômica do Brasil ("Inflação sob Controle")" — C.N.E., Rio, 1964.
- "SUDENE" — Publicações diversas, sobre "Pesca".
- "Sentinela" — Órgão dos Alunos da EsPC de Campinas — N. 3, de Set 66.
- "CPOR/SALVADOR" — Revista anual — N. 2 (1966).

PEDE-SE PERMUTA

PIEDESE CANJE

WE ASK FOR EXCHANGE

**ON DEMANDE L'ÉCHANGE
MAN BITTET UM AUSTAUSCH
SI RICHIEDE LO SCAMBIO**

DECLARAÇÃO DE ASPIRANTES DA RESERVA

Cel Inf (QEMA)
EURICO SEIXO DE BRITTO

(alocução do Cmt CPOR/Belo Horizonte aos novos Asp)

Aspirantes,

"A minha vida nada vale, a minha morte nada significa diante do que têm vocês ainda a fazer.

Prossigam na luta..."

Eis as últimas palavras de um jovem comandante de pelotão (*) nos campos de luta da Itália, por ocasião da II Guerra Mundial, ao ser mortalmente ferido pelo inimigo, logo após iniciada a fulminante ofensiva da primavera de 1945.

Analisadas na beleza de sua forma simples e na profundidade de seu conteúdo, verifica-se que só as poderia pronunciar, "in extremis", uma personalidade ciente do seu destino, consciente de sua missão e fiel ao juramento prestado, porque integrada por um espírito educado na escola da abnegação e da renúncia, do amor à responsabilidade e da verdadeira noção do dever para com a Pátria.

Abnegação que é altruísmo e despreendimento, desapêgo de si mesmo e renúncia de quaisquer interesses quando os da Pátria estão em jôgo; amor à responsabilidade que sublima e dignifica um chefe, define um caráter e traduz uma vontade firme e inabalável, baseada na moral e na razão; noção exata do cumprimento do dever, que é executar as ordens recebidas com eficiência e presteza, amor à Pátria e honra militar, segurança dos companheiros e condicionamento de vitória.

Sómente aquêle que adquiriu uma aprendizagem valorizada, isto é, recebeu educação no seu sentido mais amplo; que forjou o seu caráter, dando-lhe a têmpora do aço; que estudou e compreendeu os fatos históricos de que foram protagonistas os seus antepassados, ou mesmo contemporâneos; que aprendeu e exercitou a prática dos princípios da moral e do civismo; que sempre assumiu atitudes nobres e conservou a bondade no coração; que nunca vacilou em sua fé nos destinos da Pátria e, sobretudo, em Deus, tem a serenidade, a tranquilidade e a dignidade para, num esforço supremo, à hora da morte, reunir os derradeiros

(*) N. da R. — Asp a Of Inf Francisco Moga, da turma de 1944, da Escola Militar do Realengo, tombado gloriosamente no cumprimento do dever.

estos de vida, a fim de confortar os seus comandados, indicando-lhes a última linha de ação, antes de exalar o suspiro final, com honra e coragem, para passar à galeria dos heróis da Pátria agradecida.

O Comandante de Pelotão de quem vos falo foi um jovem Aspirante a Oficial do Exército, recém-saído da Academia Militar para a gloriosa Fôrça Expedicionária Brasileira, integrando o não menos glorioso Regimento Sampaio — o Aspirante Mega, patrono de vossa Turma.

O memorável episódio ocorreu a 15 de abril de 1945, na operação levada a efeito para a conquista das regiões de MONTESE — Cota 833-MONTELLO, atribuída ao 11º Regimento de Infantaria, de São João del Rei, com a cooperação do 2º Batalhão do Regimento Sampaio, sob o Comando do então Major SISENO SARMENTO, hoje General-de-Divisão, no Comando das Fôrças de Emergência das Nações Unidas (UNEF), em GAZA, onde, mais um vez vem elevando o nome do Brasil e do Exército Brasileiro em missão no exterior, mercê da sua destacada ação de Comando e da atuação correta do nosso 3º Batalhão do 2º Regimento de Infantaria, integrante daquelas Fôrças.

A missão do 2º Batalhão do Regimento Sampaio é conquistar a Cota 778 ao norte de PARAVENTO, cobrindo o ataque principal, onde, desde a jornada anterior, as reações do inimigo, bem entrincheirado, vinham se mantendo inflexíveis.

O Aspirante Francisco Mega, da 4ª Companhia, parte com o seu pelotão para o ataque, progredindo com dificuldade, mas obstinadamente, em terreno batido por fogos ajustados do inimigo, quando é atingido por uma rajada de metralhadora.

Esvaindo-se em sangue, tem o pressentimento da morte, que se aproxima, chama o Sargento Agenor Pacheco, Auxiliar do Pelotão, manda que assuma o seu Comando, pronuncia a frase que o imortalizou e expira com a serenidade do herói e a tranqüilidade de consciência do dever cumprido.

Aspirantes, apresento-vos os mais fracos e entusiásticos aplausos pela feliz inspiração que tiveste, indo buscar para vossa patrono êsse jovem, cuja vida foi um padrão de virtudes cívico-militares, culminando com o feito épico que vos acabo de relatar.

A escolha que fizestes representa uma certeza e uma promessa. Certeza de que tôda a mocidade brasileira é, como vós outros, nobre e reconhecida àqueles que imolaram a sua vida para que o Brasil seja sempre o que é hoje — soberano, democrata e cristão. Promessa de que, se num amanhã, que não desejamos, vos virdes em situação igual à ocorrida com o vosso patrono, havereis de ter a mesma convicção e a mesma conduta, isto é, de que o homem passa, mas a Pátria é eterna, portanto morrer com dignidade, entregando a missão ao vosso substituto para que prossiga na luta.

O Brasil não é um país guerreiro nem alimenta aspirações ofensivas contra outros povos. Tem, não obstante, compreensão segura de sua in-

dependência e soberania, de sua formação cristã e democrática, dos compromissos assumidos com a civilização ocidental e da maneira de lhes dar cumprimento. Na defesa desses princípios já se empenhou em guerras no século passado e no atual, saindo vencedor em tôdas elas, por defender causa justa e possuir soldados tão aguerridos como os que mais o forem, porque são soldados de uma democracia, portanto homens respeitados em sua liberdade e dignidade, bem como conscientes dos motivos que os têm levado à luta.

Agora, mais do que nunca, quando a conjuntura mundial é confusa e o espectro da guerra está em toda parte; quando o comunismo russo lança a cortina de fumaça da "convivência-pacífica" para introduzir solertemente o "cavalo-de-tróia" da Guerra Revolucionária nos países em desenvolvimento, como o Brasil, e nos subdesenvolvidos da Ásia, África, América do Sul e mesmo da Europa; quando o comunismo chinês e os seus seguidores pregam a violência como palavra de ordem; quando a Guerra Localizada se agrava dia a dia no Vietnam; quando há inquietação na Índia, na Indonésia, na Guiné, em Gana, em São Domingos, em Cuba e no Oriente Médio, tudo provocado pelo comunismo que outra coisa não fez até hoje senão lançar a confusão geral na mente e no espírito dos povos com problemas sociais pendentes, sem que ao menos houvessem resolvido os próprios, como ocorre na Rússia, China e sátelites, cumpre aos países democráticos não descurarem de sua segurança, interna e externa, fortalecendo o Poder Nacional nos quatro campos que o definem.

No Político, realizando alianças e acôrdos que visem a fortalecer o bloco de nações contrárias ao marxismo e honrando os compromissos assumidos nos organismos internacionais, tais com a ONU e OEA; no Econômico, promovendo o desenvolvimento industrial do país, apoiado numa estrutura agrária racional e eficiente; no Psico-Social, promovendo o bem-estar da população em geral e realizando a contrapropaganda da Guerra Revolucionária, principalmente esclarecendo os mais fracos e indecisos quanto à lavagem cerebral; no Militar, mantendo Forças Armadas compatíveis com as necessidades do país e para atender aos compromissos assumidos.

O Governo atual do Brasil vem promovendo tudo o que lhe compete fazer, dentro da realidade brasileira, tendo em vista o bem-estar social e a segurança interna e externa da Nação. Já vivemos internamente um clima de tranqüilidade e respeito; no exterior, estamos prestigiados e realizando os nossos compromissos e acôrdos, assumidos como País soberano e senhor dos seus destinos.

Assim é que estamos em Suez, com a ONU, em São Domingos, com a OEA.

É obrigação de cada brasileiro cumprir também o seu dever, secundando a obra construtiva do Governo, para que o Brasil conquiste e manterá os seus Objetivos Nacionais.

Urge que ninguém se comporte como um teleguiado, tenha consciência de suas obrigações, e tudo realize sabendo o que faz, para não ser como aquêle espadachim italiano, da anedota referida pelo brilhante professor Milton Campos, em sua magistral Aula Magna na Universidade Federal de Minas Gerais a 1 do corrente mês. O espadachim "levava tôda a vida a bater-se em duelo contra quem quer que sustentasse ser Ariosto menor do que Tasso. Habil no jôgo das armas, venceu sempre. Na quinta luta, foi mortalmente ferido. Alguém lhe disse: "tu morres feliz, convenido de que Ariosto é maior do que Tasso". Confessou então o moribundo humildemente: "a verdade é que morro triste, porque nunca li Tasso nem Ariosto". Será êsse o fim do inocente-útil, que se alia ao comunismo sem saber o que está fazendo de mal para o Brasil, solapando-lhe as instituições, numa coadjuvação sórdida, abjeta e desprezível com o traidor alienígena vindo no bôjo do cavalo-de-tróia.

As Fôrças Armadas Brasileiras, porém, cumprindo a sua destinação constitucional, não darão tréguas aos inimigos do Brasil, sejam êles internos ou externos, inocentes-úteis ou conscientes do mal que fazem ao país, numa tentativa inglória de destruir uma civilização e uma filosofia de vida sedimentadas nos imortais princípios da Democracia e do Evangelho de Cristo.

Aspirantes, o Exército recebe a vossa incorporação em sua Reserva de chefes, com a convicção segura de que estais preparados técnica, física e moralmente para exerceades as funções militares, com o mesmo desassombro, coragem e abnegação, como o fêz o vosso denodado patrono — o Aspirante Mega.

Antes de finalizar esta alocução de despedida, desejo ressaltar-vos as qualidades de chefia mais importantes para o Chefe, pois a sua observância ser-vos-á de grande utilidade, quer na vida civil, quer na militar. São elas: atividade, boa apresentação, bom humor, coragem física e moral, desprendimento, entusiasmo, energia, iniciativa, espírito de decisão, integridade, inteligência, lealdade, modéstia, senso de julgamento, sentimento do dever e de justiça, tato nas relações com Chefes e subordinados, e tenacidade.

Não sejais precipitados em vossas decisões. Estudai, ponderai e examinai os seus fatôres condicionantes antes de decidirdes, ainda que vos chamem de tardos ou tolos, como fizeram com Isaac Newton, o qual posteriormente se revelaria "possuidor da mente mais brilhante de sua época, descobrindo o princípio da gravitação universal que rege tôdas as leis da mecânica clássica".

Sêde ponderados, para que tenhais firmeza e tenacidade na ação.

Nossos cumprimentos.

Sêde felizes!

* * *

PORQUE SE DEVE ANUNCIAR EM "A DEFESA NACIONAL"

- 1 — A vida de um anúncio, nesta Revista, é maior do que em outra publicação qualquer, porque:
- a) ela circula em todos os Estados do Brasil;
 - b) seus exemplares passam por muitas mãos e são lidos, pelo menos, por dez vezes mais do que o número de assinantes;
 - c) depois de lida, constitui fonte permanente de informações, porque, sendo uma Revista técnica, é colecionada por todos, o que não acontece com as revistas puramente mundanas; e
 - d) vive num meio de ponderável capacidade aquisitiva, a que o anúncio, muitas vezes, não chega senão através desta Revista.
- 2 — Se sua existência de 52 anos não fosse bastante como prova de seu sólido prestígio, melhor atestado não haveria que o Aviso de 22 de janeiro de 1947, em que o Exmo. Sr. General Ministro da Guerra recomenda "A Defesa Nacional" ao interesse do Exército, em face de sua utilidade incontestável para as Classes Armadas.

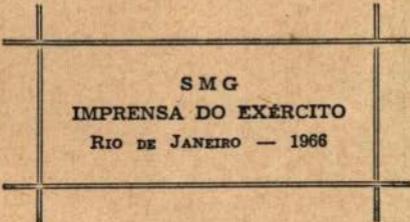
TABELA DE ANÚNCIOS

Página	Cr\$
Inteira	90.000
½	60.000
¼	40.000
2ª capa	110.000
3ª capa	120.000
Contracapa	130.000

Observações :

Clichês à parte.

Matéria redigida: mais 100%.



S M G
IMPRENSA DO EXÉRCITO
RIO DE JANEIRO — 1966

A COMISSÃO COORDENADORA DA CRIAÇÃO DO CAVALO NACIONAL

(CCCCN)

criada pelas Leis 2.820, de 10 Jul 56,
e 4.096, de 18 Jul 62,

encarregada de coordenar as atividades dos
órgãos que cuidam do fomento da criação do
CAVALO NACIONAL.

realizará na
semana de 5 a 12 Nov 66
na cidade de Pôrto Alegre

II SEMANA DO CAVALO

em patriótico culto ao Cavalo,
como elemento contribuinte da
formação histórica do País,
através das heróicas tradições
a êle ligadas, e como fator do
desenvolvimento nacional, pelo
trabalho dado à nossa pecuária
e agricultura, no comêço do
século.



Preço dêste exemplar

Cr\$ 200

S M G
IMPRENSA DO EXÉRCITO
RIO DE JANEIRO — 1966